

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL (PPGSS)  
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**CÍNTIA BONDER**

**O SERVIÇO SOCIAL NAS TRILHAS DO PLANEJAMENTO  
SÓCIO-AMBIENTAL PARTICIPATIVO:  
Um desafio para a contemporaneidade**

**Porto Alegre, 2005**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

CÍNTIA BONDER

**O SERVIÇO SOCIAL NAS TRILHAS DO PLANEJAMENTO  
SÓCIO-AMBIENTAL PARTICIPATIVO:  
um desafio para a contemporaneidade**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de doutor no Curso de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

**Orientadora:** Professora Doutora Patrícia  
Krieger Grossi

**Porto Alegre, 2005.**

CÍNTIA BONDER

**O SERVIÇO SOCIAL NAS TRILHAS DO PLANEJAMENTO  
SÓCIO-AMBIENTAL PARTICIPATIVO:  
um desafio para a contemporaneidade**

Tese apresentada como requisito parcial  
à obtenção do grau de Doutor no  
Programa de Pós-Graduação em Serviço  
Social da Faculdade de Serviço Social da  
Pontifícia Universidade Católica do Rio  
Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA:

---

Professora Doutora Assistente Social Patrícia Krieger Grossi  
Orientadora

---

Professora Doutora Socióloga Marina Patrício de Arruda  
Curso de Serviço Social /ULBRA

---

Professora Doutora Assistente Social Márcia Salete Arruda Faustini  
Faculdade de Serviço Social / PUCRS

---

Professor Doutor Assistente Social Seno Antônio Cornely  
Livre Docente

---

Professora Doutora Bióloga Ellen Regina Mayhé Nunes  
Faculdade de Educação / PUCRS

## **“VIVER...ANDAR”**

*De repente...*

*Descobri que a vida exige de mim um passo,  
mais um, mais um e outro mais.*

*Percebi que ao meu lado alguém me convida  
para caminhar junto.*

*Lá longe, alguém me acena para apressar o passo.*

*Chega a turma de um caminho distante*

*que me repete:*

*não pare...*

*continue...*

*Com a vida, recebi uma ordem de nunca me INSTALAR...*

*Por isso, não paro.*

*Quero ser fiel à vida.*

*Caminharei apesar da chuva e do vento, do calor e do sol.*

*Se a noite chegar...não importa...trago luz comigo.*

*Com serenidade, otimismo e*

*alegria, vou andando*

*sem me cansar.*

*Porque outros caminham comigo, não estou só.*

*Não posso parar.*

*Vou continuar dizendo a todos:*

*“Quem vive precisa andar”.*

*Priscila Conceição Dorneles<sup>1</sup>”*

---

<sup>1</sup> Priscila Conceição Dorneles é aluna da 8ª série da Escola Estadual de Ensino Fundamental General Iba Ilha Moreira

## AGRADECIMENTOS

Ao meu marido José, co-piloto, que esteve comigo ao longo destes vôos e principalmente nas turbulências.

Ao meu filho Flavinho, gestado junto com o primeiro ano do doutorado, que espera que este livro que a mamãe escreveu seja sobre ele e que, com sua felicidade e alegria de viver, transformou a minha vida e a minha visão de mundo. Sem dúvida, este é o vôo mais alto e bonito que já alcei e no qual tenho tido a companhia do meu marido.

À minha orientadora Patrícia, pelas trocas, conselhos e por aceitar conduzir-me por estes céus.

À banca de qualificação, nas pessoas dos Doutores Márcia Faustini, Ellen Nunes e Seno Cornely, pelas colaborações para qualificar o texto. E, em especial, à Doutora Marina Arruda, por me fazer entender as implicações do sistema vivo no mundo

À Professora Doutora Luiza Dalpiaz, por tudo o que aprendi com ela no Multiforme.

À minha irmã Thais, por estar sempre presente, principalmente nas horas difíceis.

À amiga Débura, com quem posso contar para cuidar do meu filho nas horas de emergência.

À família Scharcansky de Faria, pelo apoio, cuidando, igualmente do Flavinho nos momentos críticos de conclusão deste trabalho.

Às colegas Ana Lúcia Maciel e Sheila Koucurek, pela trajetória e pelo amparo nos momentos de dúvida.

## RESUMO

Esta tese sustenta que o **planejamento socioambiental participativo pode complexificar a prática do assistente social, colocando-o como um elemento articulador capaz de instaurar uma ação profissional que promova a cidadania, a partir das demandas do mundo atual.** Ao analisar tal fenômeno, propõe-se um tipo de abordagem que supõe a constituição de um olhar complexo, que possibilita captar (vislumbrar) os espaços de planejamento socioambiental participativo como espaços de auto-organização que produzem cidadania. Três questões (hipóteses) foram construídas para este estudo: (a) o Assistente Social não utiliza os métodos participativos na sua prática de planejamento participativo; (b) o pressuposto da teoria da complexidade permite-nos vislumbrar novas possibilidades para a prática do Assistente Social; (c) do planejamento participativo ao planejamento socioambiental participativo, ou seja, a pertinência da dialógica para refletir a prática do Assistente Social. O problema de pesquisa deste trabalho é como o Assistente Social vem mobilizando os seus saberes profissionais nos processos de planejamento participativo, **de modo a instaurar uma ação profissional que promova a cidadania?** A investigação foi realizada com dois grupos: - não Assistentes Sociais que trabalham com planejamento participativo no meio ambiente e; - Assistentes Sociais que trabalham com planejamento participativo. Foi utilizado o método da ecologia da ação como forma de perceber a realidade e seus desdobramentos. No final, apontam-se as principais descobertas obtidas nesse processo de pesquisa, bem como algumas proposições quanto à intervenção do profissional em Serviço Social, como a necessidade de os Assistentes Sociais terem

mais ênfase no aprendizado do instrumental técnico para abordar o planejamento participativo nas suas práticas.

**Palavras-chave:** planejamento participativo, serviço social; meio ambiente; planejamento socioambiental participativo

## **ABSTRACT**

The main objective of this thesis is to support that participative environment and social planning processes complexifies the social worker's practice. This can place him as an element of articulation that becomes possible to establish a professional action to promote the citizenship, based on worldwide demands. The phenomenon's analysis proposes a complex approach that makes it possible to understand the opportunities of participative environment and social planning as a process of self organization to produce citizenship. For this, three issues had been constructed to confirm the thesis: (a) the social worker doesn't make use of the participative methods for the participative planning process; (b) the Complexity theory assumption grant us to glimpse news possibilities for the social worker's practice; (c) the importance of the dialogical approach to assess social work practice. The research question that guided this investigation is: how do social workers employ technical knowledge in the participative planning process developing a professional action that promotes the citizenship?

The author conducted the field work with two different groups of social actors: -non-social workers currently working with participative planning on environment; - social workers currently working with participative planning.

The author employed the method of ecology of action as mean to understand data elicited in the field work as well as the social context.

The author discusses the research findings and considers the hypothesis that social workers lack technical instrumental knowledge as opposed to non-social workers which demonstrated instrumental knowledge in their practices.

**Key words:** participative planning; social work; environment;  
participative environment and social planning

## LISTA DE SIGLAS

ABDL - Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

AIAS - Avaliação de Impacto Ambiental Social

AM - Estado do Amazonas

BA - Estado da Bahia

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CE - Estado do Ceará

CEBDS - Conselho Empresarial Brasileiro Para o Desenvolvimento  
Sustentável

CEPAM - Centro de Estudos e Planejamento da Administração Municipal/  
/Fundação Prefeito Faria Lima

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e  
Desenvolvimento

CRAB - Comissão Regional dos Atingidos por Barragem

DC - Desenvolvimento de Comunidade

DLIS - Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável

DF - Distrito Federal

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

EMATER - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência  
Técnica e Extensão Rural

ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations

FDI - Investimento Direto Estrangeiro

FMI - Fund Monetary International /Fundo Monetário Internacional

FSS - Faculdade de Serviço Social

GTZ - Sociedade Alemã de Cooperação Técnica

IBP - Instituto Brasileiro de Planejamento

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INEP – Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa

IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas

LEAD - Leadership Environment and Development /Desenvolvimento de Lideranças para o Meio Ambiente

MNAB - Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens

MS - Estado do Mato Grosso do Sul

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONG - Organização Não-Governamental

PA - Estado do Pará

PE - Estado de Pernambuco

PPGSS - Programa de Pós Graduação em Serviço Social

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RIMA - Relatório de Impacto do Meio Ambiente

RJ - Estado do Rio de Janeiro

RO - Estado de Rondônia

SC - Estado de Santa Catarina

SERFHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNCED – United Nations Conference on Environment and Development

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: APLUMANDO AS ASAS.....	15
1 A PLATAFORMA DA DECOLAGEM .....	212
2 O PRIMEIRO VÔO: DELIMITANDO O PROBLEMA DE PESQUISA.....	334
3 O SEGUNDO VÔO: A PESQUISA .....	41
3.1 O pensamento interrogativo do ser problematizante, ou revisitando o “shtetl” .....	41
3.2 A base dialógica .....	489
4 O TERCEIRO VÔO: A EMERGÊNCIA DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL... 57	
4.1 O Serviço Social e o meio ambiente .....	57
4.2 Desenvolvimento sustentável .....	778
5 O QUARTO VÔO: O PLANEJAMENTO SOCIOAMBIENTAL PARTICIPATIVO .....	114
5.1. O Serviço Social — sobrevoando o ninho dos pássaros .....	114
5.2. O Serviço Social e o planejamento participativo .....	120
5.3 Planejamento socioambiental participativo como instrumento de intervenção .....	123
CONCLUSÃO: A aterrissagem a partir de aproximações sucessivas .....	148
BIBLIOGRAFIA.....	1

## INTRODUÇÃO: APLUMANDO AS ASAS

*“Perguntou um indivíduo a um judeu: ‘Por que é que vocês respondem a uma pergunta sempre com outra pergunta? Ao que rapidamente respondeu o judeu: ‘E por que não?’”*

Nasci Cíntia/Sara<sup>2</sup>, em 17 de outubro de 1961/ 7 de Cheshvan de 5722<sup>3</sup>. Pelo calendário judaico, meu aniversário, neste ano de 2005, será dia 9 de novembro. Tenho dois irmãos, Thais/Revca e Juarez/Iossef. Sou filha de David e Ester. Meus avós paternos Paulo/Pinhe e Genny/Genhe/Yvguênia<sup>4</sup> conheceram-se no porão do navio, quando fugiam da Rússia. Meu avô/*zeide*<sup>5</sup> veio de uma pequena vila perto de Kiev, e sua família era muito pobre. Já minha avó/*bobe*<sup>6</sup> Genny veio da cidade de Astracan, à beira do rio Volga. Seu pai era muito rico. Trabalhava com o comércio de caviar. Minha *bobe* contava-me histórias da Rússia que eu adorava. No inverno, o rio Volga congelava, e minha *bobe* patinava no gelo. Ela era uma exímia patinadora com suas longas tranças loiras (meu avô dizia que eram ruivas...) arrumadas em volta da cabeça.

Mas a história que eu mais gosto era aquela em que ela me contava como os judeus não podiam ter propriedades, seu pai tinha um sócio russo que detinha todas as propriedades e as contas de banco em seu nome. Quando a família teve que fugir em 1914, o sócio disse-lhe que ele não tinha direito a nada. E, assim, eles partiram, como dizia a *bobe*, com uma mão na frente e outra atrás. Aqui chegaram, e

---

<sup>2</sup> As famílias judias costumam registrar seus filhos na sinagoga com um nome em idish, geralmente em homenagem a alguém da família já falecido.

<sup>3</sup> O calendário judaico é baseado na lua e conta com 13 meses.

<sup>4</sup> Genny em português, Yvguenia em Russo e Genhe em idish.

<sup>5</sup> Avô em idish.

<sup>6</sup> Avó em idish.

a minha avó, que tinha como sonho ser médica, foi chamada pelo seu pai (esta é a parte que eu mais gosto), que lhe disse: — Genhe, como não posso te dar educação, vou te dar ilustração (ele queria dizer cultura). Minha *bobe* tornou-se uma grande líder comunitária e uma feminista para a sua época.

Meus avós maternos Adélia/Idalina e David igualmente fugiram da Rússia, acabaram por se conhecer em Pelotas e lá moraram pela vida toda. Minha avó Idalina era conhecida pelas suas idéias avançadas para a época.

Além das festas nacionais brasileiras, festejávamos, e festejo até hoje, as festas judaicas, que seguem o calendário lunar. Assim, desde que nasci, convivo com a comemoração, por exemplo, de dois Anos Novos. O do calendário gregoriano — comemorado de 31 de dezembro para 1º de janeiro, a partir da meia noite — e o do calendário judaico — comemorado a partir do pôr do sol. Neste ano de 5766, 1 de Tishrei, o Rosh Hashaná (Ano Novo) inicia às 17h e 56min do dia 4 de outubro.

Para mim, é muito importante mostrar como este **sistema vivo** (eu) se desenvolveu. Mostrar as multidimensões deste sujeito, as heranças antropossociológicas. Mostrar a minha eco-auto-organização seja no sentido filosófico do termo, seja entendendo o eco na sua raiz *oikos*, que, em grego, significa casa. A minha trajetória de vida foi uma experiência, em ato, de que, no mundo, não existe apenas um olhar, tudo depende de onde se olha. Le Moigne (2000) explica que, se perguntarmos a alguém como essa pessoa vê a Terra, ela dirá que a vê plana. Porém, se fizermos essa pergunta a um astronauta, ele dirá que a Terra é redonda. Algum dos dois estaria errado? Não, cada um fala do lugar de onde vê o mundo.

Os judeus, ao longo de sua história, não apenas tiveram que conviver com duas culturas, na diáspora, como também desenvolveram formas culturais que se tornaram características de sua formação, seja pelo seu humor ácido, que ri de sua

própria desgraça, seja pelas histórias contadas pela tradição oral. Buber (1995) diz que há dois gêneros de narrativa que podem ser utilizados: a novela lendária e a anedota lendária. Os judeus dedicaram-se a desenvolver a anedota lendária. Esse autor diz que “[...] remonta primordialmente à tendência geral do espírito judeu da Diáspora a expressar os acontecimentos da história e do presente de maneira aguçada”. Nesse contexto, acaba por exprimir algum significado da vida.

Essas raízes acabaram por oportunizar minha suscetibilidade para a questão ambiental, e pareceu-me um caminho que se colocou diante de mim trabalhar essa multidimensionalidade. Desde criança, tive a oportunidade de estudar a cultura do povo judeu, e os livros estão cheios de referências de como deve ser a relação do ser humano com a natureza. Nessa cultura, a lei maior é a **vida**. Em defesa da vida, pode-se violar qualquer outra lei. O Rabi Menachem M. Schneerson<sup>7</sup> (1902-1994), conhecido também como Rebe de Lubavitch, costumava dizer que existem dois tipos de leis: a primeira é a que cria a vida, e a segunda é aquela criada pela vida, ou seja, estas últimas são as criadas pelo ser humano numa dimensão histórica e espacial.

Wainer (1996) fez um compilamento das citações sobre a ética das pessoas em relação à natureza que aparecem nos livros religiosos. Há: a proibição do corte de árvores frutíferas em cidades inimigas sitiadas; a preocupação com o destino do lixo, para evitar poluição das águas; a proibição de misturar alimentos derivados de leite com carne, entendendo que o leite é retirado de um animal com vida e a carne de um animal já morto. Há a proibição de ingerir carne de animal que sofreu para morrer, e, nesse sentido, a religião tem regras para o seu abate com o menor sofrimento possível, além de proibir que um animal seja abatido em frente a outro

---

<sup>7</sup> Maior líder judeu do movimento Chabad no século XX. Morava em Nova Iorque.

animal vivo, e a pessoa que faz o abate — o *shochet* — deve ter princípios morais elevados e conduta ilibada.

É na história de Noé que aparece a preocupação de preservar as espécies, e a história conta que um andar da arca era reservado ao lixo, para não haver a poluição das águas

As leis judaicas sobre a ética para o meio ambiente<sup>8</sup> são bem mais numerosas do que aquelas que aqui expusemos. Apenas para finalizar, o povo judaico comemora em 15 de *Shvat*, geralmente no mês de janeiro, a festa *Tu Bishvat*, que é o Ano Novo das árvores. É uma grande festa em que as crianças, principalmente, se dedicam ao plantio de árvores. A palavra hebraica para reino vegetal é *tsomêach* que também é sinônimo de crescer. E Wainer (1996) explica que a comemoração desta “festa”

[...] é um reconhecimento da enorme importância da árvore na vida do homem e para a Terra, sendo que a participação das crianças no plantio de mudas indica que, tal como os frutos de uma árvore, as próximas gerações saberão reconhecer e dar continuidade às boas ações humanas.

Ao pensar nessas leis, filosofias e valores e em outros tantos que a cultura e a religião judaica cultuam, fico pensando que essa é uma cultura milenar e, ao mesmo tempo, seus princípios são tão atuais.

Assim, ao escrever este trabalho, busquei, nas minhas raízes culturais, a forma de explicitar o meu olhar sobre a realidade que me dispus a refletir. É por isso que inseri, nas epígrafes dos capítulos, lendas anedóticas e busquei, em diversas partes do texto, explicitar a simbologia inerente ao meu ser.

O problema de pesquisa deste trabalho é **como o Assistente Social vem mobilizando os seus saberes profissionais nos processos de planejamento**

---

<sup>8</sup> Meio ambiente segundo Penteadó (2003, p. 73) “[...] é formado pelos elementos pertencentes aos reinos animal, mineral e vegetal que compõem determinado espaço. Estes elementos são todos inter-relacionados; destes elementos destaca-se o homem (pertencente ao reino animal) pela capacidade

**participativo, de modo a instaurar uma ação profissional que promova a cidadania<sup>9</sup>?** Utilizando o método de problematização de ações profissionais, procurei elaborar um texto que permitisse ao leitor conhecer a minha caminhada na área do meio ambiente, contextualizando desde as raízes até o ponto de chegada.

Parto da tese de que **o planejamento socioambiental participativo pode complexificar a prática do Assistente Social, colocando-o como um elemento articulador capaz de instaurar uma ação profissional que promova a cidadania a partir das demandas do mundo atual.** Sendo o Serviço Social uma ciência aplicada, ousou mostrar como pude apropriar-me dos métodos participativos, já amplamente utilizados nas outras áreas do saber, ou, sobretudo, por aqueles profissionais que lidam no seu dia-a-dia na área ambiental, para produzir um conhecimento pontual, particular e provisório. Acredito que aqui resida a relevância do tema e do problema de pesquisa, ou seja, ao desvelar que conhecimentos técnicos e teóricos o Assistente Social utiliza em processos de planejamento participativo, pretendo demonstrar a importância de esse Assistente Social utilizar o conhecimento dos métodos participativos para uma ação que promova a cidadania dos diferentes segmentos da sociedade com os quais trabalhamos e, sobretudo, resgatar a importância de voltarmos a trabalhar com as comunidades.

O trabalho com a área ambiental mostrou-me uma outra dimensão e possibilidades da minha ação profissional. A troca de experiências e idéias com profissionais de outras áreas descortinou a possibilidade de trabalhar com um paradigma que mantém a problematização constante da minha ação profissional.

---

que tem de inferir em todos estes elementos, alterando-os, consciente e/ou inconscientemente, através das dimensões econômicas e políticas, das organizações sociais que constroem”.

<sup>9</sup> Cidadania, segundo Penteadó (2003, p. 23), “[...] diz respeito ao conjunto de direitos e deveres que cada indivíduo tem, por ter nascido em cada país. O exercício da cidadania, ou seja, o exercício político do cidadão diz respeito a comportamentos que desenvolvemos para lidar com os direitos e deveres. A cidadania diz respeito a um Estado de Direito que ganha corpo nas sociedades em que a

Igualmente, posso dizer que construí conhecimentos junto aos meus colegas de diferentes áreas do saber, sobretudo, quanto aos métodos e instrumentos de planejamento participativo. O fato de utilizar um referencial que usa a Teoria da Complexidade é mal entendido no meio acadêmico do Serviço Social. Há um entendimento de que esse paradigma emergente vai de encontro ao que a categoria denomina de Referencial Hegemônico, que, por sua vez, tem como suporte teórico a teoria denominada Marxiana.

Tendo como paradigma a Teoria da Complexidade, compus o texto, tecendo as idéias com as informações colhidas junto aos dialogadores. O leitor observará que uso cores diferentes para cada dialogador, numa tentativa de deixar o texto mais leve e de fácil compreensão. Ao compor essa trama, não pude deixar de fazer uma ilação com os tempos em que eu tricotava e bordava. Sentia-me ora tecendo uma blusa colorida de lã, ora tecendo uma tapeçaria. Dessas experiências, surgiu esta tecitura.

Para escrever o texto, inspirei-me também na figura do pássaro de Minerva.

Diz a mitologia que

A coruja é uma ave de rapina. Possui os olhos na mesma disposição da dos humanos, podendo, assim, centrar o foco, com ambos, sob a presa, aumentando sua capacidade de caça. Todavia, para além da capacidade humana, ela gira o pescoço em 180 graus. Na noite, é imbatível no vôo — veloz e ao mesmo tempo ágil. Nada mal para ser uma mascote de uma deusa guardiã de uma cidade, uma deusa que é, ao mesmo tempo, guerreira e sábia, capaz de ter de focalizar problemas, concentrar atenções naquilo que, aos deuses, nem sempre é prazeroso, que são atividades dos mortais. A filosofia, para os gregos após Sócrates, deveria mesmo ser esse tipo de saber: concentrado na vida humana, certo. Ao mesmo tempo, como método, a filosofia deveria ser como a coruja: visão ampla de quem pode girar todo o pescoço. Mas é preciso sempre lembrar que Athena era bela, esguia, ativa. A coruja não, ela é feia. De dia, é boba. ([www.filosofia.pro.br](http://www.filosofia.pro.br), acesso em 24 mar. 2005)

Assim, como não tenho visão de 180 graus como a coruja e nem visão noturna, necessitei fazer vários vôos na busca de perceber as várias dimensões da

---

organização política se orienta por princípios democráticos”. “A cidadania diz respeito ao exercício, à vivência dos direitos e deveres do cidadão” (p. 24) expressos no ordenamento jurídico de cada país.

realidade e suas policausalidades. Acabei por organizar o texto nos vôos/capítulos sempre neste movimento de aproximação/recuo ou decolagem/aterrissagem. Primeiramente, apresento **A Plataforma de Decolagem**. Nesse capítulo introdutório, procuro apresentar como se dá a minha implicação com a área ambiental, contando um pouco da minha trajetória. No Capítulo 2, **O Primeiro Vôo: Delimitando o Problema de Pesquisa**, mostro como procedi na delimitação do meu objeto de pesquisa. No Capítulo 3, **O Segundo Vôo: A Pesquisa**, procuro dialogar sobre a sustentabilidade ambiental, mostrando suas multidimensões. No Capítulo 4, **O Terceiro Vôo: a Emergência da Problemática Ambiental**, apresento como vejo a interface do Serviço Social com a questão ambiental e sua emergência. Proponho a possibilidade de intervenção do profissional Assistente Social nessa área, considerando essa área igualmente como um espaço de educação informal. No Capítulo 5, **O Quarto Vôo: o Planejamento Socioambiental Participativo**, mostro como o pensamento problematizante é determinante no meu processo de pesquisa, apresento meu programa e os procedimentos metodológicos da pesquisa. E, por fim, apresento **Conclusão: A Aterissagem a Partir de Aproximações Sucessivas**.

# 1 A PLATAFORMA DE DECOLAGEM

*“Pergunta o professor:  
‘Como você dividiria em partes iguais onze maçãs entre  
doze crianças?’  
‘É simples: faria uma compota!’”*

Esta tese é o resultado de vários vôos, um programa de milhagem. Cada vôo e milhas percorridas permitiram fazer descobertas e ampliar cada vez mais meus horizontes. Para se entender esse processo, é necessário contar de onde parti, o que vi e onde cheguei.

Embora tenha-me formado, em 1983, em Serviço Social, foi em 1989 que comecei a trabalhar com o meio ambiente. Em dezembro de 1987, fui almoçar com um amigo que tinha uma agência de viagem. Eu estava muito triste e desanimada com o meu trabalho em um hospital de Porto Alegre. Comecei a contar-lhe as agruras pelas quais passa no meu cotidiano: pessoas extremamente pobres que não tinham casa, comida, remédios; os médicos que imaginavam que as Assistentes Sociais tinham varinhas de condão para conseguir as necessidades básicas dos pacientes; a falta de políticas públicas a se recorrer e uma chefe Assistente Social que criticava o meu trabalho. Esse amigo ouviu atentamente minhas lamúrias e, por fim, disse-me: “Olha, meu maior problema é quando um passageiro perde uma mala!” Essa resposta para mim foi um choque! Dei-me conta de que havia profissões no mundo que não lidavam só com a desgraça humana.

Assim, após seis meses nesse trabalho e após duas semanas que a minha família me dava diariamente uma carta de demissão, cheguei em casa sorrindo. Minha família perguntou-me o que havia acontecido, porque fazia um bom tempo que eu não tinha aquela expressão de felicidade. Contei que, enfim, havia criado coragem e me demitido. O que foi motivo de alegria em minha casa.

Havia decidido que não queria mais ser Assistente Social. Agora iria ser estilista! Preocupar-me-ia com desenhos, com tecidos e com costuras. Assim, atravessei a rua e inscrevi-me em um curso de estilismo que havia em frente à minha casa. Passados alguns meses, recebi um telefonema do Professor Seno Cornely, para participar da seleção da Eletrosul, que estava selecionando candidatos para integrar a equipe que executaria o plano de participação social concebido como parte dos Estudos de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto do Meio Ambiente<sup>10</sup>, da Usina Hidrelétrica do Município de Campos Novos<sup>11</sup>, do Estado de Santa Catarina.

A avaliação de impacto ambiental social é o estudo da quantificação e da qualificação dos impactos ambientais que possam ou não ocorrer sobre o meio-antrópico, mediante a ação da pessoa humana numa determinada situação.

O meio antrópico caracteriza-se por cinco grandes itens: dinâmica populacional; uso e ocupação do solo; nível de vida; estrutura produtiva e de serviços; e organização social. A descrição desses fatores e sua dinâmica formam o diagnóstico ambiental social.

O diagnóstico social deve seguir as diretrizes da Resolução Conama nº. 001, de 23.01.1986, art. V e VI, sobre as diretrizes gerais e atividades técnicas que devem contemplar o EIA. Isso quer dizer que cada projeto requer que se estruture a avaliação dos impactos sociais de acordo com suas singularidades.

O grupo coordenado pelo Professor Seno era composto por três Assistentes Sociais e um jornalista. O trabalho era realizado de forma que viajávamos em duplas, a cada duas semanas, a Campos Novos. Essa equipe havia sido contratada para trabalhar com Desenvolvimento de Comunidade. A equipe foi criada como parte

---

<sup>10</sup> Ver, a respeito, Verdum e Medeiros (1992).

dos estudos do meio antrópico e com o objetivo explícito por parte do consórcio de consultores de intermediar o conflito que existia, na época, na região do empreendimento, entre as equipes técnicas de campo, os moradores que seriam atingidos diretamente, tendo que se mudar de suas casas e o movimento social Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (hoje denominado Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens).

Tristemente, a história recente havia mostrado que as barragens construídas durante o período da ditadura, e sobretudo, a de Itaipu, haviam causado impactos sociais muito grandes, principalmente quanto ao trato das populações diretamente atingidas, que, naquelas situações, foram obrigadas a saírem de suas casas sem indenizações, ou seja, expulsas de suas propriedades por conta de um projeto econômico que visava ao crescimento ilimitado.

Na medida em que eu visitava a área e conversava com as diferentes pessoas que seriam direta ou indiretamente atingidos pela construção da barragem, uma outra realidade ia descortinando-se a minha frente. Primeiramente, deparei-me com o drama das famílias, que seriam diretamente atingidas pelo empreendimento, que deveriam mudar-se de suas propriedades, onde seus antepassados se haviam instalado. Eram valores rurais completamente diferentes dos meus, urbanos. Era uma árvore onde, desde os avós ou bisavós, a família se reunia para o mate. Eram as relações de vizinhança que se iriam desfazer. Era o problema do cemitério. Enfim, era todo um futuro de incertezas.

Ao mesmo tempo, a equipe multidisciplinar formada para a avaliação do impacto ambiental, que contava com engenheiros agrônomos, engenheiros sanitários, biólogo, geólogo, médico, historiadores, arquitetos e os Assistentes Sociais, informou-nos que, no pico da obra, a sede da cidade receberia 4.000

operários. Isso significaria um acréscimo de aproximadamente 16.000 pessoas em uma cidade que tinha uma população urbana de 14.000 habitantes. Ou seja, o planejamento social tinha que prever a mitigação desses impactos que, em linhas gerais, seriam: rede escolar, rede de água e esgotos, rede de saúde, infra-estrutura, comércio de gêneros alimentícios, dentre outros.

Aprendi também que, a considerar um perímetro maior, existe toda uma área chamada de área de influência do empreendimento, que também receberá impactos da construção da obra e que, igualmente, deve ser estudada e prevista.

Enfim, era um outro campo de atuação que se descortinava à minha frente. Eu nunca tinha visto, nem lido algo sobre esse tipo de atividade. Ao mesmo tempo, percebi que ali estava bem mais do que uma possível atuação do Assistente Social com desenvolvimento de comunidade. Estava descortinando-se à minha frente um novo olhar sobre o ambiente. Emergia, assim, para mim, a necessidade de o Assistente Social atuar na área ambiental.

Em 1989, entrei para o Mestrado em Metodologias de Serviço Social, na PUCRS. Buscava um embasamento teórico para a minha atuação na área do meio ambiente. Comecei a busca por teorias que explicassem o problema ambiental e respaldassem a ação do Assistente Social. Um dia, lendo o livro **Os (Des)caminhos do Meio Ambiente**, de Carlos Porto Gonçalves (1989), descobri referências a Edgar Morin e Humberto Maturana, que abordavam a realidade a partir da Teoria da Complexidade e do Sistema Vivo e a auto-poiesis respectivamente. Procurei, então, a obra de Morin, que não existia ainda no Brasil. A partir das publicações portuguesas de sua obra. À medida que ia lendo seus livros, fui conhecendo de forma emocionante todo um outro olhar sobre a realidade. Descobri que o mundo vivia a crise da civilização. Fascinada pelo tema, persegui conhecer as teorias de

Edgar Morin sobre a Complexidade, a teoria de Fritjof Capra sobre a teia da vida, de Maturana e Varela sobre a chamada Teoria de Santiago, dentre outros autores chamados pós-modernos, e desenvolvi a proposta de transição do paradigma de Bem-Estar para o paradigma da Qualidade de Vida<sup>12</sup>.

Fundamentalmente, duas disciplinas foram fundamentais para começar a entender a multidimensionalidade: a disciplina de Antropologia Filosófica, que teve como ponto principal o estudo da Modernidade, o que me possibilitou conhecer e começar a entender a crise pela qual passa a civilização, e a disciplina de Economia Política, que me mostrou uma outra dimensão dessa realidade, que foi entender como o modelo econômico de crescimento ilimitado concorreu nesse turbilhão de processos que resultaram na nossa sociedade do final do século XX e início do século XXI.

Ao achar esse ponto de partida para entender o contexto em que estava inserida a problemática e perseguir o estudo de autores que me dessem pistas ou respondessem as minhas perguntas geradas pela crise, também comecei a buscar, na literatura de Serviço Social, como os colegas atuavam na área ambiental. Após uma longa pesquisa bibliográfica, cujos achados se resumiram a uma dissertação de mestrado da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, fui surpreendida com essa outra dimensão da realidade: o meio ambiente não era uma questão a ser atuada pelos Assistentes Sociais.

Apresentar a dissertação foi um problema, já que essa forma de olhar a realidade era muito nova na ordem acadêmica a que pertencia e, sobretudo, no Serviço Social. Acreditava que estava trazendo uma grande contribuição para o

---

<sup>12</sup> Ver, a respeito, Bonder (1992; 1996).

Serviço Social, ao introduzir um novo espaço de abordagem profissional quanto um novo olhar sobre a realidade.

Após apresentar a dissertação em 1992, segui trabalhando como consultora para avaliação de impactos ambientais sociais e, mais tarde, numa segunda revolução interna, passei a prestar serviços de consultoria em planejamento socioambiental.

Em 1998, conquistei uma das vagas para a “fellowship” do Leadership Environment And Development – LEAD, no Brasil sediado na Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças – ABDL, Organização Não Governamental, sediada no Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT da Universidade de São Paulo – USP. O Programa LEAD é realizado ao longo de dois anos através de treinamentos nacionais e internacionais. Este é um programa que tem treinamentos nacionais e internacionais, já que são aproximadamente 12 regiões do mundo que fazem parte, sendo 30 países participantes. Os treinamentos tiveram como temas: - Seminário Internacional sobre Globalização, Sustentabilidade e Comunidades Locais; - Globalização e Comunidades Locais; - Neoliberalismo, Economia Ecológica e Globalização; - Responsabilidade Social; - Habilidades Para a Comunicação; - Desenvolvimento Local e Sustentabilidade; - Planejamento Participativo; - Seminário Sobre Recursos Hídricos; - Educação Para Uma Sociedade Sustentável.

Durante o programa LEAD, tive oportunidade de ter contato com profissionais de diversas áreas. Percebi que todos buscavam se instrumentalizar para trabalhar com comunidades. Deparei-me com esta situação que muito me incomodou, já que o assistente social é preparado para realizar este tipo de intervenção. Por outro lado, dei-me conta de que isto ocorria por ser uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que os outros profissionais desconhecem o campo de intervenção do assistente social, o assistente social também desconhece que a área ambiental é mais um campo de atuação para ele. Além disto, o LEAD também me oportunizou aprofundar meus conhecimentos em instrumentos de planejamento participativo, através de novas metodologias e resignificar a minha prática para planejamento socioambiental. Dentro desta perspectiva, em 1999 fui Consultora — gerente de capacitação técnica para o RS — do CEPAM/UNESCO de São Paulo, para o Programa Comunidade Ativa – DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL: desenvolvido no RS, em cinco municípios como parte de um projeto piloto.

Hoje, dentro da ABDL, pertenço a um grupo que se chama TRILHAS, que trabalha com metodologias participativas. É um grupo de aproximadamente 30 pessoas de todo o Brasil, que trabalha via Internet, trocando experiências e conhecimentos. Durante o II Fórum Social Mundial, realizamos uma pequena oficina de trabalho.

Nesta oficina, observei que, embora todos os participantes tivessem formação diferente, tínhamos em comum o trabalho com metodologia participativa, que fez com que eu me perguntasse então o que diferencia o meu trabalho profissional dos outros? Estamos trabalhando, como Morin colocaria em uma outra disciplina, a disciplina do meio ambiente ou o assistente social tem um papel diferenciado? Posso dizer que trabalho a metodologia participativa como instrumento de transformação social? E as outras profissões não têm esta perspectiva também? Seria por aí o meu problema de pesquisa? Afinal, participação é a tomada do destino em nossas mãos. Aqui existe um tensionamento entre metodologia e participação, como meio e como fim.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Texto extraído do **Texto Livre n. 2**, de fevereiro de 2002

Dos aproximadamente 200 participantes do LEAD-Brasil, sou a única Assistente Social. A minha turma, inicialmente composta por 14 membros, conta com administrador de empresas, sociólogo, engenheiro agrônomo, economista, biólogo, advogado, engenheiro civil, engenheiro sanitário, veterinário. Eu lhes perguntava por que não trabalhavam com Assistentes Sociais que tinham formação específica para trabalhar com comunidades, enfim, com relações sociais. Eles, na verdade, não sabiam que o Assistente Social poderia fazer esse trabalho, e parecia-me, pelas indagações dos meus colegas sobre a minha prática na área ambiental, que eles também não sabiam o que fazer nessa seara.

Na pesquisa que realizei junto aos Assistentes Sociais, observei que os profissionais que procuraram atuar na área de meio ambiente ou de planejamento igualmente buscaram conhecimentos fora do circuito do Serviço Social, conforme a **dialogador roxo 7**:

[...] em função de trabalhar na saúde há bastante tempo e ser uma das pessoas que estruturou a área da saúde ambiental nesse país eu sou uma pessoa que tem formação na FIOCRUZ, no Ministério da Saúde, na Área de Vigilância Ambiental na Saúde, hoje Saúde Ambiental.

Foi assim que, ao término do programa, em agosto de 2000, decidi candidatar-me ao Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Em 2001, iniciei esse doutorado, cujo problema de pesquisa visava saber por que os Assistentes Sociais se mantinham a largo da questão ambiental, quando as outras disciplinas, cada vez mais, incorporavam esta discussão?

No diário de pesquisa, em maio de 2001, aparece a dimensão que esse problema tinha naquele momento: “O que eu quero conhecer e por quê?” O título do meu projeto de pesquisa era: **Serviço Social e Meio Ambiente: Como Ocupar Este Espaço?**

Chama atenção que o meio ambiente, uma área que vem tendo cada vez mais espaço, seja na mídia, seja nos meios acadêmicos, não tenha sensibilizado a categoria dos Assistentes Sociais. Chama atenção que não haja publicações e nem espaço para tal dentro da nossa área no Brasil. Chama atenção o respeito que outras áreas que trabalham com a questão ambiental têm pelo trabalho do profissional do Serviço Social, e, no entanto, este o desconhece. Por fim, chama atenção o desconhecimento que nossos profissionais têm das possibilidades de atuação nesse campo e como esse espaço está sendo ocupado por outros profissionais que não têm formação específica para a intervenção profissional qualificada.

Sendo o Serviço Social uma profissão de intervenção na realidade, que tem como seu objeto de atuação as relações sociais, e tratando-se da crise ambiental, a qual fundamentalmente trata de transformar essas relações, não deveríamos deixar de ocupar esse espaço.

Esse espaço hoje é caracterizado pela opção de um modelo de desenvolvimento de crescimento ilimitado. Assim, podemos identificar um quadro socioambiental brasileiro que apresenta alguns aspectos dramáticos:

- Crescimento da devastação e comprometimento das estruturas e processos ecológicos;

- Baixa incorporação da dimensão ambiental na ideologia e comportamento empresarial e do mercado consumidor;
- Maior amplitude da regulação legislativa dos problemas ambientais;
- Injusta distribuição de renda, aumentando o contingente de pobreza, que, a partir daí, vítima e é vitimado por problemas ambientais.

Podemos apontar dois grandes campos que apresentam impactos ambientais sociais deste modelo:

#### I Ecossistemas Urbanos

- Ocupação desordenada do solo;
- Formação de dualidades socioeconômicas;
- Indústrias poluentes;
- Problemas de tratamento de água e lixo;
- Problemas de esgoto sanitário;
- Baixo nível de saúde e educação;

#### II Ecossistemas Rurais

- Alta natalidade no contingente sem terra;
- Alta concentração fundiária;
- Desmatamento, erosão, perda de solos;
- Extrativismo predatório animal e vegetal;
- Sobre exploração florestal;
- Poluição e assoreamento dos rios;
- Projetos energéticos;
- Atividades mineradoras.

Ao longo dos primeiros semestres no curso de doutorado, percebi que não existia espaço para as minhas inquietações teóricas, para a forma do meu olhar sobre o mundo. O paradigma utilizado e aceito de forma geral era o materialismo histórico. Sentia que veladamente não havia aceitação das teorias pós-modernas, aliás, estas eram vistas como modismos.

Marginalizada teoricamente, cada vez mais, indagava-me sobre as incertezas da construção do conhecimento e sobre a certeza desse conhecimento que não aceita o que a mim parecia tão óbvio: a complexidade.

Na pesquisa realizada, um dialogador que tem experiência com meio ambiente, tendo, inclusive, um projeto premiado nessa área, falou de uma experiência similar, o que fez com que eu não me sentisse tão solitária nessa caminhada do Serviço Social e do meio ambiente. Foi colocado “[...] na ocasião era uma temática nova para o curso que não interessou para o curso [...] até porque havia uma dificuldade de dentro de o curso ter espaço para essa discussão e produção de conhecimento”.

Mariotti (2000), a partir das idéias de Humberto Maturana, explica esse tipo de reação à Teoria da Complexidade, apontando que a nossa cultura é baseada na cultura patriarcal, existente há, aproximadamente, 6.000 anos, em oposição à cultura matrística<sup>14</sup>. Esta cultura deu condições para a sociedade atual, calcada na razão,

---

<sup>14</sup> “[...] a cultura matrística pré-patriarcal [...] com base nos restos arqueológicos [...] que os povos que viviam na Europa entre sete e cinco mil anos antes de Cristo eram agricultores e coletores. Tais povos não fortificavam seus povoados, não estabeleciam diferenças hierárquicas entre os túmulos dos homens e das mulheres [...] Também é possível notar que esses povos não usavam armas como adornos, e que naquilo que podemos supor que eram lugares cerimoniais místicos (de culto), depositavam principalmente figuras femininas. [...] esses povos não podem ter vivido na competição, pois as posses não eram elementos centrais da sua existência. [...] os seres humanos eram, como todas as criaturas iguais, nenhum melhor do que o outro, apesar de suas diferenças. O respeito mútuo deve ter sido o seu modo cotidiano de coexistência [...] como cultura não viviam a agressão, a luta e a competição como aspectos definidores de sua maneira de viver. [...] é crível que as conversações de tal rede fossem de participação, inclusão, colaboração, compreensão, acordo, respeito e co-inspiração.” (Maturana, 2004, p.39).

na linearidade, na hierarquização de idéias, de sentimentos, de escolhas, de pessoas e nas metanarrativas. É uma sociedade que separou a emoção da razão.

“O pensamento linear é um dos instrumentos mais eficazes para criar e manter atitudes preconceituosas.”

As metanarrativas, também chamadas de mega-relatos, são um fenômeno típico da era moderna. Trata-se de discursos que partem do princípio de que existem verdades universais, que valem para qualquer pessoa em qualquer lugar e época. [...] Uma vez estabelecidas, a rigor não se pode mais contestá-las, pois qualquer questionamento seria interpretado como resistência. [...] Questioná-las equivale a ser visto como reacionário, adversário ideológico. O mesmo acontece com algumas teorias. (Mariotti, 2000, p.109).

Lendo esse autor, consegui entender o tipo de relação que se estabeleceu naquele momento entre a minha forma de pensar, de entender o mundo, e a realidade e a orientação teórica da Faculdade de Serviço Social, que entendo ser reducionista, à medida que a prática profissional é olhada a partir do processo de trabalho e da luta de classes.

Parto de uma visão de mundo que entende que, neste momento histórico, a sociedade se organiza em segmentos, tensionando as diversas questões segundo os processos inerentes de auto-eco-organização. Morin (2002) explica que qualquer sistema vivo necessita se relacionar com o ecossistema em que está inserido. Isso significa que é nessa relação que ele se alimenta e que, na sua recursividade, ele se transformará. Assim, a energia e a informação adquiridas são determinantes no seu desenvolvimento, considerando o processo entrópico como determinante. A retroatividade e a dialógica complementam essa idéia, já que “[...] não há possibilidade de autonomia sem múltiplas dependências” (Morin, 2003, p. 36). Dessa forma, se, no início do século XX, existiam classes definidas que se agrupavam em torno de valores e lutas comuns de forma heterogênea, hoje, a inserção das pessoas em diferentes reivindicações está relacionada a valores e

situações vivenciadas. Assim, percebe-se que uma determinada pessoa pode participar do movimento negro, sendo pobre ou rica; do movimento ambientalista, independentemente da sua raça, credo religioso ou situação financeira. A multidimensionalidade da vida complexifica as relações sociais, fazendo com que esses diferentes segmentos ou sistemas vivos produzam e se reproduzam no que Maturana denomina de autopoiese”

Autopoiese é uma palavra composta das palavras gregas “para si” e “produzir”. [...] Os sistemas vivos são entidades autônomas, apesar de eles dependerem de um meio para a sua existência concreta e intercâmbio de material; todos os fenômenos relacionados a eles dependem da forma pela qual sua autonomia é realizada. [...] Esta organização, em termos de auto-produção, pode ser caracterizada como segue. [...] a) participam recursivamente, através de suas interações, da realização da rede de produções (e desintegrações) dos componentes que os produzem; e b) realizando suas fronteiras, constituem essa rede de produções (e desintegrações) de componentes como uma unidade no espaço que eles especificam e no qual eles existem. (Maturana, 2002, p. 133).

Foram 13 anos de prática profissional até 2001, quando ingressei no doutorado. Foram inúmeras as vezes em que colegas me perguntaram em que eu trabalhava e, ao responder meio ambiente, indagaram-me: o que faz um Assistente social que trabalha nessa área? Assim, como também foram várias as vezes em que tentei publicar artigos sobre o tema, e as respostas invariavelmente foram que o assunto não era relevante ou de interesse do Conselho Editorial da revista. Assim, acabei por me distanciar das práticas correntes da categoria dos Assistentes Sociais. E o convívio com os profissionais da área ambiental ensinou-me como utilizar os métodos participativos na minha prática profissional.

## 2 O PRIMEIRO VÔO: DELIMITANDO O PROBLEMA DE PESQUISA

*“O rabino de Koznitz foi recebido como hóspede na casa do rabino Naftali de Roptschitz. Ao entrar na casa, pôs a olhar meditativamente para uma janela que tinha cortinas fechadas e disse: -Se você quer que as pessoas olhem para dentro, por que ter cortinas? E se você não quer que olhem, por que ter janela?  
Respondeu o rabino Naftali: - Porque quando quero que alguém que amo muito olhe para dentro, abro as cortinas.^*

Minha rápida passagem pelo Núcleo de Pesquisa em Formação Profissional — Multiforme — da Faculdade de Serviço Social da PUCRS oportunizou-me o aprendizado de algumas noções que deixaram marcas indeléveis na minha formação. Descobri o método de problematização e como este me conduziria à definição do meu problema de pesquisa.

A partir das noções de crise do praticante e de transição paradigmática, comecei a construir o que hoje se constitui neste texto, resultado dessa caminhada. Segundo Morin (1994, p. 175-176), a crise significa decisão (sentido etimológico da palavra grega *krisis*) e instaura a incerteza. Nos termos desse autor, “[...] a crise ocasiona uma relativa indeterminação onde reinava um determinismo aparentemente assegurado, e, neste sentido, reduz a possibilidade de previsão”. A crise do praticante constitui-se de um magma de tensões, em grande parte implícita e indefinível, vivenciada pelo Assistente Social em relação à sua prática profissional: angústia, impotência, insatisfação, dúvida, insegurança, quando não, impasse. A crise do praticante é um campo de tensões constituído de três elementos entrecruzados e interdependentes: existencial (crise de identidade profissional), político (dificuldades com relações de poder e saber) e científico (conflito entre teoria

e prática) (Dalpiaz, 1994). A noção de crise do praticante indica um ponto de partida, um lugar singular de onde desencadear a produção de conhecimento científico no Serviço Social.

O problema de pesquisa é resultado de um processo paradoxal de delimitação/complexificação progressiva de um problema que emerge da problematização da prática profissional. Esse lugar produz “em ato” uma transição (tensão) paradigmática entre o paradigma científico dominante e o paradigma científico emergente (Santos, 2000), provocando condições de possibilidade de uma ruptura com modelos positivistas e conservadores, de formação do pesquisador e de prática da pesquisa, assim como de uma construção de outro rigor científico.

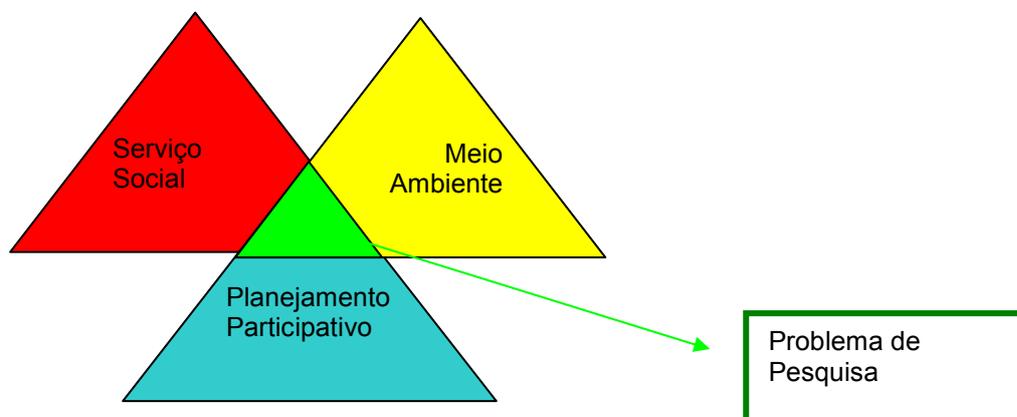
A idéia de problematização iniciou-se com Sócrates (369-399 a.C.). Essa idéia foi abandonada por Aristóteles (384-322 a.C.), que introduziu o método silogístico, acenando com indícios do racionalismo, que aponta que o método científico não se inicia pela problematização, mas, sim, pela premissa.

Morin (2002, p. 124) explica que o ser humano dispõe de estratégias cognitivas com a

[...] ajuda da linguagem, das palavras, dos discursos, das idéias, da lógica, da consciência, através disso com a ajuda falante, inteligente, consciente dos seus parceiros sociais. Ele dispõe da possibilidade de integrar em si a experiência pessoal e a experiência coletivo-histórica armazenada na cultura e redistribuída em cada espírito via educação.

A formação nessas noções fez com que me perguntasse o que me interroga na minha prática? Como forma de me ajudar a visualizar, refletir e compreender, criei a imagem abaixo para ter um ponto de partida.

Figura 1



A partir dessa figura, consegui visualizar que o primeiro passo a ser dado deveria ser uma pesquisa bibliográfica que abrangesse a produção científica do Serviço Social com a interface do meio ambiente e com a interface do planejamento participativo.

A primeira a ser elaborada e executada foi a que pretendeu levantar a produção do Serviço Social com o meio ambiente. Essa pesquisa foi apresentada no Seminário Latino-Americano da ABEPSS, em 2003. Em virtude deste trabalho, atualizei os dados dessa pesquisa até 2004.

Assim, surgiu a necessidade de pesquisar a bibliografia da área, tendo como data de referência o ano de 1992. Ano em que aconteceu, no Rio de Janeiro, a Conferência de Cúpula das Nações Unidas Sobre o Meio-ambiente e, paralelamente, o Fórum Global das Ongs Sobre o Meio-ambiente. Cabe salientar que, nesse referido ano, no mês de julho, apresentei minha dissertação para obter o título de Mestre, quando realizei pesquisa similar, obtendo como resultado produção zero nessa área.

A revisão de literatura<sup>15</sup> para compor a minha tese de doutorado partiu, portanto, de duas pesquisas bibliográficas de acordo com os eixos temáticos que venho desenvolvendo na tese. Esses eixos temáticos são: Serviço Social e meio ambiente e Serviço Social e planejamento participativo. Este trabalho se articula a conhecimentos construídos ao longo de minha caminhada, os quais não pude deixar fora de minha trajetória e apresentar os resultados que permitiram com que seguisse nesse caminho. Esta revisão bibliográfica foi realizada em 3 meses. A primeira pesquisa refere-se à produção de conhecimento de Serviço Social e meio ambiente. Luna (2000) diz que a revisão de literatura é uma peça importante no trabalho científico e pode por ela mesma constituir um trabalho de pesquisa.

Considero relevante o problema, já que hoje em dia muito se tem ouvido falar em crise da civilização e crise de paradigmas de conhecimento dentro do Serviço Social. Mas muito pouco ou praticamente nada se tem falado sobre a implicação que o meio ambiente tem nesse processo de crise, e, por consequência, não se questiona qual seria a contribuição do Serviço Social na área do meio ambiente, tendo em vista essa crise.

Essa pesquisa apresentou as seguintes conclusões:

- a) a dificuldade em encontrar as fontes de dados levou-me a pesquisar tanto em outros núcleos de pesquisa da FSS quanto solicitar, por *e-mail*, material para pesquisa, principalmente quanto aos anais dos encontros da categoria, sem obter muito sucesso;

---

<sup>15</sup> No Multiforme, as pesquisas realizadas eram operacionalizadas através de dispositivos de pesquisa-formação, pois os procedimentos metodológicos associam, concomitantemente, funções de produção de conhecimento científico e de formação profissional. Nesse sentido, o método é sempre problema e resultado, em um movimento em espiral que tensiona o binômio aproximação-distanciamento, no trabalho de complexificação do problema de pesquisa. A leitura dos dados significa que fatos singulares, contextualizados em uma prática, na temporalidade, constituem indícios (Ginzburg, 1989) que revelam sentidos implícitos de práticas sociais.

- b) existe dificuldade para pesquisar em algumas bibliotecas pela Internet — por exemplo, UFSC e CAPES — nas quais só tem acesso quem tem senha, o que acredito ser um contra-senso em se tratando de material de pesquisa para o desenvolvimento das ciências e da educação;
- c) a falta, igualmente, de uma biblioteca que agrupe a memória do Serviço Social está sendo marcante para a execução desta pesquisa;
- d) a exaustiva pesquisa nos anais e artigos publicados permitiu observar que não há a prática da pesquisa bibliográfica no que tange a fontes diversas além de livros. Como exemplo, cita-se pesquisa a banco de dados e
- e) com relação aos dados, identifica-se uma crescente produção sobre o tema meio ambiente na área do Serviço Social,
- f) a leitura dos textos permitiu comprovar a hipótese inicial, ou seja, o meio ambiente é uma área difusa, e isso se reflete dentro do Serviço Social também, a partir das diversas áreas em que foi encontrada produção sobre o tema, por exemplo, infância e juventude, movimentos sociais, cultura e educação, educação ambiental, trabalho, direitos e democracia, planejamento, etc.

Essa pesquisa suscitou refletir sobre a emergência da questão ambiental para o Serviço Social.

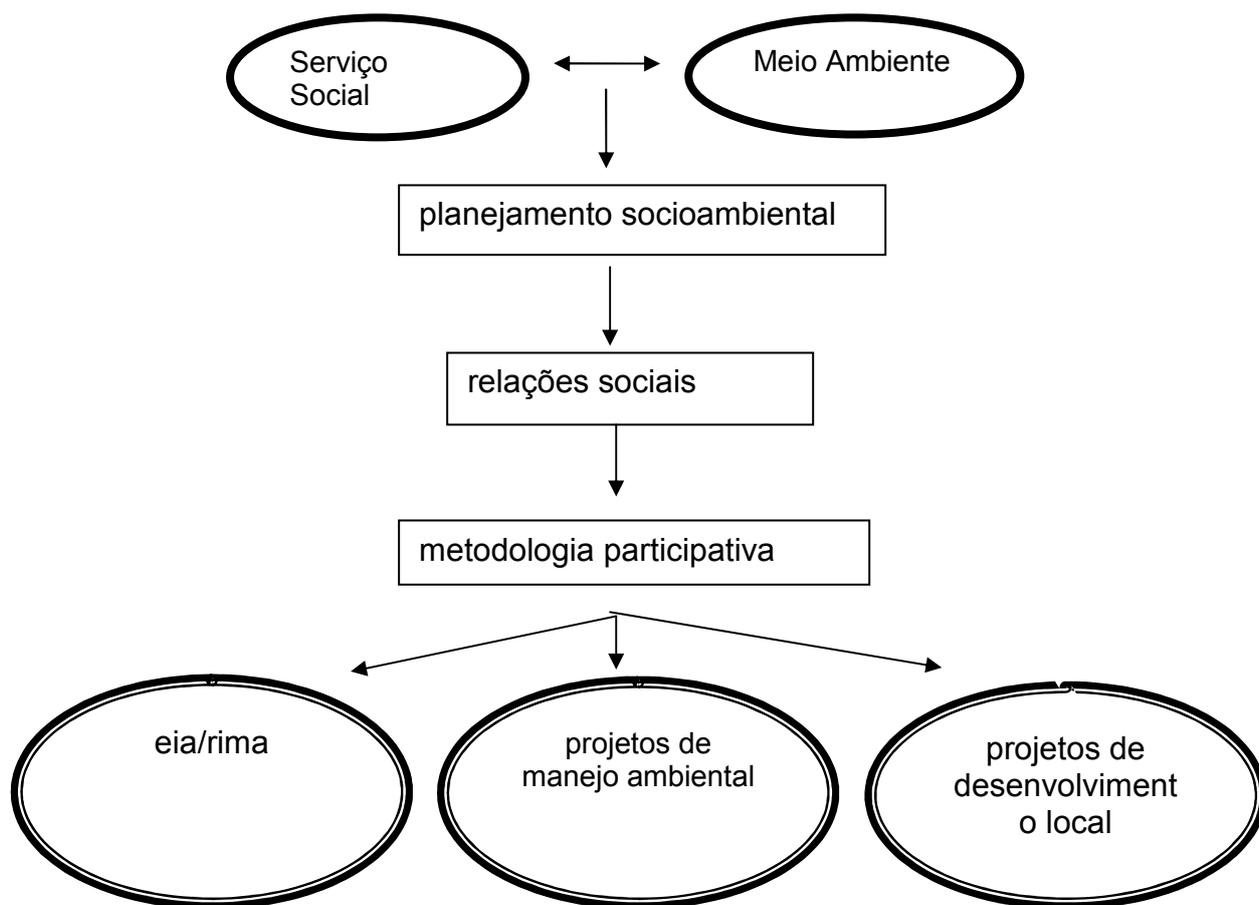
A segunda pesquisa que elaborei e executei tinha como título **A Produção Científica do Serviço Social e sua Interface com o Planejamento Participativo de 1979 a 2004.**

Os resultados e conclusões obtidos a partir de 699 artigos pesquisados, cuja as fontes foram: Revista de Serviço Social e Sociedade; sites da internet sobre

dissertações, teses e artigos; compilação de produção científica da FSS/PUCRS e; Anais de Congressos, Seminários e Encontros Científicos da categoria, encontrados:

- Dois artigos sobre planejamento participativo;
- Seis artigos sobre planejamento;
- 30 artigos sobre participação
- Até o presente momento, os indícios validam a hipótese inicial, surgindo uma segunda hipótese, de que os currículos de formação do Assistente Social estariam influenciando a produção científica, no sentido de não enfatizar a sistematização dos instrumentos, no caso os métodos de planejamento participativos.

Todas essas descobertas levaram à necessidade de recolocar minhas idéias em ordem. Assim, surgiu o esquema abaixo, em que se tenta visualizar as possibilidades do Serviço Social na área ambiental e repensar o meu problema de pesquisa dentro de uma realidade com reais possibilidades de investigação:



Foi assim que começou a se desvelar o problema de pesquisa final. Afinal, se, na minha prática profissional como Assistente Social que atua na área ambiental em processos de planejamento, utilizo métodos participativos nos processos de tomada de decisão, como atuam os Assistentes Sociais que também trabalham com processos de planejamento participativos? Que saberes mobilizam na sua atuação?

### 3 O SEGUNDO VÔO: A PESQUISA

*“Um certo homem encontrava-se em profunda busca interior, questionando-se a cerca da verdade. Atormentado por suas questões resolveu procurar um rabino de outra localidade conhecido por sua paciência e perguntou: -Qual é a essência da verdade?*

*O rabino depositou sobre ele um olhar profundo, pôs-se de pé e esbofeteou o visitante. Perturbado e ma pôs-se a beber em uma taverna. Ao contar pa jovem o que lhe acontecera um terceiro senhor se aproximou e explicou decididamente: -Ele te esbofeteou para que aprendesses a não trocar uma boa pergunta por uma resposta.”*

#### 3.1 O pensamento interrogativo do ser problematizante ou revisitando o *shtetl*<sup>16</sup>

No Capítulo 2, introduziu-se a idéia da problematização da prática para chegar ao problema de pesquisa, em contrapartida à idéia de Aristóteles e seus seguidores do racionalismo científico, que consideram como questão desencadeadora o estabelecimento de uma ou mais premissas, tendo a verificação de veracidade apenas duas opções: ou é refutada ou é verdadeira. Uma vez que se entende que a realidade é apresentada nas suas multirreferencialidades e que as diversas teorias pós modernas não surgiram como uma negação da história, mas como uma auto-eco-organização do sistema vivo, é importante mostrar a evolução e

---

<sup>16</sup> *Shtetl* eram as comunidades dos judeus, ou guetos, na Rússia, até o início do século XX, quando tinham seus direitos cerceados. Esses guetos tinham hora para abrir e fechar, por fora, pela autoridade russa. Os judeus não podiam estudar e só podiam trabalhar em algumas profissões que lhes eram permitidas. Sofriam ataques periódicos, chamados de *pogroms*, quando suas casas eram invadidas, queimadas, roubadas, as mulheres eram estupradas e, muitas vezes, a família era assassinada pelos cossacos, com a conivência do czar. Assim, as leis, a tradição e a cultura eram transmitidas basicamente pela oralidade. As histórias do folclore judaico, aqui citadas, eram contadas e recontadas através das gerações ou muitas surgiram neste ambiente onde a necessidade de estabelecer novas estratégias de sobrevivência foi definitiva para essas comunidades.

rupturas do pensamento sob o ponto de vista da problematização da realidade e sua relação com a pesquisa científica.

Salomon (2000, p.1 56) resgata a trajetória da problematização, conferindo a Sócrates a primeira noção que caracteriza a natureza do **problema**, ou seja,

[...] que o problema é *pergunta*: a pergunta que provoca a procura, a pesquisa. [...] que conceituar é estabelecer uma operação mental, graças à qual uma *matéria* do conhecimento (o *sujeito* da proposição, do juízo) se *determina* (sentido e função do predicado) a partir do ponto de vista que fixa o sentido de uma *pergunta*.

O autor segue seu resgate informando que “[...] a *problematização* iniciada por Sócrates é mantida por Platão, mas por ele *modificada*, ao construir seu próprio método, a *dialética*, com o objetivo de sustentar a teoria inatista das idéias”. A dialética de Platão deslocou a “problematização do momento da descoberta para o da demonstração [...] como instrumento de justificação de idéias inatas.”.

No século XIII, Santo Thomás de Aquino descobriu o método Aristotélico e, a partir de sua interpretação e aplicação, introduziu o **método escolástico**, ao qual alguns historiadores referem-se como a cristianização da filosofia aristotélica. A escolástica surgiu a partir da leitura e da reflexão dos textos — *lectio* e *quaestio* respectivamente.

Descartes introduziu a idéia de **dúvida metódica**. Esse pensador, com a necessidade existencial de colocar em dúvida a realidade, uma vez que não confiava nos sentidos e nem no argumento da autoridade, encontrou uma certeza:

[...] se ele estava duvidando, sendo o duvidar uma expressão do pensar, ele não podia duvidar ao menos de uma coisa: de que estava pensando. Podia então confiar no seu pensamento; e como pensar é responsável pelo conhecer, podia confiar na capacidade de conhecer do ser humano. E sobre esta confiança readquirida reconstrói tudo. (Salomon, 2000, p. 170).

Essa é a raiz da criação da dúvida metódica de Descartes. Esse método indica que o momento inicial da pesquisa é o gerador do conhecimento científico.

Nesse sobrevôo sobre um rápido resgate histórico da problematização da realidade como desencadeador do processo de pesquisa, não se pode deixar de explicitar outra colocação que Salomon (2000, p. 173) faz:

[...] o pensamento científico começa com perguntas, com dificuldades, não com premissas como acreditava o velho racionalismo. Está aqui justamente a força da *dúvida metódica cartesiana*: rejeitar premissas para se iniciar o processo do pensar e do conhecimento pela *interrogação* como *dúvida*, não apenas como curiosidade.

Já Emmanuel Kant trabalhava com a idéia de que todo o conhecimento começa com a experiência em si, e não com a problematização. Na sua obra, explica que o conhecimento real se baseia nos juízos “capazes de dizer algo sobre o real com caráter necessário e universal”. Sucintamente, destacam-se os seguintes elementos mais característicos a partir do que traz Salomon (2000):

- O dado constitui-se como o objeto do conhecimento, e o conhecimento é um processo de síntese ou de unificação;
- Os sentidos não pensam, e o entendimento não intui, assim não se podem conhecer os fenômenos da natureza apenas com o pensar especulativo e/ou as puras intuições;
- “O conhecimento dito empírico só é possível enquanto conhecimento objetivado por meio de conceitos e dos princípios do entendimento. [...] As puras formas do entendimento como formas lógicas dão lugar a enunciados universais e necessários, porém não objetivos”;
- “Conhecer o fenômeno é constituí-lo objeto do conhecimento”;
- “O sujeito gira em torno do objeto para determinar as possibilidades de seu conhecimento em vez de deixar que o objeto gire em torno do sujeito”.

Wilhelm Dilthey (1833-1911) instaurou um novo pensamento, ao criar a intuição volitiva. Essa noção diz que a realidade não é dada ou posta, mas, sim,

resistente. Com essas características, o volitivo — à vontade — desafia o querer conhecer. Assim, para esse autor, a realidade, ou a existência das coisas, é “genuinamente o problema”, não pode ser demonstrada pela razão, tem que ser intuída ao nos percebermos como seres que não apenas pensam, mas também têm vontades e desejos. A mais valiosa idéia desse pensador é a de estabelecer que “[...] na relação sujeito-objeto como definidora do conhecimento, o objeto se identifica com o problema e este com a realidade. [...] A realidade é problemática e o sujeito faz parte desta realidade; é problematizador”.

Já Hegel, em seu pensamento, expõe uma concepção de ciência em que esta não pode ser um saber relativo, que se esgota na relatividade. Assim, a ciência

[...] consiste num saber essencialmente sistemático. É formada de noções que derivam umas das outras de modo necessário. A única forma em que pode existir esta verdade é o sistema científico desta verdade. [...] No método dialético o erro aparece como um momento evolutivo da verdade: a verdade conserva e supera o erro.

Hegel trabalha com o princípio da consciência de si, onde não existe apenas a consciência do objeto, mas, também, a consciência do sujeito como sujeito.

Salomon (2000, p. 197) infere que, para Marx, a natureza é concebida como realidade material infinita no espaço e no tempo.

Desta realidade surgem os organismos que continuam sendo materiais [...] o conhecimento tem lugar por meio dos órgãos dos sentidos. Conhecer é um modo de relação de uma matéria com outra matéria. [...] é o problema o motor do processo de pesquisa e que a abordagem de qualquer problema científico só pode dar-se dialeticamente, considerando-o dentro do processo histórico e estrutural [...] a problematização torna-se uma característica do pensamento contemporâneo

E, por fim, o próprio Salomon, na sua obra, estabelece um tríplice componente estrutural da problematização, que constitui a principal função da problematização:

- a) Atividade aclaradora da realidade social;
- b) Atividade de consciência crítica;
- c) Atividade crítica sempre aberta.

Este autor (2000, p. 224) expressa que:

A realidade humana existe a partir de suas possibilidades mundanas interrogadas, pois ela é o interrogativo do positivo e por isso ela garante a aparição do mundo e do tempo. Em outras palavras, o surgimento da realidade humana no mundo é interrogação sobre as coisas do mundo e sobre o mundo como totalidade.

Enfim, desde que Aristóteles começou a pensar sobre a problematização, as idéias que se sucederam em torno desse assunto evidenciam que a verdade ou se mostra, através da evidência, ou se demonstra, através de enunciados. A verdade estabelece um diálogo entre as evidências e os enunciados mediatizados pelos sujeitos, que questionam e refletem em ato, a partir de seus saberes, olhares, percepções, intuições e múltiplos desdobramentos que podem vir a existir desde o lugar do observador/sujeito/pesquisador. A auto-eco-organização permite entender esse movimento como único, do ponto de vista do observador, influenciado e organizado pela sua história de vida, valores e ética de que dispõe subjetivamente.

É dentro desse pensamento, que fazer pesquisa é tratar com o incerto e desencadear um processo que Morin (2000, p. 61) chama de ecologia da ação. Esse processo contempla dois princípios que encerram a incerteza. Como primeiro princípio, Morin apresenta a idéia de que “[...] o fato de que toda a ação, uma vez iniciada, entra num jogo de interações e retroações no meio em que é efetuada, que podem desviá-la de seus fins e até levar a um resultado contrário ao esperado”. O segundo princípio diz “[...] que as conseqüências últimas da ação são imprevisíveis”.

A pesquisa dentro do pensamento complexo deve perseguir os princípios metodológicos desse pensar. Os princípios estão descritos abaixo, e, entre parênteses, acrescentam-se informações. Segundo Morin (2003, p. 33), são:

- a) “Princípio sistêmico ou organizacional: permite religar o conhecimento das partes com o conhecimento do todo e vice-versa” (idéia de Pascal);

- b) “Princípio hologramático: [...] cada parte contém praticamente a totalidade da informação do objeto representado; em qualquer organização complexa, não só a parte está no todo, mas também o todo está na parte” (acrescento que, assim, a parte estaria mais ou menos apta a recriar o todo; criação de Gabor)”;
- c) “Princípio da retroatividade: com o conceito de círculo retroativo rompemos com a causalidade linear. [...] não só a causa age sobre o efeito, mas o efeito retroage informacionalmente sobre a causa, permitindo a autonomia organizacional do sistema” (princípio introduzido por Weiner e aprofundado por Bateson);
- d) “Princípio da recursividade: um processo recursivo é aquele cujos produtos são necessários para a própria produção do processo. É uma dinâmica autoprodutiva e auto-organizacional. [...] os efeitos ou produtos são, simultaneamente, causadores e produtores do próprio processo. [...] o processo recursivo produz-se/reproduz-se a si mesmo, com a condição de ser alimentado por uma fonte ou reserva exterior”;
- e) “Princípio da autonomia/dependência: [...] introduz a idéia de processo auto-eco-organizacional. Para manter sua autonomia, qualquer organização necessita da abertura ao ecossistema do qual se nutre e ao qual transforma. [...] São múltiplas as dependências que nos permitem construir nossa organização autônoma”;
- f) “Princípio dialógico: [...] este princípio ajuda a pensar lógicas que se complementam e se excluem. O princípio dialógico pode ser definido como a associação complexa (complementar/concorrente/antagônica) de instâncias necessárias, conjuntamente necessárias à existência, ao

funcionamento e ao desenvolvimento de um fenômeno organizado”  
(introduzido por Niels Bohr);

- g) “Princípio de reintrodução do sujeito cognoscente em todo conhecimento: é preciso devolver o papel ativo àquele que havia sido excluído por um objetivismo epistemológico cego. É preciso reintroduzir o papel do sujeito observador/computador/conceituador/estrategista em todo o conhecimento. O sujeito não reflete a realidade por meio dos princípios já mencionados. [...] Trata-se de uma construção que é certamente sempre incerta, porque o sujeito encontra-se inserido na realidade que pretende conhecer. Não existe o ponto de vista absoluto de observação nem o meta-sistema absoluto”.

É da problematização da ação profissional que surge a formulação do problema de pesquisa. A problematização parte do que Salomon (2000, p 08) explicita como

[...] **pensamento interrogativo do ser problematizante** (grifo nosso). [...] O processo de pesquisa faz parte dos dois grandes processos da existência humana: o do conhecer e o do agir. Tanto no processo de conhecer como no de agir, o homem pensa ou age a partir da problematização.

Esse processo inclui a fase de tomada de decisão sobre qual se caminha a seguir. Para tanto, esse modelo tem como base de aplicação o pensamento complexo. Ele transiciona entre o pensamento linear e o sistêmico, dando condições para resignificar o problema e possibilitar um outro olhar que poderá criar as condições para a descoberta de uma outra possibilidade. É a concepção do terceiro incluído<sup>17</sup>. Esse método apresentado pelo autor teve grande repercussão interna em

---

<sup>17</sup> A lógica do terceiro excluído está baseada em 3 axiomas:

1 - **A é A**;

2 - **A não é Não-A**;

3 - não existe um terceiro termo **T** onde **A** não pode ser ao mesmo tempo **A** e **Não-A**.

Em oposição, a partir da descoberta de Niels Bohr de que as partículas são, ao mesmo tempo, corpúsculos e ondas, concebeu-se o princípio do terceiro incluído, onde **T** é ,ao mesmo tempo, **A** e **Não-A**.

mim, ao mobilizar pontos da minha herança cultural judaica. Bonder (1995, p. 7) diz que

No caso particular desta tradição, condições muito favoráveis permitiram uma visão de vida muito aguçada e perspicaz, que passou a ser popularmente chamada de “ídiche kop”, literalmente “cabeça de judeu”. (...) é o questionamento do impossível.

O autor denomina esse movimento de *reframirng*<sup>18</sup>. Para ele, há mudança de perspectivas e possibilidades ao

[...] romper com as convenções que o aprisionavam na posição de perdedor e recontextualizar-se enquanto mestre das opções impensadas. [...] Se o que é impossível numa perspectiva bidimensional for recontextualizado numa realidade tridimensional, o mesmo ponto “impossibilitado” pode desaparecer de seu “plano” e retornar noutra ponto distante (Bonder, 1995, p. 8).

Nesse sentido, o folclore judaico mostra como, de inúmeras formas, o povo judeu sobreviveu às condições adversas de sua história. Utiliza-se um dos exemplos do folclore que Bonder apresenta como forma de demonstrar a concepção de observação cautelosa da realidade:

Conta-se de um incidente durante a idade média em que uma criança de um lugarejo foi encontrada morta. Imediatamente acusaram um judeu de ter sido o assassino, e alegou-se que a vítima fora usada para a realização de rituais macabros. O homem foi preso e ficou desesperado. Sabia que era um bode expiatório e que não teria a menor chance em seu julgamento. [...] Solicitou a presença de um rabino que lhe disse: em nenhum momento acredite que não há solução. [...] Mas o que devo fazer? [...] Não desista, e lhe será mostrado um caminho inimaginável, respondeu o rabino. Chegando o dia do julgamento, o juiz, mancomunado com a conspiração para condenar o pobre homem, quis ainda assim fingir que lhe permitiria um julgamento justo e uma oportunidade para que demonstrasse sua inocência. Chamou-o e disse: Já que vocês são pessoas de fé, vou deixar que o Senhor cuide desta questão: vou escrever num pedaço de papel a palavra “inocente” e em outro “culpado”. Você escolherá um dos dois e o Senhor decidirá o seu destino. [...] O juiz preparou dois pedaços de papel que continham ambos a inscrição “culpado”. [...] o acusado meditou por alguns instantes e, com o brilho nos olhos, avançou por sobre os papéis, escolheu um deles e imediatamente o engoliu. Todos os presentes protestaram: “É simples. Basta olhar o que diz o outro papel, e saberemos que escolhi seu contrário”. (Bonder, 1995, p. 10).

Assim, a chance de solução, que era 0%, considerando a linearidade da situação, ao se recontextualizar o problema, tornou-se 100% favorável.

Todas essas noções dizem respeito a uma compreensão complexa do real, onde a auto-eco-organização possibilita um outro olhar e outra postura diante da

---

<sup>18</sup> Traduzido como **recontextualização**.

realidade, construindo uma nova ordem, a partir da desorganização, permitindo, assim, a sobrevivência do sistema vivo.

### **3.2. A base dialógica**

Este trabalho vem sendo construído à luz da noção da dialógica. Arruda (2003, p. 104) diz que “[...] é preciso sinalizar que as contradições na perspectiva da dialógica são espaços de construção que não necessariamente precisam ser superados, de forma a desaparecer”. Isso faz com que o pesquisador estabeleça uma relação com espaço para a curiosidade e a condução dessa relação conforme as reações de seus dialogadores. Assim, as entrevistas com os Assistentes Sociais tiveram como uma grande característica um roteiro de perguntas semi-estruturadas, que permitiu o desdobramento de cada entrevista em conhecer cada universo holográfico em questão. Arruda (2003, p. 104) explica que

Para além da perspectiva dialética, a dialógica remete-nos a cultura, implicação necessariamente contemplada em qualquer ação reflexiva. Aqui está presente a responsabilidade individual que considera a autonomia e dependência, pois ninguém está solitário em nenhum processo social. Quando algo acontece em uma parte do todo, tudo se reorganiza/desorganiza. O “conhecimento pertinente” ganha força no contexto cultural que nos abraça. A dialógica considera idéias antagônicas/concorrentes e complementares capazes de possibilitar novas sínteses. [...] Daí a importância do princípio recursivo na construção dos sujeitos, que produz, autoproduz-se e é produzido.

Propõe-se realizar uma pesquisa que me interrogo de que lugar estou falando, para poder olhar, ouvir, intuir, refletir... com/para os dialogadores por mim escolhidos. Isso oportunizou descortinar várias dimensões da realidade pesquisada, por vezes reiterando pré-concepções da realidade pesquisadas, por vezes mostrando uma dimensão completamente nova e inesperada.

Assim, para uma maior compreensão, explicitam-se alguns itens do plano de pesquisa.

**Problema: como os saberes técnicos que o Assistente Social mobiliza em processos de planejamento participativo possibilitam a construção da cidadania?**

Objetivo geral: repensar a prática profissional do Assistente Social em processos de planejamento participativo, considerando o meio ambiente como uma questão emergente para a construção de cidadania.

Objetivos específicos:

- Conhecer que saberes técnicos os Assistentes Sociais mobiliza em sua prática de processos de planejamento participativo;
- Conhecer a concepção de planejamento participativo que os Assistentes Sociais têm;
- Conhecer o que os Assistentes Sociais entendem por planejamento socioambiental participativo;
- Poder estabelecer uma relação entre a prática dos Assistentes Sociais em processos de planejamento participativo e profissionais não-Assistentes Sociais que atuam com planejamento participativo na área ambiental.

A seguir, listam-se os procedimentos metodológicos.

**Primeiro**, definição dos dialogadores que serão pesquisados.

Inicialmente, definiu-se que a pesquisa seria realizada com dois grupos diferentes de profissionais:

Grupo I – constituído de profissionais não-Assistentes Sociais que trabalham na área ambiental com planejamento participativo e que pertençam ou a ONG LEAD/grupo de metodologias participativas ou a ONG Participe. Esses dialogadores receberam o questionário por *e-mail*.

Foram 35 *e-mails* para a ONG LEAD e 10 para a ONG Participe. Como muitos fazem parte das duas, fica difícil estabelecer o grau de resposta dos participantes, se considerarmos a ONG a que pertence. Destes, recebi retorno de sete dialogadores.

Grupo II – composto de Assistentes Sociais que trabalham ou tenham trabalhado com planejamento participativo e que tenham ou não experiência docente com a disciplina de planejamento nos cursos de Serviço Social. Tendo em vista que havia sete sujeitos no primeiro grupo, estabeleci, junto com a orientadora desta tese, que o segundo grupo deveria também ter sete pessoas entrevistadas.

Martinelli (1994, p. 15) diz que

[...] como não estamos procurando medidas estatísticas, mas, sim, tratando de nos aproximar de significados, de vivências, não trabalhamos com amostras aleatórias, ao contrário, temos a possibilidade de compor intencionalmente o grupo de sujeitos com os quais vamos realizar nossa pesquisa.

Duas Assistentes Sociais, ambas as professoras em distintas universidades, não tiveram disponibilidade para serem entrevistadas. A justificativa de uma foi que, como era docente da disciplina de gestão em curso que não é o de Serviço Social, acreditava que não teria o que contribuir para a minha pesquisa. A outra me explicou que estava em fase final de elaboração de sua tese e que, por esse motivo, não teria tempo, porém ficou de me dar retorno em sete dias. Como não houve esse retorno, busquei outro dialogador.

A técnica usada foi a da bola de neve, em que as pessoas entrevistadas vão sugerindo nomes de outros possíveis informantes qualificados.

Os métodos qualitativos em pesquisa são úteis para quem busca entender o contexto onde algum fenômeno ocorre. Eles permitem a observação de vários elementos simultaneamente em um pequeno grupo. Essa abordagem é capaz de propiciar um conhecimento aprofundado de um evento, possibilitando a explicação de comportamentos. [...] uma das principais características dos métodos qualitativos é o fato de que as pesquisas são formuladas para ter uma visãoêmica. Trabalha-se com

um pequeno grupo de pessoas, escolhido a partir de critérios previamente escolhidos conforme os objetivos do estudo. [...] A coleta de dados depende do estabelecimento de uma relação entre pesquisador e pesquisado. A técnica snowball é usada quando cada novo informante indica novas pessoas a participarem da pesquisa. (Victoria, 2000, p. 37).

**Segundo**, elaboração dos instrumentos.

A partir das questões norteadoras, foi elaborado o questionário a ser respondido pelo Grupo I e o roteiro semi-estruturado a ser respondido pelo Grupo II, conforme apresentado abaixo.

Instrumento para o Grupo I.

### **Pesquisa Sobre Planejamento Participativo**

1. Dados de identificação:

1.1 Nome:

1.2 Formação:      Graduação:

Mestrado:

Doutorado:

Tempo de formação

Profissão atual:

Participou de cursos na área de planejamento participativo?

2 Como começou a trabalhar com planejamento participativo?

3 Qual a sua experiência com planejamento participativo? Que métodos utiliza?

4 Descreva a forma de sua atuação na área de planejamento

5 Quais dificuldades e/ou limitações encontradas no desenvolvimento deste trabalho?

6 Você já teve experiência de atuação no planejamento participativo com um Assistente Social? Descreva essa experiência.

## Instrumento para o Grupo II

**Pesquisa Sobre Planejamento Participativo**

## Roteiro de entrevista

Formação (pós-graduação, cursos e tempo de formado):

O que é planejamento participativo?

Descreva a tua atuação com planejamento participativo, citando e descrevendo um exemplo

Que métodos, técnicas e ferramentas tu usas para trabalhar com planejamento participativo?

Quais as dificuldades que tens para trabalhar com planejamento participativo?

Por que as publicações da área do Serviço Social, a partir de 1992, sobre planejamento participativo ou processos participativos não apresentam, na sua grande maioria, os métodos, técnicas e instrumentos utilizados nesse trabalho executado pelo Assistente Social? Por que são geralmente teóricos?

O que é planejamento socioambiental participativo?

Realizaram-se as entrevistas de forma presencial, gravando os depoimentos, com autorização dos sujeitos, em um gravador marca Panasonic, modelo RQ-L31. A entrevista mais longa durou duas horas, e a mais curta, 40 minutos.

Trivinos (1987, p. 146) denomina esse instrumento utilizado de entrevista semi-estruturada, que descreve como sendo

[...] parte de certos questionamentos básicos, apontados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, frutos de novas hipóteses do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Assim, cada entrevista foi singular e plural. Singular pelo fato de que cada dialogador falou do seu lugar de sujeito num processo comunicacional de interação

com o sujeito pesquisador/dialogador. Plural pelo fato de que a soma dos diálogos efetivamente permitiu a ampliação da visão sobre o problema pesquisado. Então, nessa inter-relação de subjetividade, cada momento singular foi um momento de decisão, onde eu procurava explorar as diversas formas que cada sujeito respondia ao roteiro, muitas vezes fazendo outras perguntas, denominadas perguntas de ocasião (perguntas que não estavam no roteiro).

No momento de ida para o trabalho de campo, para entrevistar o grupo de Assistentes Sociais, estava bastante desanimada em continuar o trabalho. Porém, à medida que as entrevistas se foram realizando, uma nova energia surgiu. A cada entrevista, fui ouvindo coisas que não tinha imaginado quando constitui a minha hipótese e o instrumento da pesquisa. Cada entrevista foi uma troca intensa em que percebia que nem eu e nem o dialogador saíam iguais como tinham entrado. E isso foi comprovado ao refazer a entrevista número 5: “Pensando, ouvindo, transformando, também vai transformando para quem esta sendo entrevistado”. A esta colocação, respondo: “Isso é uma coisa também muito legal, porque eu aprendi com todas essas entrevistas, que na minha tese eu chamo de dialogadores, ninguém saiu como entrei tanto eu quanto os Assistentes Sociais. Então, isso também foi uma coisa boa, legal, enfim, e é o que eu pretendo mesmo com a minha tese, mostrar a contribuição desse meu olhar de planejamento socioambiental participativo, que desenvolve esses métodos direto com comunidades, que isso é uma coisa que eu acho que o Serviço Social perdeu, de resgatar isso”.

**Terceiro**, testagem dos instrumentos.

Tanto o formulário quanto o questionário sofreram testagem, a qual, por indicação da minha orientadora, não foi utilizada como dados válidos para a pesquisa explicitamente. Considero que, dentro desse paradigma da complexidade,

os sujeitos testadores igualmente se inserem no universo pesquisado. São sujeitos, portadores de inteligência, história de vida, conhecimentos e, acima de tudo, são sistemas vivos que fazem parte do todo. Por tudo isso, ao refletir sobre os dados postados à minha frente e mesmo durante os momentos de interlocução com os dialogadores, foi impossível não lembrar as informações que esses sujeitos da testagem dos instrumentos deram.

**Quarto**, tratamento das informações.

Uma das formas utilizadas para a leitura dos dados foi montar um quadro com as perguntas e respostas, conforme o Quadro 1.

Primeiramente, realizou-se uma leitura de todas as respostas.

Num segundo momento, organizaram-se as respostas do Grupo II pela pergunta que havia realizado. Assim, pode-se ter uma idéia mais geral do que as pessoas respondiam dentro de seu universo de referência e como eram os padrões de respostas tendo em vista o tipo de pergunta.

**Quadro para a pesquisa junto ao Grupo I**

Graduação	Mestrado	Doutorado	Tempo de formação	Profissão atual	Participou de cursos na área de planejamento participativo?	Como começou a trabalhar com planejamento participativo?	Qual a sua experiência com planejamento participativo? Que métodos utiliza?	Descreva a forma de sua atuação na área de planejamento	Quais dificuldades e/ou limitações encontradas no desenvolvimento deste trabalho?	Você já teve experiência de atuação no planejamento participativo com um Assistente Social? Descreva essa experiência.

**Quadro para a pesquisa junto ao Grupo II**

Sujeitos	Graduação	Mestrado	Doutorado	Tempo de formação	O que é planejamento participativo?	Descreve a tua atuação citando, um exemplo	Que ferramentas tu usas, métodos e técnicas para trabalhar com planejamento participativo?	Quais dificuldades e/ou limitações encontradas no desenvolvimento deste trabalho?	Por que não existem publicações sobre os instrumentos e/ou técnicas utilizadas na prática do assistente social em planejamento participativo na literatura da área?	O que é planejamento socioambiental participativo?

### Quadro de Operacionalização da Pesquisa

Sistemas de Idéias	Questões Norteadoras da Pesquisa	Encaminhamentos da pesquisa
<p>Supõe-se que o planejamento participativo seja uma prática constante e desafiadora para o Assistente Social que se propõe a pensar a emergência da questão ambiental para o Serviço Social neste início de século. Dessa forma, esse profissional, pressionado pelas atuais demandas socioambientais, dispõe-se a buscar instrumentos para a ação interventiva que <b>complexifique a sua prática</b>.</p>	<p>Por que o planejamento sócio-ambiental participativo desafia o Assistente Social a repensar a sua prática neste início de século?</p>	<p><b>O planejamento socioambiental participativo desafiando o Assistente Social a complexificar a sua prática</b></p>
<p>A importância da questão ambiental no mundo atual possibilita o surgimento de vários espaços de atuação para o Assistente Social. Dessa forma, esse profissional passa a mobilizar saberes voltados à ao <b>planejamento socioambiental participativo</b>.</p>	<p>Quais os espaços de atuação para o Assistente Social frente à questão ambiental?            Que saberes os Assistentes Sociais utilizam na sua prática de planejamento participativo?            Que competências profissionais são necessárias para o Assistente Social?</p>	<p>Os saberes profissionais do Assistente Social e as questões de planejamento socioambiental participativo</p>
<p>A atual demanda pela construção de saberes profissionais do Assistente Social apresenta-se como uma estratégia de empoderamento do sujeito. Dessa forma, o Serviço Social como uma ciência aplicada, comprometido com a construção de um pensamento complexo, passa a buscar novas abordagens teórico-metodológicas que possibilitem práticas interventivas que, num movimento <b>auto-eco-organizativo</b>, organize a si e ao mundo.</p>	<p>O que é planejamento participativo?            Qual a estratégia de empoderamento do Assistente Social?</p>	<p>O planejamento socioambiental participativo como uma <b>prática auto-eco-organizativa</b> que propicia a construção da <b>cidadania</b></p>

## 4 O TERCEIRO VÔO: A EMERGÊNCIA DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL

“Um pobre camponês, a caminho da cidade, deparou-se com uma carteira de dinheiro perdida na estrada. Dentro da carteira encontrou o equivalente a \$90, um nome, um endereço e um bilhete dizendo: se achada, por favor, retorne esta carteira - \$10 de recompensa.

O camponês ao devolver a carteira ao dono viu que este ao invés de ficar agradecido, disse: -vejo que você já descontou os \$10 de sua recompensa. O pobre homem jurou que não, mas o dono da carteira insistia que faltavam \$10 do total de \$100.

Resolveram, então, levar a questão ao rabino local, que ouviu o camponês e o dono da carteira.

-Em quem você vai acreditar rabino, desafiou o homem rico, neste camponês ignorante ou em mim?

-Em você, é claro!

Mas o rabino pegou a carteira e deu ao camponês.

-O que você está fazendo, pergunta o camponês.

-Você disse que sua carteira continha \$100. Este homem diz que a carteira que encontrou tinha apenas \$90.

Assim sendo, esta carteira não pode ser a sua. Disse o rabino

-Mas e quanto ao meu dinheiro perdido?

-Teremos que esperar até que alguém encontre uma carteira com \$100! Explicou o rabino!

### 4.1 O Serviço Social e o meio ambiente

Ao transitar no meio acadêmico e da categoria, observa-se que muito se fala em crise da civilização e crise de paradigmas de conhecimento dentro do Serviço Social, porém muito pouco ou praticamente nada se tem falado sobre a implicação que o meio ambiente tem nesse processo de crise e, por conseqüência, não se questiona qual seria a contribuição do Serviço Social na área do meio ambiente.

Primeiramente, é necessário que se contextualize em que condições essa crise foi gerada. A atual crise da civilização nasceu nos anos pós-guerra, em plena Guerra Fria Estados Unidos *versus* União Soviética. O advento da bomba atômica e o seu lançamento nas cidades de Hiroxima e Nagasaki, ao final da Segunda Grande

Guerra, mostraram ao mundo a possibilidade de arrasar grandes populações com o emprego de apenas uma bomba atômica. A corrida armamentista e nuclear durante a Guerra Fria e a freqüente ameaça do desencadeamento da III Guerra Mundial entre as duas maiores potências, principalmente durante a crise dos mísseis de Cuba<sup>19</sup>, levou o mundo a ter armazenado quantidade suficiente para destruir a terra cinco vezes<sup>20</sup>. Isso colocou a pessoa humana, pela primeira vez na história da humanidade, de frente com a possibilidade de sua própria finitude, causada pelo desenvolvimento tecnológico, enfim, pelo modelo de ciência que a sociedade adotou até então.

Se, em 1945, o ser humano, pela primeira vez, concretizou a possibilidade de extermínio da espécie humana pela invenção da bomba atômica, em 1970, o Clube de Roma<sup>21</sup> mostrou ao mundo que a espécie humana estava ameaçada de extinção, se não se adotasse um outro padrão de exploração ambiental. Esse grupo divulgou as conclusões de seus estudos conforme listado abaixo:

Se as atuais tendências de crescimento da população mundial — industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais — continuarem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável, tanto da população quanto da capacidade industrial.

É possível modificar estas tendências de crescimento e formar uma condição de estabilidade ecológica e econômica que se possa manter até um futuro remoto. O estado de equilíbrio global poderá ser planejado de tal modo que as necessidades materiais básicas de cada pessoa na terra sejam satisfeitas, e que cada pessoa tenha igual oportunidade de realizar seu potencial humano individual.

Se a população do mundo decidir empenhar-se em obter este segundo resultado, em vez de lutar pelo primeiro, quanto mais cedo ela começar a trabalhar para alcançá-lo, maiores serão suas possibilidades de êxito (Meadows, 1978, p. 20).

Ou seja, o modelo de economia adotado pelos países levaria à exaustão dos recursos naturais e ao conseqüente desaparecimento da espécie humana, por

---

<sup>19</sup> Ver Hobsbawm (1995).

<sup>20</sup> Ver Gonçalves (1989).

<sup>21</sup> Segundo Meadows *et al.* (1978, p. 10), “Em abril de 1968, um grupo de 30 pessoas de 10 países — cientistas, educadores, economistas, humanistas, industriais e funcionários públicos de nível nacional

impossibilidade de viver no planeta sem recursos naturais que lhe mantenham as condições de vida.

Esse modelo de ciência, chamado de clássico ou moderno, centrado no antropocentrismo, colocou em risco o uso e a existência dos recursos naturais do planeta e a sobrevivência das gerações vindouras. Leff (2002) diz que a questão ambiental — a poluição e degradação do meio, a crise de recursos naturais, energéticos e de alimentos — surgiu nas últimas décadas do século XX como uma crise de civilização, questionando a racionalidade econômica e tecnológicas dominantes. Esta crise tem sido explicada a partir de uma diversidade de perspectivas ideológicas. Por um lado é percebida como resultado da pressão exercida pelo crescimento da população sobre os limitados recursos do planeta. Por outro, é interpretada como o efeito da acumulação de capital e da maximização da taxa de lucro a curto prazo, que induzem a padrões tecnológicos de uso e ritmos de exploração da natureza, bem como formas de consumo, que vem esgotando as reservas de recursos naturais, degradando a fertilidade dos solos e afetando as condições de regeneração dos ecossistemas naturais.

Em 1972, sensibilizados por esse relatório do Clube de Roma, os países desenvolvidos participaram da Cúpula das Nações Unidas Para o Desenvolvimento, em Estocolmo, para discutirem o problema, dando os primeiros sinais de alerta sobre a crise ambiental. Com base no documento **Limites do Crescimento** (Meadows, 1972) — cuja grande mensagem foi mostrar que o mundo caminha para uma situação-limite, onde a vida na Terra ficará insustentável; mas, ainda poderia mudar o curso da nossa história, estabelecendo outras relações econômicas e ecológicas para a vida neste planeta — alguns países já falavam da necessidade de

---

e internacional — reuniram-se na Academia dei Lincei, em Roma. (...) encontraram-se para discutir

haver uma discussão sobre o modelo de crescimento ilimitado<sup>22</sup> utilizado até então. Nessa conferência, iniciou-se a discussão sobre limites de exploração dos recursos naturais. A discussão foi basicamente: racionalidade econômica *versus* nacionalidade ambiental. A partir daí, houve uma divisão sobre a questão do meio antrópico e do meio ambiente.

O Brasil, durante o evento, estando em pleno “Milagre Econômico”, divulgou amplamente a sua intenção de investir nesse modelo econômico e ainda convidou os países a virem instalar-se aqui, já que não havia leis ambientais e com o governo de ditadura militar não haveria situações de contestação social.

Em 1983, foi formada a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento<sup>23</sup>, que ficou mundialmente conhecida como Brundtland, por ter sido presidida pela 1ª Ministra Norueguesa Gro Brundtland. Essa comissão realizou um profundo estudo das condições ambientais do mundo, publicando, em 1988, o relatório **Nosso Futuro Comum**, da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente (1991), que faz o apelo: “[...] é unânime a nossa convicção: a segurança, o bem estar e a própria sobrevivência do planeta dependem dessas mudanças, já”.

Como uma das recomendações dessa comissão, em 1992, já sob um regime democrático, o Brasil sediou, no Rio de Janeiro, a Cúpula das Nações Unidas Para o Meio Ambiente. A Declaração aprovada ao final do evento anuncia, no seu artigo primeiro,<sup>24</sup>

Temos consciência da contradição existente nesse modelo de civilização dominante, iníquo e insustentável, construído sobre o mito do crescimento ilimitado e sem levar em consideração a finitude da Terra. Entendemos, por isso, que a salvação do planeta e de seus povos, de hoje e de amanhã, requer a elaboração de um novo projeto civilizatório.

---

um assunto de enorme amplitude: os dilemas atuais e futuros do homem”.

<sup>22</sup> Ver Aron (1981).

<sup>23</sup> A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento foi criada em decorrência da Resolução nº 38/161 da Assembléia Geral, adotada na 38ª Sessão das Nações Unidas, em 1983.

A partir daí, popularizam-se conceitos como sociedade sustentável, educação ambiental, Agenda 21, dentre outros. As Organizações Não-Governamentais realizam o maior encontro de ONGs até o momento, que se chamou de Eco-92, mobilizando a sociedade mundial a partir desse megaevento. Essa reunião das ONGs é considerada um marco histórico, porque chamou a atenção do mundo todo para a questão ambiental, mudando definitivamente as discussões em torno do tema, com a entrada da sociedade civil e a mobilização que alcançou.

A Eco-92 fez um movimento em termos de conceituar o desenvolvimento sustentável a partir do relatório **Nosso Futuro Comum** e possibilitou a abertura das negociações multilaterais para as sociedades civis.

Assim, como resultado desses encontros, os Estados estabeleceram o compromisso de realizarem as Agendas 21<sup>25</sup>.

Estabeleceu-se a previsão da assinatura do Protocolo de Kioto, que estipula um cronograma de diminuição de emissão de poluentes. Canadá e Japão assinam esse tratado internacional. Por serem historicamente aliados tradicionais dos EUA, esse não-alinhamento causa alteração nas relações geopolíticas.

Após esse marco do movimento ambientalista internacional, houve a reunião denominada Rio + 5, ocorrida cinco anos depois, promovida pelas ONGs, para uma avaliação da proposta de desenvolvimento da Agenda 21. Finalmente, em 2002,

---

<sup>24</sup> [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br) . Acessado em 28 jul. 2005.

<sup>25</sup> A **Agenda 21** é um plano de ação para ser adotado, global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente. Constitui-se na mais abrangente tentativa já realizada de orientar para um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI, cujo alicerce é a sinergia da sustentabilidade ambiental, social e econômica, perpassando todas as suas ações propostas. Contendo 40 capítulos, a **Agenda 21 Global** foi construída de forma consensuada, com a contribuição de governos e instituições da sociedade civil de 179 países, em um processo que durou dois anos e culminou com a realização da Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, também conhecido por Rio-92. Além da Agenda 21, resultaram desse mesmo processo quatro outros acordos: a Declaração do Rio, a Declaração de Princípios Sobre o Uso das Florestas, a Convenção Sobre a Diversidade Biológica e a Convenção Sobre Mudanças Climáticas — [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br), acesso em 26 jul. 2005

aconteceu a Reunião de Cúpula das Nações Unidas Para o Meio Ambiente, em Joanesburgo, África do Sul, mais conhecida como Rio + 10. Nesse evento, o foco foi a discussão em torno de como implementar o desenvolvimento sustentável a partir do conceito de cidadania planetária.

No evento Sustentável 2005<sup>26</sup>, realizado de 31 de maio a 2 de junho de 2005, no Rio de Janeiro, as discussões sobre desenvolvimento sustentável estavam focadas nos seguintes pontos:

- a avaliação ecossistêmica e socioambiental do planeta é negativa (relatório realizado e publicado pelo PNUMA<sup>27</sup>): 15 dos 24 indicadores de qualidade de vida estão negativos, estamos próximos do colapso. Em dois anos, a Amazônia teve desmatado o equivalente ao Estado do Sergipe<sup>28</sup>;
- a ameaça é usada hoje como potencial para mudar a realidade;
- as empresas devem diminuir riscos e ter responsabilidade social e ambiental, como forma de valorizar e proteger o capital dos acionistas. A questão da responsabilidade social e ambiental é o maior foco a partir da questão ética e da opinião pública;
- o político, o ambiental, o social e o econômico devem ser trabalhados de forma integrada;
- são considerados indutores da sustentabilidade os governos; a sociedade civil e as empresas nacionais;

---

<sup>26</sup> Sustentável 2005 é o nome pelo qual também é conhecido o Congresso Ibero-Americano Sobre Desenvolvimento Sustentável, realizado pelo Conselho Empresarial Brasileiro Para o Desenvolvimento Sustentável.

<sup>27</sup> Millenium Ecosystem Assessment. [www.rolac.unep.mx](http://www.rolac.unep.mx). Acesso em: 30 jul. 2005.

<sup>28</sup> Relatório do INEP. [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br). Acesso em: 05 jul. 2005.

- necessidade de repensar a racionalidade econômica, colocando a qualidade de vida no centro da questão;
- considerar o cidadão como ator privilegiado no processo de indução de mudança. Ele influencia os governos, a sociedade civil e o comércio;
- sustentabilidade é um conceito que evolui, no início era utópico, hoje é real. Hoje, verifica-se uma apropriação indevida do uso do termo;
- todas as ameaças têm como ator o humano, e todas as possibilidades de superação também;
- não há sustentabilidade sem responsabilidade ambiental;
- não há sustentabilidade sem democracia e liberdade com participação;
- não há sustentabilidade sem justiça social (direitos e oportunidades iguais para todos);
- enraizamento e consciência sobre a sustentabilidade na sociedade;
- processos de aprimoramento das relações sociais;
- amadurecimento para a construção de uma sociedade minimamente saudável e, por conseqüência, sustentável;
- a cultura gera renda e emprego e qualifica as relações sociais. Cultura = essência da vida humana, conecta-se com todas as dimensões da existência humana;
- capacitar as pessoas para ter acesso à expressão;

- o produto sustentável tem que ter competitividade no mercado com apoio de políticas;
- como atribuir responsabilidades? São Paulo tem um carro para cada dois habitantes. Se a China tiver esse índice, seriam 650 milhões de carros. A atmosfera do planeta não suportaria, e a sociedade não pode dizer que eles não têm esse direito;
- direitos = meio ambiente sadio e sustentável;
- dimensão ética do balanço entre a presente geração e as futuras gerações;
- são deveres construir os deveres e construir quem serão estes atores;
- fixar os deveres de cada cidadão;
- pegada ecológica está no campo dos deveres, atribuir responsabilidades (ver *site* [www.rprogress.org](http://www.rprogress.org));
- a certificação florestal é um novo marco regulatório, são processos de acordos multilaterais onde a hegemonia de protagonismo não é dos Estados, mas, sim, entre as sociedades.
- *accountability* do governo como demanda social;
- a construção do futuro não é objeto do conhecimento, no entanto é onde cada pessoa passará o resto de sua vida;
- que futuro queremos?;
- que mudanças e rupturas temos que fazer?;

- são estratégias para alcançar esses futuros a democracia participativa, o pensamento crítico, a reforma interna do ser humano (valores), a integração (América Latina);
- quem somos? Qual a nossa identificação étnica, ética e cultural?;
- reconceitualização constante do que é o ambiente e visão sistêmica das relações entre a sociedade e o ambiente.

Assim, ao longo dos últimos anos, nesse ambiente pró-ativo, vimos desabrochar, na sociedade científica internacional, as teorias científicas que questionam e instauram uma nova prática epistemológica de enfrentamento da problemática ambiental. É dentro desse cenário que se quer discutir se essa é uma questão emergente para o Serviço Social.

A crise ambiental e sua emergência no Serviço Social vinculam-se diretamente com a concepção que se tem sobre a relação da pessoa humana com a natureza.

Alguns autores Assistentes Sociais entendem que a pessoa humana não faz parte da natureza. Iamamoto (2003, p. 60) diz que “[...] pelo trabalho o homem se afirma como um ser social e, portanto distinto da natureza”. Porém, ouvi com satisfação do colega verde entrevistado, identificado com a Teoria Marxiana, que, uma vez que conheceu o trabalho com meio ambiente, através dos problemas sanitários de algumas comunidades, percebeu

[...] como tu está sensibilizado com os direitos humanos, tu tens que estar sensibilizado com o meio ambiente, acho que o Serviço Social entra muito pouco nessa área, acho que é uma área enorme para nós, sou uma defensora de entrar nessa área, é uma coisa nova para mim o meio ambiente, [...] mas, quando eu cai numa (local em que trabalhou), que tem tudo a ver com o meio ambiente, eu me apaixonei pela área, gostaria de ficar nessa área para ser bem honesta, e tu trabalha com as comunidades rurais, com toda a coisa do trabalho de educação ambiental, é fantástico, acho que nós temos que entrar com isso dentro da universidade, capacitar os nossos alunos para estarem entrando, tem um monte de lugar para os Assistentes

Sociais trabalharei, trabalhar com comunidade, organização social, acho que é um baita espaço.

Dentro da visão de evolução do planeta Terra desde seu surgimento, entende-se que a pessoa humana é, até o presente, o último grau de evolução. Mas também pode-se concluir que a pessoa humana não se tornou um produtor de cultura apenas por ser o ser humano, mas, sim, como o resultado de um longo processo evolutivo que triunfou graças à formação de uma cultura já complexa existente, que oportunizou ao *Homo sapiens* se estabelecer. Assim como o planeta está inserido dentro de uma galáxia, a pessoa humana não vive sem o planeta Terra, seu habitat e ecossistema. Sob esse ponto de vista, a pessoa humana é um micro-sistema vivo, dentro de um sistema vivo maior, que é a Terra, e, das suas relações sociais nesse sistema vivo, é que depende o futuro de todo o planeta. Morin (2002), recorrentemente, aponta que a visão que dicotomiza a pessoa humana e a natureza advém de uma concepção de mundo reducionista e disjuntiva. Esse autor questiona se podemos separar o “quem somos?” do “onde estamos, de onde viemos e para onde vamos?” e complementa que conhecer a pessoa humana não é expulsá-la do universo, mas, aí, situá-la. A visão disjuntiva da realidade permitiu que se viva na dualidade do enraizamento no cosmo físico e na esfera viva, assim, estamos, ao mesmo tempo, na natureza e fora dela.

E foi essa cultura, a ocidental ou dominante, que determinou que a pessoa humana não é natureza, já que sabemos que a cultura indígena faz outra interpretação dessa relação ou as culturas orientais, que também entendem a relação ser humano-natureza de forma harmoniosa. Como um conceito criado e instituído pelos homens, Gonçalves (1989) coloca que esta concepção “[...] é um dos pilares através dos quais os homens erguem suas relações sociais”, enfim, sua cultura.

A partir de Gonçalves (1989), pontuo as seguintes idéias sobre natureza:

- a natureza define-se, em nossa sociedade, por aquilo que se opõe à cultura. A cultura é tomada como algo superior e que conseguiu controlar e dominar a natureza;
- o conceito de natureza justifica a existência do Estado. Este é condição de civilização, e primitivos são os povos que não têm Estado;
- a natureza é um objeto a ser dominado por um sujeito, a pessoa humana, embora saibamos que nem todos os homens são proprietários da natureza, apenas alguns poucos se apropriam dela, e a grande maioria acaba sendo também objeto passível de descarte;
- repensar a relação pessoa humana-natureza seria reconsiderar, dentre outras coisas, o sentir, o pensar e o agir de nossa sociedade, o modo de ser, de produzir e de viver;
- as instituições que se impuseram em nossa sociedade pretendem aparecer, a cada um de nós, como habituais, rotineiras, eternas, do sempre igual, do mesmo, em suma, naturais. Ou seja, usa-se a natureza com o sentido de imutável. Faz sentido, quando se ouvem expressões que dizem que sempre houve ricos e pobres, opressores e oprimidos, é uma forma de manter o *status quo*. Ou associa-se a natureza aos segmentos ou classes sociais oprimidos e explorados, naturalizando essas condições — por exemplo, as mulheres, por natureza, são frágeis e emotivas, por isso, devem ser mantidas no lar; os povos indígenas são selvagens, são da natureza, não podem ter autonomia; os operários, por natureza, são incapazes de planejar, projetar, devem ficar restritos a operações manuais; e, assim,

sucessivamente, com os homossexuais, os velhos, os negros, crianças e adolescentes. Isso justifica a sociedade baseada na cultura ocidental que tem perfil, branca, européia, machista e burguesa;

- a cultura não exclui a natureza, mas se desenvolve no interior dela, realizando novas sínteses socialmente instituídas e, portanto, passíveis de novos caminhos, novas formas de mediação entre a pessoa humana e o seu outro orgânico-inorgânico.

Leff (2002) entende que, na base da crise da civilização, está a problemática ambiental e que esta tem um caráter eminentemente social, uma vez que foi gerada pela pessoa humana e sua cultura ocidental. Dessa forma, apenas a pessoa humana, através de processos sociais, poderá alterar essa rota. Aponta que, para isso, as ciências sociais deverão transformar seus conceitos, métodos e paradigmas teóricos num pretenso processo de transformação dessa realidade.

As transformações ambientais futuras dependerão da inércia ou da transformação de um conjunto de processos sociais que determinarão as formas de apropriação da natureza e suas transformações tecnológicas por meio da participação social na gestão de seus recursos ambientais.

[...] a resolução dos problemas ambientais, assim como a possibilidade de incorporar condições ecológicas e bases de sustentabilidade aos processos econômicos — de internalizar as externalidades ambientais na racionalidade econômica e os mecanismos de mercado — e construir uma racionalidade ambiental e um estilo alternativo de desenvolvimento implica a ativação e objetivação de um estilo alternativo de desenvolvimento, implica a ativação e objetivação de um conjunto de processos sociais: a incorporação dos valores do ambiente na ética individual, nos direitos humanos e na norma jurídica dos atores econômicos e sociais; a socialização o acesso e apropriação da natureza; a democratização dos processos produtivos e do poder político; as reformas do Estado que lhe permitam mediar a resolução de conflitos de interesses em torno da propriedade e aproveitamento dos recursos e que favoreçam a gestão participativa e descentralizada dos recursos naturais; o estabelecimento de uma legislação ambiental eficaz que normatiza os agentes econômicos, o governo e a sociedade civil; as transformações institucionais que permitam uma administração transectorial do desenvolvimento; e a reorientação interdisciplinar do desenvolvimento do conhecimento e da formação profissional. Estes processos implicam a necessidade de abrir a reflexão e a pesquisa sociológica para o campo dos problemas ambientais.(Leff, 2002, p. 111).

Esse autor acrescenta que

A rigidez e o apriorismo da ciência social impedem de captar a casualidade sociológica dos problemas ambientais e os processos de mudança social que estão em germe na ética e nos objetivos do movimento ambientalista, obstaculizando uma praxeologia que oriente o movimento ambiental para a construção de uma nova racionalidade social (Leff, 2002, p. 114).

Leff (2002) diz que

[...] os problemas emergentes do mundo moderno caracterizam-se por uma crescente complexidade, demandando para seu estudo novos instrumentos teóricos e metodológicos para analisar processos de natureza diversa que incidem em sua estruturação, em sua dinâmica de transformação.

A partir disso, entende-se a paulatina explosão de novas teorias epistemológicas. De uma forma geral, essas teorias procuram explicar problemas das diversas faces da realidade ou da multicausalidade da realidade. Dentre tantos, a título de ilustração, podem-se citar os seguintes pensadores da atualidade: os neurocientistas chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela com a **Teoria da Autopoiese** e a **Teoria da Cognição de Santiago**<sup>29</sup>; William Blake<sup>30</sup> (poeta e pintor); Claude Bernard e a **moderna medicina experimental**, Gregory Bateson e os **critérios de processos mentais**<sup>31</sup>; Ludwig Von Bertalanffy e a **Teoria Geral dos Sistemas**<sup>32</sup>; Thomas Kuhn e a **Revolução Científica**<sup>33</sup>; o químico norte-americano James Lovelock e a microbiologista norte-americana Lynn Margulis com a **hipótese de Gaia**<sup>34</sup>; o filósofo francês Edgar Morin e a **Teoria da Complexidade**<sup>35</sup>; o físico belga Ilya Prigogine com a **Teoria das Estruturas Dissipativas**<sup>36</sup>; o químico alemão Hermann Haken e a **Física dos Lasers**<sup>37</sup>; o bioquímico alemão Manfred Eigen e os **Ciclos**

---

<sup>29</sup> Maturana e Varela (2001).

<sup>30</sup> Ostriker (1993).

<sup>31</sup> Bateson (1979).

<sup>32</sup> Bertalanffy (1975).

<sup>33</sup> Kuhn (1991).

<sup>34</sup> Margulis (1989).

<sup>35</sup> Morin (1977).

<sup>36</sup> Prigogine (1996).

<sup>37</sup> Haken (1987).

**Catalíticos**<sup>38</sup>; o meteorologista Edward Lorenz e o **Efeito Borboleta**<sup>39</sup>; o matemático japonês Yoshisuke Ueda e o **Atrator de Ueda**<sup>40</sup>; o matemático francês Benoît Mandelbrot e a **Geometria Fractal**<sup>41</sup>; o ambientalista norte-americano David Brower e o **Cenário de Brower**<sup>42</sup> entre tantos outros cientistas.

Essa itemização aponta o surgimento de novas teorias de interpretação e de explicação da realidade. Nesse escopo, surge, também, a idéia de sociedade sustentável como uma alternativa à transformação das relações da sociedade.

O conceito de sociedade sustentável relaciona-se à sustentabilidade de vida de uma comunidade, povo ou nação. Pressupõe um balanço positivo, quando se confrontam as atividades que contribuem para a construção e a implementação da sua riqueza social — por exemplo, respeito às minorias étnicas, extensão da previdência social, oportunidades de emprego e valorização da mão-de-obra, distribuição de renda —, comparativamente àquelas que causam efeitos negativos ou perversos à qualidade de vida, quais sejam: pobreza, miséria, exclusão social dentre outras.

Dessa forma, a construção da sociedade sustentável fundamenta-se na equidade e na justiça social<sup>43</sup>, fatores que precisam ser resgatados no contexto da sociedade moderna, caracterizada pela concentração de riquezas e centralização de poder e conseqüente segregação de classe ou segmentos sociais e exclusão dos menos favorecidos. Esse resgate não é uma tarefa fácil e requer um esforço coletivo

---

<sup>38</sup> Eigen (1971).

<sup>39</sup> Lorenz (1963).

<sup>40</sup> Ueda (1993).

<sup>41</sup> Mandelbrot (1983).

<sup>42</sup> Brower (1995).

<sup>43</sup> A cultura judaica tem como um dos valores centrais a **Tsedacá**. Essa palavra quer dizer justiça social. O sentido que se dá está nas ações de promoção da educação, da solidariedade, de cuidar do outro e da comunidade. Até hoje, encontram-se nas casas judaicas caixas de **tsedacá**. É uma caixinha para colocar moedas que, na época do Ano Novo, as crianças devem levar à sinagoga e entregar para o rabino, que dará um destino social ao dinheiro. É uma tradição centenária que visa,

de mobilização, motivação e de participação de todos os cidadãos na construção do capital social que poderá assegurar a prosperidade econômica durável.

O ser humano, como os demais seres vivos, interage com o meio em que vive, tecendo uma teia de relações fundamentais à sua sobrevivência. No entanto, sua cultura dominadora, aliada ao desconhecimento da complexidade dos sistemas naturais, tem resultado em ações antrópicas nem sempre planejadas e, às vezes, inconseqüentes, comprometendo a capacidade de suporte da vida no planeta,<sup>44</sup> ou seja, a exploração predatória dos recursos naturais para a satisfação das necessidades humanas (não necessariamente as básicas ou as que podem ser indicadores de qualidade de vida) e a manutenção de certos padrões e estilos de vida que vêm comprometendo a sustentabilidade ambiental em nível global.

Da mesma forma, no campo social, observa-se um fenômeno mundial de intensificação das desigualdades nas relações capital-trabalho, em parte decorrente da concentração de riquezas cada vez maior nas nações desenvolvidas, resultando na deterioração da qualidade de vida nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, vitimados pela crescente exploração da pessoa humana pela pessoa humana.

Isso leva a refletir sobre a insustentabilidade socioambiental dos modelos de desenvolvimento adotados pela maioria das nações, bem como sobre a crise ambiental que vem se verificando, demandando cada vez mais posturas pró-ativas na busca da transformação das relações sociais para fazer face aos problemas socioambientais, ou seja, a emergência da problemática ambiental no Serviço Social.

---

sobretudo, ensinar de forma lúdica às crianças o sentimento de pertencimento a uma comunidade e a preocupação com o outro e que me traz doces recordações da infância e de meus avós.

<sup>44</sup> Ver o site [www.rprogress.com](http://www.rprogress.com), onde há um estudo e pode-se também calcular o *footprint* ou a pegada ecológica da nossa sociedade e de cada um de nós.

“O Assistente Social é um mediador por excelência” (informação verbal)<sup>45</sup>.

Acredito que, por ser mediador e trabalhar com as relações sociais, o Assistente Social tem um papel privilegiado no projeto de transformação das relações da sociedade com a natureza. Tenho observado que o campo de atuação do Serviço Social na área ambiental é bastante variado. Dentre as possibilidades de trabalho nessa área, podem-se citar: estudos de viabilidade de obras, quando envolvem populações que serão atingidas; EIA/RIMA; estudos de impacto ambiental social, que devem ser realizados para a construção de obras de infra-estrutura (barragens, exploração de recursos naturais não renováveis e renováveis, estradas, etc.); processos de planejamento sócio-ambiental em comunidades locais e/ou municípios; obras de implantação de esgotamento e moradia; transposição de comunidades (remanejamento de vilas para outros locais); processos de educação ambiental; processos de manejo ambiental de populações tradicionais e comunidades locais; planejamento e implementação da Agenda 21; projetos de responsabilidade social que contemplem a área ambiental; projetos de gestão ambiental; planos de integração regional. Esses dados mostram como a área ambiental é uma área difusa, que abarca várias outras áreas e possibilidades de atuação do Assistente Social. Ela se apresenta como uma questão transversal dentro do Serviço Social.

Ao longo dos últimos 15 anos de trabalho na área ambiental como Assistente Social, tive a oportunidade de constatar o uso desse espaço profissional por profissionais de outras disciplinas. Profissionais, estes, sem a capacidade, o conhecimento e a competência técnica para agir junto às comunidades.

---

<sup>45</sup> Maria Lúcia Martinelli, em sua intervenção como arguidora na banca de doutorado de Marina Arruda, no PPGSS, na PUCRS, em 20.10.2003.

A crise ambiental é um assunto que está na ordem do dia. Os mais diferentes autores que falam sobre os novos tempos (Morin, 1981; 1995; 2000; 2002; Bauman, 1998; Gonçalves, 1989; Hobsbaum, 1995; Bonder, 1996; Leff, 2002) são unânimes em apontar a questão ambiental como uma das características da crise da civilização, ou da pós modernidade, ou desta fase da modernidade. Nas mais diferentes áreas do saber, os cientistas estão desenvolvendo estudos e teorias com enfoques diferenciados daquele que permitia o uso exclusivo do racionalismo cartesiano.

A emergência da questão ambiental passa certamente pela emergência de outras formas de relações da sociedade atual com a sua cultura, seus modos de produção, com a natureza e, sobretudo, com o seu outro igual — a pessoa humana. Repensar o conceito de natureza é admitir que o conceito ocidental de relação pessoa humana-natureza encerra não somente a dominação da pessoa humana sobre a natureza, mas também a dominação da pessoa humana sobre a pessoa humana. É conceber, sobretudo, que a naturalização das relações sociais reforça os padrões culturais presentes da sociedade e é uma política de enfraquecimento das lutas dos diversos segmentos da sociedade, das chamadas “minorias”.

Durante a pesquisa, pode-se observar que alguns Assistentes Sociais pensam que a questão cultural é parte decisiva desse processo. A [dialogadora azul](#) disse que:

[...] tu tem uma possibilidade, tu toma um refrigerante naquela lata e tu podes tomar isso e colocar no lixo, ou no lixo seletivo, ou tu pode colocar no chão, na rua (...) tu fazes opções, e essa definição, os valores que vão fundamentar essa tua opção determinam.

Igualmente, há um entendimento sobre a responsabilidade da sociedade em relação à mudança de comportamento para sociedade calcada em outras relações. Esse mesmo sujeito diz

[...] essa dimensão eu penso que está mobilizando a sociedade para repensar se, na sua relação com o ambiente, com a natureza e com as outras pessoas [...] eu penso

que é uma mediação [...] eu estou muito preocupada com essa articulação entre o individual e o global, inexistente uma outra lógica de desenvolvimento de sociedade, social, societário, seja lá que nome se dá, sem nos reconhecermos como parte disso, e a crise que estamos vivendo hoje revela muito isso, porque na verdade nós temos que olhar para além da nossa janela, nós temos que olhar para além do nosso prédio, que já é uma instância coletiva de ser e se viver, e esse processo de pensar, de planificar a vida desde essa dupla dimensão das relações, relações entre os homens e mulheres, crianças e idosos, com o ambiente desses, com o ambiente, com o ambiente na sua relação, eu acho que ela é uma grande possibilidade hoje para a afirmação quem sabe de mudanças, eu penso em mudanças, não posso deixar de pensar em mudanças urgentes e necessárias para se ter uma vida diferente, com dignidade, com todos os padrões de civilidade para que nós possamos nos desenvolver, a vida possa se desenvolver, desde cada pessoa, cada ser humano, ser uma planta, um animal.

Ao refletir sobre a questão posta, percebe-se que o Assistente Social tem, na sua formação, competências para lidar com essa realidade na busca dessa transformação. E isso foi ratificado na pesquisa feita com os não-Assistentes Sociais. Dois dialogadores, ao serem perguntados se já tinham trabalhado com Assistentes Sociais, disseram que:

Tive essa experiência. É fantástica, porque um Assistente Social possui uma série de ferramentas que amplia a percepção das questões ambientais. Tivemos a experiência de ministrar cursos na UNICHAPECÓ para assistentes sociais e percebo que existe uma lacuna muito grande para que estes profissionais estejam aptos para liderar processos neste sentido. **Quando fazem, é com maestria.**

Diversas. Geralmente **contribuem ativamente para o bom andamento do processo, e são bastante abertos à autocrítica e à adoção de novas posturas.** Mas não dispõem dos instrumentos necessários para a prática com mais impacto e eficácia. Há lacunas na graduação que têm que ser arduamente sanadas depois na prática.

A categoria ainda tem o respaldo do projeto ético-político, que prevê, dentre outras coisas, a defesa da cidadania dos seus usuários e de uma sociedade mais justa e igualitária em todos os sentidos. Entende-se, assim, que esse projeto vai ao encontro dos anseios de um outro mundo possível, em outras bases de relações sociais e com outros referenciais culturais. Corroborando com esse pensamento, Penteadó (2003, p. 16) traz que as questões ecológicas reivindicam a “[...] necessidade de serem analisadas pelas Ciências Humanas, que são as ciências

capazes de nos aproximar da compreensão específica deste aspecto tão importante quanto desconsiderado na atualidade”.

A partir de Penteado (2003), transporto suas indagações para o Serviço Social no que tange à tradução dos seus conhecimentos voltados a três questões:

- a) “consciências críticas criativas capazes de gerar respostas adequadas a problemas atuais que enfrentamos e a situações novas que estão decorrendo do avanço da ciência;”
- b) “desenvolvimento da cidadania que implica o conhecimento, uso e produção histórica dos direitos e deveres dos cidadãos;”
- c) “desenvolvimento do civismo ou consciência cívica, que implica a consideração do outro em cada decisão e atitude de natureza pública e particular” (Penteado, 2003, p. 50).

Os apontamentos expostos conduzem não apenas à conclusão de que a questão ambiental é emergente no Serviço Social, mas, principalmente, apontam a necessidade de se abrirem amplos espaços de discussão sobre o tema, principalmente nas salas de aula de formação do profissional. E isso ficou bastante explícito, ao escutar as respostas dos meus colegas quando perguntava por que não existem publicações sobre os instrumentos e/ou técnicas utilizadas na prática do Assistente Social em planejamento participativo? O que é planejamento socioambiental participativo? Grande parte das respostas mostrou que o Serviço Social não privilegia e não tem se preocupado em produzir sobre os instrumentos de participação e de planejamento participativo. As respostas a seguir, salvo a do **dialogador roxo**, são todas de professores de cursos de Serviço Social. Embora a transcrição seja extensa, devido à importância do conteúdo dessas falas, optou-se

por incluí-las. Elas sinalizam que o Serviço Social, nesta última década, se voltou muito mais para as questões teóricas do que para as questões técnico-operativas, pois, historicamente, por se entender que o Serviço Social é uma profissão de intervenção na realidade e que trabalha com as relações sociais, sempre houve a necessidade de o profissional ter, claro, um arcabouço teórico, mas, igualmente, ter um instrumental que lhe permitisse agir nos diversos espaços do seu repertório interventivo.

#### **Dialogador azul:**

Na verdade, a gente não encontra instrumentos, em relação ao Serviço Social nós encontramos pouquíssima produção sobre os diversos instrumentos de trabalho, nessas últimas décadas, tanto é que me vejo apertada muitas vezes no trabalho com o estágio, tendo que recorrer a produções muito antigas, que não se colocam em demérito pela sua antiguidade, mas que, na verdade, revelam o quanto não foram atualizadas, e eu penso que esta é uma questão implicada ao Serviço Social que vai além da instrumentalidade do planejamento, dos instrumentos para o planejamento, para a participação, entendo que o Serviço Social ficou na antítese, numa tentativa de enfrentamento à sua perspectiva histórica operativa e ficou na antítese a um marco teórico e acabou se perdendo toda a perspectiva mais instrumental que é fundamental, que agora vejo que alguns autores, alguns colegas tem feito essa reflexão e fico muito feliz por ela, porque na verdade não podemos deixar de reconhecer que a nossa profissão é operativa, ela não pode deixar de ter toda a sua perspectiva ético-política, mais a operatividade, a operacionalidade da ação, ela é fundamental, se não perdemos nossa identidade, nossa identidade está aí, então eu penso que aí temos um desafio deste tempo para o serviço social.

**Dialogador verde:** “[...] tem material de planejamento, não tem escrito pela nossa área, agora a mediação de mostrar como o planejamento na nossa área é uma coisa muito relevante”.

#### **Dialogador laranja:**

[...] eu acho que é da nossa profissão, que é da questão dessa dimensão técnico-operativa e que eu acho que a gente tem anos de história, que a gente se especializou na leitura da realidade [...] a gente fica atado pela própria Universidade [...] a gente não podia falar mais em dimensão técnico-operativa, sem dizer que estava articulado com o ético-político e o teórico-metodológico [...] avançamos em muitas coisas, mas com certeza nessa dimensão e não é só na questão do planejamento, em todos os níveis de intervenção e abordagens [...] é muito pouco [...] acho que isso é uma coisa da nossa história.

#### **Dialogador rosa:**

[...] eu vi que, na realidade, a questão do planejamento, apesar de toda literatura em planejamento, realmente acho que não tem muita coisa, sempre a liderança desses métodos, na aplicação desses métodos, pelo menos onde eu participei eram liderados por outras esferas, muita gente da área da agronomia, [...] na área do Serviço Social tem muito pouco, técnicas de participação tu não encontras mesmo, encontra mais fora da nossa literatura.

#### **Dialogador roxo:**

[...] nos últimos 10 anos, eu vejo cada vez menos Assistentes Sociais, por exemplo, envolvidos com processos de desenvolvimento comunitário, nessa perspectiva de estar trabalhando com a população mesmo, com os usuários do serviço, se a gente for olhar para nós aqui, [...] as colegas não trabalham com planejamento, elas não trabalham com mobilização comunitária, elas não trabalham com participação social, talvez não tenha muita reflexão teórica sobre esta prática, porque a prática não tem fornecido muitos elementos para isso, acho que seria uma hipótese, eu acho inclusive que tem pouca reflexão teórica do serviço social como um todo, que tem a ver com a nossa categoria, o seu tempo, a qualificação, mas não sei, acho que seria uma hipótese, porque não tem muita publicação no Serviço Social, tem em tantas outras áreas.

## 4.2 Desenvolvimento sustentável

Entendendo que vivemos em uma realidade policausal e multirreferencial, faço uma ponderação sobre a questão da sociedade sustentável, já que não podemos dissociar a questão da sustentabilidade de um mundo que vive plena era da globalização. Assim, abordar as questões de desenvolvimento local e sustentabilidade sem confrontar o impacto que a globalização tem nas comunidades locais acarreta perda de uma parte substancial dessa realidade a ser pensada.

O conceito de sociedade sustentável relaciona-se à sustentabilidade de vida de uma comunidade, povo ou nação. Pressupõe um balanço positivo, quando se confrontam as atividades que contribuem para a construção e a implementação da sua riqueza social — por exemplo, respeito às minorias étnicas, extensão da previdência social, oportunidades de emprego e valorização da mão-de-obra e de distribuição de renda —, comparativamente àquelas que causam efeitos negativos ou perversos à qualidade de vida, ou seja, pobreza, miséria, exclusão social, etc. O desenvolvimento sustentável existe na medida que existe o outro oposto, complementar, recorrente e recursivo — o crescimento ilimitado da economia que produz, dentre outras coisas, “efeitos sociais negativos”, como a “pobreza, a miséria, a ignorância que se somam aos efeitos naturais nocivos, potencializando-se reciprocamente” (Penteado, 2003, p. 32).

Desta forma, percebo que a construção da sociedade sustentável se fundamenta na equidade e na justiça social, fatores que precisam ser resgatados no contexto da sociedade moderna, caracterizada pela concentração de riquezas, centralização de poder e conseqüente segregação de classes e exclusão dos menos favorecidos. Esse resgate não é uma tarefa fácil e requer um esforço coletivo de mobilização, motivação e de participação de todos os cidadãos na construção do capital social que poderá assegurar a prosperidade econômica durável.

O ser humano, como os demais seres vivos, interage com o meio em que vive, tecendo uma teia de relações fundamentais à sua sobrevivência. No entanto, o seu espírito dominador, aliado ao desconhecimento da complexidade dos sistemas naturais, tem resultado em ações antrópicas nem sempre planejadas e, às vezes, inconseqüentes, comprometendo a capacidade de suporte da vida no planeta, isto é, a exploração predatória dos recursos naturais para a satisfação das necessidades humanas e a manutenção de certos padrões e estilos de vida vêm comprometendo a sustentabilidade ambiental em nível global.

Da mesma maneira, no campo social, observa-se o fenômeno mundial de intensificação das desigualdades nas relações capital-trabalho, em parte decorrente da concentração de riquezas, cada vez maior nas nações desenvolvidas, resultando na deterioração da qualidade de vida dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, vitimados pela crescente exploração da pessoa humana pela pessoa humana.

Essa realidade leva à reflexão sobre a insustentabilidade socioambiental dos modelos de desenvolvimento adotados pelos Estados (seja de forma livre ou imposta, como a globalização e o livre mercado), bem como sobre a crise de percepção e liderança que se verifica no momento atual, demandando, cada vez

mais, posturas pró-ativas dos cidadãos, na busca de saídas ou alternativas que possam fazer face aos problemas socioambientais nas mais variadas escalas, como se verifica nas comunidades locais.

Novas áreas de prioridade têm surgido, com implicações para a sustentabilidade. O aumento no foco da agricultura e dos serviços, como turismo, serviços financeiros e comércio eletrônico, e a existência de instituições intergovernamentais têm dado primazia para a liberalização do comércio mais do que para as questões ambientais e suas considerações sociais.

Quando se ouve falar em globalização, pensa-se em liberalização do mercado e de investimentos. No entanto, globalização é um conceito que expressa uma grande gama de eventos e processos que estão além do mercado livre. A globalização está sendo conduzida por alguns atores — corporações, governos, ONGs — locais e internacionais, mas é evidenciada em ações específicas, como a derrubada de floresta de árvores centenárias e naturais do ambiente. Essas ações são abrigadas pelas instituições internacionais e locais (Organização Mundial do Comércio, UNCED<sup>46</sup>) e por pactos de comércio regional, com vários mecanismos de transmissão (comércio e investimentos, imigração, protestos internacionais, imprensa). A comunicação via satélite, Internet, fibras óticas, fax, informação digital, computadores de alta velocidade estão ligando as pessoas ao redor do mundo de uma forma sem precedentes.

Não há dúvida de que a globalização é um palco amplo de discussões que atrai oponentes e simpatizantes. Aqueles que estão a favor argumentam que a globalização, incluindo o livre comércio e investimentos, é necessária para alcançar

---

<sup>46</sup> Sigla em inglês da Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento.

a paz no mundo através do desenvolvimento que oportuniza. Aqueles que são contra dizem que, sem aderir ao desenvolvimento sustentável, haverá um mau uso dos recursos naturais e que essa outra forma poderia conduzir a sociedade a uma próspera economia global sem colocar em risco o meio ambiente. Além disso, ainda justificam que a globalização proporciona a homogeneização das culturas e que essa tem sido responsável pelo aumento da desigualdade entre as sociedades que já são ricas e aquelas mais pobres. Acrescentam, ainda, que a globalização prioriza o investimento de capital de grandes corporações, no lugar de proteger o meio ambiente e prover as necessidades humanas básicas, educação e emprego para a maior parte da população.

Globalização e desenvolvimento sustentável são duas palavras que entraram na moda. Houve uma apropriação desses termos por todos os segmentos da sociedade que discutem economia e/ou meio ambiente. Globalização tem sido descrito como a causa e a cura para todos os males do mundo. Quanto mais o termo é usado, menos preciso seu significado torna-se. No caso da globalização, quem já não ouviu falar? Mas onde se pode ver esse fenômeno? Quem ou o que o conduz? Como está relacionado ao desenvolvimento sustentável? A dificuldade em defini-la está no fato de que a globalização se manifesta através de situações e eventos individuais, podendo ocorrer tanto em escala global como local.

O que é globalização? É um processo segundo o qual as atividades decisivas num âmbito de ação determinado (a economia, os meios de comunicação, a tecnologia, a gestão do ambiente e o crime organizado) funcionam como unidade em tempo real no conjunto do planeta. Trata-se de um processo historicamente novo (distinto da internacionalização e da existência de uma economia mundial) porque somente na última década se constituiu um sistema tecnológico (telecomunicações, sistemas de informação interativos e transporte de alta velocidade em âmbito mundial, para pessoas e mercadorias) que torna possível essa globalização (Castells, 2001, p. 149).

Para Wagner (2000), a globalização refere-se à maior abertura e à troca entre indivíduos, bens, serviços e idéias entre fronteiras nacionais, como foi característico da década de 90. É o resultado das trocas que houve globalmente nos últimos 10 anos: o espargimento da democracia e novas idéias através das mudanças políticas, o aumento disponível e a força das tecnologias. Estatísticas que tentam quantificar as mudanças conduzidas para a globalização tomam parte da discussão nessa questão. Hilary French (2000) enfatiza o aumento do papel do mercado, a presença de corporações transnacionais e a escalada dos investimentos diretos estrangeiros como evidência das forças econômicas e políticas por trás da globalização.

O número de corporações transnacionais cresceu de 7.000 em 1970 para 54.000 em 1998. Os investimentos internacionais das corporações transnacionais (investimento direto estrangeiro) cresceram de US\$ 44 bilhões para US\$ 644 bilhões entre 1970 e 1998 (Hilary French,2000).

Segundo Giddens (2000), existem duas escolas de pensamento sobre a globalização: os “hiperglobalizadores” e os “globalizadores cépticos”. Hiperglobalizadores enfatizam estatísticas como as apresentadas acima. Acreditam que globalização significa a expansão do mercado global e que esta tem sido minada pelo poder dos Estados. Os cépticos dessa visão argúem que houve mais comércio global nos anos 1900 e na última parte do século XIX do que nos dias de hoje, sugerindo que o comércio era mais desenvolvido naquela época do que agora. A visão dos cépticos apela para as idéias de esquerda, se a globalização não tem nada de nova, o Estado de Bem-Estar pode permanecer intacto, e o aparato tradicional da democracia social, bem como alguns degraus do poder econômico nacional, podem ser preservados.

Wagner (2000) traz a idéia de que a mudança é o elemento definidor do fenômeno da globalização, mas um passo desigual de mudança cria dúvidas em muitos atores sociais sobre seus benefícios. Muitas das tendências envolvidas na globalização sugerem melhoria de vida: os salários podem aumentar com os novos investimentos; a indústria e os indivíduos deverão sentir-se “empoderados”<sup>47</sup> pelas suas habilidades em participar em novas democracias e em debates globais. A velocidade em que essas mudanças estão ocorrendo tem encontrado algumas comunidades e atores sociais despreparados. Como resultado, essas comunidades e atores não têm tido voz na formação do desenvolvimento relacionado com a globalização e em como são afetados por ele. Como exemplo, citam-se as indústrias que se mudam antes que os Estados ou as comunidades adotem legislação ambiental para proteger seu meio ambiente.

Os efeitos relacionados à globalização podem ser difíceis para prever e preparar para as interconexões. Interconexões é um outro elemento concernente a esse fenômeno. Giddens chama isso de “ação à distância”: globalização envolve um aumento significativo de interconexões entre a vida individual e o futuro global, que pensa este autor ser relativamente novo na história. Em parte, em resposta ao crescimento do comércio e articulações econômicas entre países, o que acontece em um país ou comunidade pode afetar outros onde os resultados são intencionais ou não. Flutuação da moeda, “boom” econômico e quebras de economias representam tipos de eventos macroeconômicos que podem ter efeitos espalhados além das fronteiras dos respectivos países.

As mudanças das tecnologias de comunicação também contribuem para essa interconexão. A explosão das possibilidades para troca de informação e idéias —

---

<sup>47</sup> No original, em inglês, *empowered*.

especialmente pela Internet — aumenta a transmissão da informação sobre eventos a partir de um escritório de poder decisório para grupos de cidadãos ou outros grupos de poder de decisão ao redor do mundo. Lobistas e pessoas reivindicadores podem organizar campanhas com orçamento limitado e cruzar fronteiras. Outros com poder de decisão podem agir de forma contrária ou não. Giddens também sugere que com, a comunicação global instantânea, a grande tecitura da vida social é alterada. Quando se vive em um mundo onde a mídia de imagens atravessa o planeta, o que se é e como se vive sofre uma mudança (pode-se ter mais familiaridade com a imagem dos líderes do mundo do que com o vizinho de porta).

Existem, basicamente, duas correntes que se posicionam na discussão sobre a globalização: corrida para baixo<sup>48</sup> e corrida para cima<sup>49</sup>.

Giddens (2000) aponta que muitos críticos da globalização acreditam que o mercado livre e o fluxo de capitais, na ausência de regras ambientais internacionais, conduzirão ao declínio os padrões de proteção do meio ambiente (e outras questões sociais) ao redor do mundo. A hipótese é que, na corrida para atrair investimentos estrangeiros e criar empregos, os governos passem a competir para proporcionar incentivos para que as multinacionais se estabeleçam sob a sua economia. Esses incentivos podem incluir baixos padrões ambientais, criando, inclusive, paraísos poluidores. Se todos os governos agirem dessa forma, o resultado será uma corrida para baixo. O problema é composto pela existência do mercado internacional e de regras de investimento que limitam a habilidade dos governos para colocar em prática políticas ambientais. Também é exigido que as regras do mercado promovam uma cobertura legal para países estrangeiros, para o desafio das políticas ambientais domésticas que interferem no seu direito ao comércio. Dois dos

---

<sup>48</sup> No original, em inglês, *race to the bottom*.

melhores exemplos conhecidos da interferência da Organização Mundial do Comércio são os casos da disputa atum- -golfinho e camarão-tartaruga. Em ambos os casos, a OMC argüiu contra a legislação ambiental dos Estados Unidos, com base em que eles estavam discriminando o mercado e que eles não se enquadravam nas exceções permitidas para a proteção ambiental.

Giddens (2000) coloca que os defensores da globalização argumentam que o mercado livre e os investimentos tendem a aumentar os padrões ambientais. Esses pontuam os estudos que mostram que o custo do controle da poluição para a maior parte das indústrias é pequeno em relação ao custo total da produção. Como resultado, não há uma resposta correspondente a esse fato, no entanto, continua a haver o interesse nos fatores de competitividade mais tradicionais, como o acesso ao mercado, níveis de habilidades e produtividade da força de trabalho e uma política ambiental estável. De qualquer modo, os governos têm rejeitado esses modelos como um esforço para prevenir os piores poluidores de se localizarem em seus territórios. De acordo com essa visão, não há evidência de que as indústrias poluidoras estejam migrando dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento, preferivelmente, a migração tem se dado no sentido das indústrias de trabalho intensivo que tendem a ser menos poluidoras.

Países e cidades mais ricas têm mais poder de barganha, oportunidade de participação social, especialmente de grupos ambientais, e uma variedade maior de instrumentos para atrair as chamadas indústrias limpas. Isso faz com que empurrem, ao mesmo tempo, as indústrias chamadas sujas ou poluidoras para as jurisdições onde haja menos poder de barganha e menos opções para atrair outros tipos de investimento. A transmissão de indústrias poluidoras ao redor do globo, nessa visão,

---

<sup>49</sup> No original, em inglês, *race to the top*.

tem muito a fazer no sentido das disparidades de lucro, desenvolvimento da sociedade civil e política e desenvolvimento de política pública para a globalização.

Não se pode desprezar que as descobertas e invenções advindas com o desenvolvimento desse modelo de vida trouxeram igualmente benefícios e malefícios para a sociedade moderna. Penteado (2003) diz que

[...] se por um lado possibilitaram a expansão do lucro, de outro tem trazido melhorias nas condições da vida humana, como na área da saúde, comunicações e transportes, para citarmos alguns exemplos. Tais melhorias são responsáveis por transformações que, por estranho que pareça, têm-se refletido negativamente sobre a capacidade de lucro atingida pelo sistema de produção. Assim é que o aumento da média de vida da população acaba sendo responsável pela extensão da miséria a um maior contingente populacional.

Esse aumento da expectativa de vida é fruto de pesquisas patrocinadas pelo interesse de grupos capitalistas e por políticas sociais. Aqui se aliam a lógica de mercado com a lógica humana.

Wackernagel e Rees (1996) acreditam que a necessidade da humanidade para viver equitativamente a partir do significado da natureza é uma mensagem implícita na maior parte das definições de desenvolvimento sustentável, a começar por essa definição da Comissão Brundtland. Como sempre, a despeito do difundido conhecimento dos sintomas ecológicos e sociais do problema, interpretações de desenvolvimento sustentável e suas implicações são contraditórias. Uma das razões para o conflito de interpretações do termo é que ele pode ser ambíguo. Muitas pessoas identificam-se mais com a parte “sustentável” e atribuem um significado de transformação ecológica e social, um mundo de estabilidade ambiental e justiça social. Outras pessoas identificam-se mais com “desenvolvimento” e interpretam como significando mais crescimento, uma visão reformada do *status quo*. Essas diferentes atribuições de significados são causadas pelas diferenças ideológicas e pela relutância de muitos em reconhecer as implicações implícitas na mensagem. Se

há uma idéia de conceito vago, essa é atribuída ao reflexo do poder e da barganha política.

Desenvolvimento sustentável é outro termo largamente usado e utilizado em todos os segmentos da sociedade e que, portanto, acabou por adquirir as mesmas características elásticas que foram auferidas ao termo globalização. De qualquer maneira, esses dois termos vêm sendo empregados quotidianamente pelos intelectuais. Assim, esses termos acabaram por soarem tão familiares que a tentação de relacioná-los é muito forte, criando, portanto, um debate barulhento, com visões diferenciadas e conclusões variadas.

De fato, os debates em torno dos processos de globalização e desenvolvimento sustentável tornaram-se recentemente tão politicamente carregados que eles adquiriram o potencial para influenciar profundamente as políticas públicas nacionais e internacionais, tanto para melhor como para pior.

Muitas pessoas entendem globalização como integração econômica, como é visto no rápido crescimento do mercado internacional e de investimento, e crescimento da interdependência entre as economias. Para Woo (2000), essa perspectiva tende a enfatizar o declínio dos governos nacionais em regular suas economias em muitas áreas, seja por causa da necessidade de competir com os investimentos estrangeiros, seja porque os governos têm cedido sua autoridade nessa área para as instituições supranacionais. A inabilidade dos governos em proteger o meio ambiente é seguidamente evocada como um exemplo específico de como a globalização ameaça a soberania nacional. Dessa perspectiva, símbolos típicos da globalização incluem o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio e corporações multinacionais.

Um outro entendimento comum de globalização é o imperialismo cultural, leia-se cultura norte-americana. A visão aqui é que o poder comercial dos Estados Unidos, apoiado pelas regras do sistema econômico internacional, tende a promover a cultura e o modo de vida norte-americano no mundo todo, sufocando as alternativas culturais locais. Críticos argüem que essa cultura mundial é socialmente indesejável e ambientalmente insustentável e que isso ameaça a tradição e a diversidade. Muitos símbolos da globalização cultural são norte-americanos, como Coca-Cola, Disney, McDonalds, etc., mas existem inúmeros exemplos não norte-americanos, como Pokemon (Japão), Carrefour (Francês), Asterix (Francês)...

Woo acredita que os críticos ocidentais desse tipo de globalização usualmente focalizam apenas o consumidor e os produtos culturais, tendendo a não incluir outros tipos de exportação cultural do Ocidente, como o conceito de direitos individuais, o estilo ocidental de democracia e outros valores políticos. Ao contrário, muitos críticos ocidentais da globalização cultural são a favor que haja uma difusão dos valores políticos como direitos humanos, democracia e liberdade de imprensa. Eles vêem esses valores como forma de combater os aspectos negativos da globalização econômica pelo aumento dos padrões ambientais e sociais em prática de negócios ao redor do mundo. O mundo corporativo, por sua vez, não é imune à globalização cultural. Desde os anos 80, os modelos de negócios e normas têm convergido na direção do modelo norte-americano, especialmente naquelas questões como governo corporativo, direitos dos acionistas e práticas responsáveis. Um dos resultados da crise da Ásia tem sido a pressão sobre muitas firmas asiáticas para se reestruturar e adotar nas suas práticas de negócios o estilo norte-americano. Essa tendência continua a ter resistência em muitos líderes de negócios locais,

colocando-os bruscamente no mesmo campo que as outras empresas anti-globalização.

Outras visões sobre globalização colocam mais ênfase no significado da rápida expansão do mercado mundial e de investimentos ou da difusão da cultura norte-americana/ocidental que tem tomado lugar. O advento do transporte motorizado, as modernas telecomunicações, meios de transportes aéreos e a Internet fazem parte dessa história. Esses desenvolvimentos tecnológicos têm sido não meramente um instrumento passivo de expansão do mercado e de mudança cultural, mas uma condução primária da globalização. A partir dessa perspectiva, globalização não é um fenômeno exclusivo das corporações multinacionais ou forçosamente apenas do *establishment*. Essa também é acessível a ativistas, cidadãos, ONGs e outras organizações da sociedade civil, particularmente aquelas originadas nos países ricos. A ONG internacional Greenpeace é um bom exemplo, não só por sua habilidade em aparecer em lugares de risco ambiental<sup>50</sup> em todo o mundo, mas, principalmente, por mobilizar apoio internacional durante um período de tempo.

Woo (2000, p. 85) explica que

O maior apoio apaixonado da globalização está colocado além dos aspectos econômicos, culturais e tecnológicos como as características definidas desta criatura de muitas cabeças. No lugar disto, eles identificam a liberdade individual como o prêmio máximo. Colocando abaixo tradicionais barreiras e o fomento da prosperidade, acredita-se que a globalização oferece a vasta possibilidade de expandir as escolhas para um maior número de pessoas do que qualquer outro tempo na história.

Entre aqueles que acreditam que a globalização é real e que está conduzindo a mudanças fundamentais no mundo econômico, Woo indica que há que se

---

<sup>50</sup> Utiliza-se a expressão *hot spots*, que são situações ambientais críticas, no limite da sua existência, aqui traduzidas para risco ambiental.

assumirem duas posições: que globalização é um fenômeno recente; e que seu progresso é inevitável.

Rees (2000) pensa que algumas pessoas acreditam que, nos países em desenvolvimento, existe a tendência no mercado global de diminuir os padrões ambientais por razões de competição, com o problema ecológico associado a um mercado mais livre. O mercado livre advoga que os países pobres têm o direito a explorar seu meio ambiente para ganhar vantagens competitivas no mercado global. Sem negar o crescimento do problema de mercado relacionado à poluição da indústria e da agricultura (deteriorando a qualidade ambiental), vê-se que o mundo também tem aumentado sobremaneira a sua crise ambiental com o declínio da **quantidade** ambiental. Isso é explicado usando a análise de “pegada ecológica”<sup>51</sup>

Rees (2000, p. 76) descreve a pegada ecológica de uma específica população como “[...] a área de ecossistema de terra e água requerida para produzir os recursos consumidos e para assimilar o lixo produzido pela população em sua base produtiva”, conforme demonstra o Tabela 1.

---

<sup>51</sup> No inglês, *ecological footprint*. Para maior aprofundamento, pesquisar em Wackernagel e Rees (1995) e no site [www.rprogress.org](http://www.rprogress.org).

Tabela 1: Pegada ecológica, por pessoa, em alguns países — 1995

PAÍSES E MUNDO	CAPACIDADE ECOLÓGICA DISPONÍVEL	PEGADA ECOLÓGICA	(hectares <i>per capita</i> ) DÉFICIT ECOLÓGICO
			(1)
Estados Unidos	6,7	10,9	-4,2
Índia .....	0,5	1,0	-0,5
Canadá .....	12,6	7,4	5,2
Brasil .....	9,1	3,8	5,3
Mundo .....	2,0	2,4	-0,4

FONTE: WACKERNAGEL, Mathis; CALLEJAS, Alejandro. **The Ecological Footprints of 52 Nations** (1995 data), Redefining Progress, <[www.rprogress.org](http://www.rprogress.org)>.

(1) Capacidade ecológica menos pegada ecológica.

Outra forma de verificar as disparidades no consumo pode ser observada na

Tabela 2.

Tabela 2: Comparação do consumo entre as populações dos Estados Unidos, do Canadá, da Índia e do mundo — 1991

CONSUMO POR PESSOA	CANADÁ	ESTADOS UNIDOS	ÍNDIA	MUNDO
Emissão CO <sub>2</sub> (t/ano) .....	15,2	19,5	0,81	4,2
Poder de compra (dólares norte-americanos) .....	19.320	22.130	1.150	3.800
Veículos por 100 pessoas .....	46	57	0,2	10
Papel consumido (kg/ano) .....	247	317	2	44
Uso de energia fóssil (gigajoules/ano)	250	287	5	56
Retirada de água potável (m <sup>3</sup> /ano) ....	1.688	1.868	612	644
<b>Pegada ecológica por pessoa .....</b>	<b>4.3</b>	<b>5.1</b>	<b>0.4</b>	<b>1.8</b>

FONTE: WACKERNAGEL, Mathis; REES, William. **Our ecological footprint — reducing human impact on the earth.** Gabriola Island: New Society Publishers, 1995.

As Tabelas 1 e 2 permitem observar as disparidades de consumo entre os diferentes países. Considerando que os recursos naturais e ambientais são finitos, se alguns países têm um grande consumo, significa que outros, obrigatoriamente, têm que ter menos consumo. Nesse jogo desbalanceado de poderes, explicitam-se as diferenças socioeconômicas, dentre os países. Em termos mais simples, significa, por exemplo, a partir da Tabela 2, que cada norte-americano nascido em 1995 equivale a 12,75 indianos nascidos no mesmo período, em termos de consumo.

Os valores de referência para esses cálculos são basicamente os expostos na Tabela 3.

Tabela 3: Espaço bioprodutivo no planeta Terra

DISCRIMINAÇÃO	HECTARES (bilhões)	PERCENTUAL
<b>Superfície do planeta Terra .....</b>	<b>50,9</b>	<b>100</b>
Terra .....	14,4	28
Terra produtiva .....	9,4	19
Mar .....	36,5	72
Produtiva .....	3,2	6
<b>Total de área bioprodutiva .....</b>	<b>12,6</b>	<b>25</b>

FONTE: [www.rprogress.org](http://www.rprogress.org) .

Tabela 4: População humana e projeções<sup>52</sup>

DISCRIMI- NAÇÃO	2001	2002	2003	2000	2099	2100
População (milhões) .....	6.084	6.169	6.256	6.000	23.763	24.096
Número de pessoas acres- cidas por ano (milhões) .....	85	86	88	84	333	337

FONTE: [www.rprogress.org](http://www.rprogress.org) .

<sup>52</sup> Segundo informações pesquisadas no site [www.rprogress.org](http://www.rprogress.org) , a população mundial cresceu 2% ao ano em 1970, e 1,4% em 2000. Para calcular o crescimento contínuo, aplica-se a constante anual 1,4% de índice de crescimento:  $6 \text{ bilhões} \times 1.014^{100} = \text{aproximadamente } 24 \text{ bilhões}$ .

A partir desses dados, a ONG Redefinig Progress calcula que cada pessoa no planeta tenha como sua pegada ecológica ideal o valor de 2,1 hectares/pessoa. Assim, ao se analisarem os dados da Tabela 3, pode-se concluir que o Canadá necessitaria de 2,03 planetas, e os Estados Unidos, de 2,43 planetas, para suportar seus atuais padrões de consumo. É claro que, “**felizmente**”, vários países, como a Índia, têm padrões de consumo que lhes permitiriam, individualmente, consumir cinco vezes mais aproximadamente.

Como profissional que atua em processos de planejamento socioambiental participativo, acredito que esse instrumento para medir a pegada ecológica deverá ser amplamente difundido e trabalhado como forma de buscar a mudança de atitudes e valores das pessoas, grupos e comunidades a partir da possibilidade de fazer uma auto-avaliação dos seus padrões de consumo. O desenvolvimento dessa ferramenta, de modo que meça a pegada ecológica das empresas e indústrias, seria de fundamental importância para o processo de conscientização e, sobretudo, de mobilização da sociedade, a exemplo da campanha da ONG Greenpeace<sup>53</sup> sobre a divulgação das empresas que usam transgênicos nos seus produtos comestíveis

A globalização opera de muitas formas diferentes, com diversos resultados para o desenvolvimento sustentável. É importante lembrar que essa característica da globalização é muito generalizada. Enquanto a idéia de “corrida para baixo” ou “corrida para cima” pode ser um meio para pensar como as multinacionais respondem a iniciativas de investimento, provavelmente é imprudente usar isso como uma teoria geral da globalização.

---

<sup>53</sup> Ver *site* [www.greenpeace.org.br](http://www.greenpeace.org.br) sobre a campanha contra o consumo de transgênicos.

Estudos no nível local são úteis por inúmeras razões. Primeiro, eles proporcionam exemplos de estudo de caso para testar o alto nível das teorias tipo “corrida para baixo”. Segundo, eles permitem um exame mais próximo das respostas locais para as forças de globalização. Terceiro, estudos de impacto local expõem interações complexas entre interesses local, regional e nacional, a parte do efeito da pura globalização. Finalmente, esses estudos podem ser colocados em um contexto específico histórico e cultural, que pode proporcionar tanto uma boa explanação sobre os impactos da comunidade quanto um olhar único para a globalização.

Anteriormente, expus que existem várias definições para globalização: mercado livre, investimentos estrangeiros onde haja facilidades locais, autoridade supranacional distante, americanização, consumismo, o poder da Internet. É claro que, provavelmente, todas essas ocorram ao mesmo tempo, mas é importante tentar esclarecer os diferentes efeitos, no lugar de disfarçar esses aspectos sob o manto genérico da globalização. Diferentes aspectos da globalização podem operar em diferentes direções. Em um hipotético estudo de caso sobre florestas, o livre mercado pode encorajar maiores preços de exploração, ao mesmo tempo em que investimentos estrangeiros em empresas locais, para mudar práticas ambientais protecionistas. Ativistas locais, por sua parte, mobilizam suporte internacional através de redes de ONGs internacionais e do poder da Internet.

Devemos também nos interrogarmos sobre os efeitos que se atribui à globalização são realmente verdadeiros. Há que se relativizar essa questão. Afinal, a poluição, por exemplo, existe independentemente de a indústria ser globalizada ou não. O acesso ao mercado mundial pode induzir a uma produção maior e aumentar a poluição, mas não é claro que a poluição poderia ser menor se o mercado mundial fosse menos aberto. Hoje, sabe-se que as exigências do mercado consumidor

européu, por exemplo, melhoraram a qualidade de produção de alguns artigos. O setor coureiro de exportação, do Vale do Rio dos Sinos, no RS, viu-se em processo de produção dentro de princípios ecológicos de padrão internacional, a partir da exigência desse mercado. Assim, as empresas construíram estações de tratamento de água, devolvendo para o rio, muitas vezes, água mais limpa do que quando de sua captação. Citam-se, dentre tantos outros exemplos, os processos de certificação ambiental. A empresa Klabin, localizada no Estado de Santa Catarina, igualmente por pressões do mercado externo, desenvolveu o processo de certificação ambiental. Esse processo analisa toda a cadeia produtiva de um determinado produto, observando se essa é ecológica e socialmente responsável. Nesse caso específico, abrange desde a plantação de madeiras de manejo ambiental até a verificação das condições de trabalho, como: não-existência de trabalho infantil, não-existência de trabalho escravo, observância das leis sociais e ambientais, de um modo geral. A aplicação desse processo é considerada ecologicamente e socialmente sustentável, trazendo benefícios para as comunidades locais envolvidas no mesmo, sobretudo porque instaura um outro padrão de mercado de trabalho local.

Mesmo se uma indústria não pudesse sobreviver sem acesso ao mercado mundial, não existe garantia de que a atividade econômica substituta seria mais ecologicamente correta.

A presença de conexões transnacionais intensificadas constringe e marca o destino das sociedades. Este processo traz para a vida social e econômica local forças que estão, em sua maioria, fora do controle das elites políticas nacionais, até mesmo das mais determinadas. À medida que as fronteiras são transpostas e tornadas permeáveis, o alcance do que pode ser feito coletivamente de maneira efetiva pelas forças políticas diminui, graças às repercussões negativas que a antecipação de qualquer “movimento errado” pode provocar na arena internacional externa (Offe, 2001, p. 124).

Como as comunidades locais estão respondendo à globalização? As comunidades respondem ativamente a seus efeitos. É verdade que algumas comunidades têm mais habilidade do que outras que têm menos empoderamento. Em geral, a habilidade e o desejo das pessoas para responder a ameaças externas e a oportunidades não deve ser subestimada. Como eles respondem depende de muitos fatores: como percebem o impacto, sua habilidade em se organizar, a influência dos atores sociais e a interação com as políticas local e nacional.

Woo (2000) diz que estudos de casos da Coreia, do México e da Ásia sugerem que, apesar da falta de regulamentação, a *performance* ambiental de muitas empresas está melhorando. O que é importante observar é que, enquanto o tamanho, a tecnologia e a nacionalidade da empresa afetam a *performance* ambiental, o fator mais importante nessa relação é a pressão da comunidade. Como essa pressão é aplicada varia de comunidade para comunidade. Isso aparece na correlação entre o nível de investimento/educação e a habilidade em barganhar efetivamente.

O Estado, o mercado e a comunidade representam os modos ideal-típicos nos quais as pessoas vivem e interagem, os modos de coordenação dos indivíduos e suas ações. Cada um deles atua, e de certa forma se baseia uma das três capacidades coletivamente relevantes por meio das quais os seres humanos podem intervir no mundo social: razão, interesse e paixão. [...] Cada um desses três tipos de capacidades humanas, gerando padrões correspondentes de ordem social, se especializa em maximizar um valor distinto. Esse valor é a igualdade de status legal, compreendendo direitos e deveres no caso dos Estados; a liberdade de escolha no caso dos mercados; e a identidade e a sua preservação (através de compromissos, solidariedade e lealdade) no caso das comunidades (Offe, 2001, p. 129).

A questão das alternativas é uma dificuldade para responder ao impacto da globalização nas comunidades locais. A escolha não é feita por ser a favor ou contra a globalização, mas, sim, por qual tipo de alternativa será melhor acolhida. Pode-se questionar se a globalização, como uma expansão de escolhas, permite mais opções para o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades locais do

que existia no passado? Woo (2000) pensa que há aqueles que acreditam que a globalização reduz a importância do local da decisão do investimento por causa da Internet e das outras tecnologias de comunicação. Isso talvez seja possível para os países industrializados, mas não para o Terceiro Mundo, onde a regulamentação do trabalho e a das leis ambientais ainda são frágeis. Hoje, observam-se a transferência das indústrias poluidoras para os países mais pobres e a instalação das indústrias de tecnologia limpa — como as de tecnologia de comunicação, do Vale do Silício, nos Estados Unidos — nos países desenvolvidos.

Como se pode mudar de um estilo de vida insustentável ecologicamente para uma relação mais harmoniosa com a natureza nas comunidades? Wackernagel e Rees (1996) indicam que o planejamento local oferece muitas oportunidades, tais como: planejamento para alta densidade populacional; promoção do uso de energia renovável em conjuntos comerciais e residenciais; realocação dos espaços urbanos e das rodovias particulares, o baixo custo de residências e do espaço público aberto; desincentivo ao uso individual dos carros e criação de incentivos que encorajem o uso do transporte público, caminhar e andar de bicicleta; e, usando um sistema de taxas, penalidades e prêmios para o uso comum dos espaços urbanos e cooperativas residenciais, etc., dedicados aos princípios de sustentabilidade.

A atividade econômica é cada vez mais considerada um fim em si mesma, e tanto as populações como o meio ambiente são sacrificados para manter a economia em crescimento dentro de uma ordem econômica global. Assim, o aumento da concentração do poder econômico nas mãos de poucas grandes corporações e instituições financeiras sem compromisso com o local em que se estabelecem exclui cada vez mais as populações da sua efetiva participação na vida

econômica e política. Sustentabilidade requer que se reivindique a economia a serviço do povo e das suas comunidades.

A proposta de atividade econômica poderia ser para adotar segurança material onde a comunidade vive mais do que para promover o consumo insensato para manter os centros do mundo financeiro às expensas da ecosfera. Isto pode parecer paradoxal, mas a segurança global é como encontrar suas raízes mais profundas para fortalecer as economias local e regional. Nenhum poder na terra pode gerenciá-la globalmente. Assim, se biorregiões individuais aprendem a viver do uso sustentável dos seus próprios recursos suplementados pelo mercado ecologicamente balanceado, o efeito rede poderia ser a sustentabilidade global (Wackernagel; Rees, 1995, p. 143).

Além dos vários exemplos já citados ao longo deste trabalho, cita-se ainda o estudo que realizei sobre o impacto da globalização no Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo, juntamente com meus colegas *fellows* do Programa LEAD, com o objetivo de apresentá-lo no Seminário Internacional do Programa<sup>54</sup>, em agosto de 2000, em Vancouver, no Canadá.

A bacia do Vale do Ribeira cobre 25.000 quilômetros quadrados e tem 323.274 habitantes, dos quais 35,2% são rurais (1996). Existem 23 municípios no Vale. A cidade principal é Registro, com 49.200 habitantes (1996) e dista 200 quilômetros de São Paulo. Aproximadamente 20% da população da região é analfabeta. A maior parte da prevalência de doenças é infecto-contagiosas. Essa bacia fornece um interessante contexto para conduzir a discussão sobre o tema globalização, desenvolvimento sustentável e comunidades locais, porque, apesar da sua riqueza cultural e biológica, essa é a região mais pobre economicamente do estado mais rico do País. Sua riqueza está sendo afetada pelo processo de transição acelerado e relativamente recente dirigido pelo desenvolvimento de políticas governamentais, e a tendência é piorar a situação econômica e social.

---

<sup>54</sup> Trabalho apresentado na LEAD International Session, Globalization and Sustainability: Impacts on Local Communities, Vancouver, 2000.

A região contém a maior floresta tropical Atlântica remanescente do Brasil, que hoje representa apenas 7% da sua extensão original e é um dos biomas mais ameaçados do planeta. A floresta tropical é o habitat de muitos mangues e um importante estuário, área de reprodução essencial para organismos marinhos. A população do Vale inclui indígenas, descendentes de africanos e portugueses e, mais recentemente, tem-se tornado a casa de milhares de imigrantes japoneses e europeus. Suas comunidades, de acordo com a localização e a tradição, vivem em diferentes atividades de subsistência: extração de produtos da floresta, cultivo da agricultura, pesca e coleta de ostras.

De um lado, essa diversidade cultural e biológica pode ser uma fonte de muitas alternativas para a sustentabilidade da região. Mas, considerando a demanda de cada grupo e a conexão com o meio ambiente, mais as pressões externas, acaba sendo também fonte de muitos conflitos. O conflito entre desenvolvimento e preservação está colocado: **o manejo sustentável dos recursos naturais é crítico para o Vale do Ribeira**. Uma grande parte do território do Vale é dedicada à preservação, restringida às comunidades locais em suas atividades econômicas tradicionais.

Ultimamente, a região tem sido impactada pela urbanização e por atividades econômicas (especulação, turismo, pesca comercial, mineração, projetos de hidrelétricas particulares, construção de rodovia que ligará o Brasil ao Mercosul) ocasionadas pelas políticas de desenvolvimento definidas conforme as imposições globais. Usualmente, essas políticas estão em desacordo com as políticas ambientais e com os interesses das comunidades locais e não contribuem para um equilíbrio apropriado entre a geração de lucros e a conservação.

Há uma necessidade clara de procurar maior consenso e uma melhor integração das ações entre as comunidades locais, as ONGs e o Governo, com o objetivo de consolidar um projeto social e ambiental para essa região. Destacam-se algumas importantes iniciativas das comunidades locais que já podem ser observadas:

- **a criação da Reserva Extrativa de Mandira.** Essa única reserva extrativa marinha proporciona alternativas técnicas para a coleta sustentável e o comércio de ostras para o mercado local e regional;
- **o Parque Estadual da Ilha do Cardoso.** A comunidade dessa ilha definiu normas para o uso da terra mais restritamente do que a legislação ambiental requer. Isso num esforço para conservar a floresta atlântica e seus serviços pela exploração da beleza natural para atividades de ecoturismo e para práticas de pesca de baixo impacto ambiental. O monitoramento do processo dessas iniciativas reforça a tese de que, proporcionando autonomia e instrumentos de planejamento participativo para as comunidades locais, junto com investimentos em educação e infraestrutura básica, se pode contribuir para a adoção de novos paradigmas de desenvolvimento sem comprometer a identidade das comunidades e a herança cultural, incluindo os últimos remanescentes de um patrimônio natural importante.

A realidade que se apresenta exige a imposição de restrições bastante severas à racionalidade econômica prevalecente, restrições estas fundadas em valores éticos como a solidariedade para com as gerações futuras. Romeiro (2000) diz que não se trata, entretanto, de uma mudança institucional utópica. Procurou-se mostrar justamente as condições objetivas que a favorecem. Essas condições

resultam, em última instância, de um processo de mudança cultural, representado pela contestação crescente da civilização industrial. A questão ambiental recolocou sob novas luzes o velho debate sobre a exclusão social: a evidência da impossibilidade ecológica de generalização dos padrões de consumo das sociedades afluentes reforça naturalmente o questionamento das disparidades internacionais dos níveis de bem-estar material, cuja solução, por conseguinte, passa por uma mudança nesses padrões de consumo. Ao mesmo tempo, vem contribuindo para reforçar ainda mais o questionamento dos valores que, dentro das sociedades de consumo, condicionam a percepção de bem-estar social.

Globalização é mais do que apenas economia. Os aspectos social, cultural, político e tecnológico da globalização são tão importantes que não podem ser separados e analisados separadamente. Esses diferentes aspectos da globalização podem operar em diferentes direções e generalizações sobre o seu impacto e apontar ameaças à saúde das comunidades locais, se tratados com certo ceticismo. Os temores sobre a globalização freqüentemente estão relacionados com a perda dos sistemas de suporte social que eram garantidos no passado pelo Estado, como, por exemplo, as garantias trabalhistas. Esses temores são compostos pelo fato que os mecanismos de governo internacional são pobremente desenvolvidos e mais, ainda, pobremente compreendidos. Em particular, percebe-se um desequilíbrio entre as instituições internacionais como OMC, com seu foco exclusivo no comércio, e a ausência de instituições similares focando as questões sociais e ambientais. No nível local, globalização similarmente toma várias formas e pode operar em diferentes direções. A habilidade da comunidade em responder aos efeitos da globalização não deveria ser subestimada, mesmo que os fatores que influenciam esse processo sejam complexos.

Rattner (1999) diz que a sustentabilidade também remete a uma dimensão temporal pela comparação de características de um dado contexto ecológico e sociocultural no passado e no presente, ou no presente e no futuro. O primeiro serve como parâmetro para a sustentabilidade, enquanto o último requer a definição do estado desejável de sociedade no futuro. O desafio de se encontrar uma saída é comum a todas as sociedades. Em vez de aceitar a imposição da racionalidade formal econômica, devemos desenvolver formas de produção e consumo compatíveis com a integração social, participação comunitária, plena cidadania e justiça social. Deve-se ter como idéia base que as atividades econômicas têm suas raízes na comunidade, a ela prestam contas e nela distribuem os frutos da produção. Assim, proporcionam condições para regenerar a comunidade, prestar serviços sociais e tratar de seus problemas ambientais e sociais.

Entre alternativas da sociedade sustentável emergente, a partir de inúmeros projetos e experiências em andamento, Rattner (1999) destaca como princípios orientadores **a visão integradora**, encarando a função das atividades econômicas não somente em seus aspectos materiais, mas também as necessidades sociais e espirituais, tais como: identidade, participação, criatividade e solidariedade; descentralização, transparência no processo decisório e participação democrática; propriedade e controle comunitários, assegurando padrões de trabalho e de remuneração decentes; ênfase no uso de recursos materiais, humanos, sociais e culturais da localidade e da região, em vez da orientação exclusiva para o mercado mundial; sustentabilidade baseada em auto-suficiência e responsabilidade pública dos cidadãos, em vez de dependência de fontes e recursos externos; articulação permanente do local com o nacional e o global, o micro com o macro; forte ênfase na dimensão política, procurando induzir mudanças sociais e criando alternativas para o

modelo dominante; qualidade de vida como parâmetro básico do desempenho da economia, com ênfase na diversidade ecológica, social e cultural, como critério de avaliação; política econômica orientada para poupar capital — em vez de reduzir empregos e oportunidades de trabalho —; sustentabilidade assegurada por uma reprodução social, natural e cultural, em vez de crescimento ilimitado da produção de mercadorias. Essas características ideais encontram amparo na retrospectiva histórica e na análise teórica das tendências e opções abertas à civilização.

O problema que o mundo enfrenta hoje com a água é o mais grave e emblemático, quando falamos sobre a crise ambiental. Como exponho abaixo, a água perpassa praticamente todas as dimensões sociais da sociedade. Os indicadores logo expostos e as diversas situações permitem que se reflita no potencial de intervenção do planejamento participativo e do assistente social neste campo. Sendo este trabalho uma tese de doutorado em um curso de Serviço Social, penso ser extremamente importante apresentar sucintamente a gravidade dessa questão e ter o sonho de que a categoria dos Assistentes Sociais entenda as dimensões e consiga ver o potencial que a nossa profissão tem para atuar nessa área e a possibilidade de transformar a realidade, sendo também um desencadeador de processos para a cidadania, utilizando, sobretudo, as práticas participativas que possibilitem o pleno exercício do poder decisório das comunidades.

Em 2004, as Nações Unidas lançaram um relatório chamado **Água Para Todos, Água Para Vida**<sup>55</sup>, ligado ao Programa Mundial de Avaliação dos Recursos Hídricos, para o desenvolvimento, o fortalecimento de capacidades e o meio ambiente.

---

<sup>55</sup> [www.unesco.org/water](http://www.unesco.org/water) acesso em 30 nov. 2004

Esse documento apresenta informações às quais a sociedade deve prestar muita atenção. A Terra, neste começo de século, enfrenta uma grave crise da água. Sabe-se que 2,53% do total de água do planeta é doce. Aproximadamente, 2/3 da água doce encontram-se imobilizados em glaciares e ao abrigo de neves perpétuas. Trata-se, sobretudo, de uma crise de gestão dos recursos hídricos, essencialmente causada pela utilização de métodos inadequados. **A verdadeira tragédia dessa crise é seu efeito sobre a vida cotidiana das populações pobres, que sofrem o peso das doenças relacionadas com a água, vivendo em locais degradados e perigosos, lutando por conseguir uma educação para seus filhos, por ganhar a vida e por satisfazer suas necessidades básicas de alimentação.**

A crise também pesa sobre o entorno natural, com a grande quantidade de dejetos que se jogam nos cursos de água diariamente e o uso indevido ou excessivo que se faz, com aparente desinteresse pelas conseqüências. Na realidade, trata-se de um problema fundamentalmente de atitude e comportamento, problemas em sua maioria identificáveis e localizados.

A Conferência Internacional Sobre a Água e o Meio Ambiente de Dublin, em 1992, estabeleceu quatro princípios que seguem sendo válidos:

Princípio 1 - a água doce é um recurso finito e vulnerável, essencial para sustentar a vida, o desenvolvimento e o meio ambiente;

Princípio 2 - o aproveitamento e a gestão da água devem inspirar-se em um planejamento baseado na participação dos usuários, dos planejadores e dos responsáveis sobre as decisões em todos os níveis;

Princípio 3 - a mulher desempenha um papel fundamental no abastecimento, na gestão e na proteção da água;

Princípio 4 - a água tem um valor econômico em todos seus diversos usos.

A questão da água apresenta várias dificuldades e impactos:

- o lento avanço do setor hídrico para adaptar dados aos existentes dos modelos dos sistemas de observação da Terra, com as avaliações dos recursos hídricos;
- a pobre compreensão do funcionamento dos sistemas complexos de drenagem, em relação com os desafios antropogênicos, em comparação com o bom entendimento que a hidrologia tem deste em escala local;
- em análises futuras, a geografia do abastecimento de água deverá incluir os problemas de capacidades tecnológica dos prestadores de serviços públicos de distribuição da água, o crescimento demográfico, os níveis de proteção ambiental e serviços sanitários e as inversões em infra-estrutura hidráulica.

O consumo de água *per capita* aumenta, devido à melhora dos níveis de vida.

A população cresce e, em conseqüência, a porcentagem de água, objeto de apropriação, se eleva. Em suma, a quantidade de água existente para todos os usos está começando a escassear, e isso nos leva a uma crise da água.

Por outro lado, os recursos de água doce estão reduzindo-se, devido à contaminação — 2 milhões de toneladas de dejetos são despejados diariamente em águas receptoras, incluindo resíduos industriais e químicos, humanos e dejetos agrícolas. Ainda que os dados confiáveis sobre a extensão e a gravidade da contaminação sejam incompletos, estima-se que a produção global de águas residuais seja de aproximadamente 1.500km<sup>3</sup>.

Assumindo que 1 litro de água residual contamina 8 litros de água doce, a carga mundial de contaminação pode atingir a 12.000km<sup>3</sup>. **Como sempre, as**

**populações mais pobres resultam as mais afetadas, com 50% da população dos países em desenvolvimento exposta a fontes de água contaminadas.**

**Na metade deste século, 7 bilhões de pessoas, em 60 países, sofrerão escassez de água, no pior dos casos, e, no melhor, tratar-se-á de 2 milhões de pessoas em 48 países.**

Em 2000, a taxa de mortalidade estimada por diarreias relacionadas com a falta de sistemas de saneamento ou de higiene e por outras doenças relacionadas com o saneamento da água foi de 2.313.000 milhões de pessoas. **A maioria dos afetados por mortalidade e morbidade relacionadas com a água é de crianças menores de cinco anos.** A tragédia é que o peso dessas doenças é, em grande parte, evitável. A melhora das práticas de gestão da água poderia reduzir consideravelmente as doenças transmitidas por vetor.

Hoje, 1 bilhão e 100 milhões de pessoas carecem de instalações necessárias para abastecer-se de água, e 2 bilhões e 400 milhões não têm acesso a sistemas de saneamento. **No círculo vicioso da pobreza e da doença, a água e o saneamento insuficientes constituem, ao mesmo tempo, a causa e a consequência: aqueles que não dispõem de um abastecimento de água suficiente e de acesso são invariavelmente os mais pobres.**

*Se o abastecimento de água e o saneamento básico fossem ampliados àqueles que, até o dia de hoje, não conhecem esses serviços, estima-se que as diarreias infecciosas se reduziriam em 17% ao ano. Se houvesse abastecimento de água com condução universal por encanamento e um saneamento completo, reduzir-se-ia a 70% ao ano a incidência dessa doença.*

Esses números evidenciam desde a necessidade de mudança na política dos países mais pobres até uma melhor gestão da qualidade da água doméstica, da

higiene individual e familiar, uma expansão continuada do abastecimento da água e do saneamento unida a níveis de serviço que assegurem um abastecimento confiável e uma qualidade da água aceitável.

Nos últimos 10 anos, tem-se trabalhado com dois conceitos-chave:

- **os ecossistemas não apenas possuem seu próprio valor intrínseco, mas, também, proporcionam serviços essenciais ao gênero humano;**
- **a durabilidade dos recursos hídricos requer uma gestão participativa baseada no ecossistema.**

As medidas de proteção dos ecossistemas incluem: iniciativas políticas e estratégicas destinadas a fixar objetivos, estabelecer normas e promover a gestão integrada do uso da terra e da água; a educação ambiental; a apresentação periódica dos informes sobre a qualidade do meio ambiente e suas mudanças; a manutenção do caudal dos rios; a proteção do ambiente de origem nas águas e a proteção de espécies.

Vivem em cidades 48% da população mundial. Em 2030, a proporção será de 60%. As aglomerações urbanas contam geralmente com os recursos econômicos necessários para instalar sistemas de abastecimento de água e saneamento. Por outro lado, concentram dejetos.

A boa gestão da água nas cidades é uma tarefa complexa, que requer, por um lado, a gestão integrada do abastecimento de água para as necessidades domésticas e industriais, o controle da contaminação e o tratamento das águas residuais, assim como a gestão do nível pluviométrico, a prevenção de inundações e o uso sustentável dos recursos hídricos. Por fim, é importante ressaltar a cooperação entre os municípios que compõem uma mesma bacia de rio ou fontes de águas subterrâneas

A principal fonte de abastecimento de alimentos do mundo é a agricultura, que inclui cultivos, gado, piscicultura e silvicultura. Com uma agricultura não controlada, logra-se alimentar 500 milhões de pessoas; por isso, para alimentar a população mundial atual de 6 bilhões de pessoas, é necessário recorrer à agricultura sistemática. Por outro lado, a agricultura em nível local é o epicentro de diversos sistemas econômicos rurais. Para produzir as 2.800 calorias por pessoa/dia que requer uma dieta adequada, necessita-se uma média de 1000 metros cúbicos de água.

A irrigação consome 70% do insumo total de água. Essa quantidade aumentará 14% nos próximos 30 anos, já que a zona de irrigação se ampliará em 20% aproximadamente. Até 2030, 60% do total das terras potencialmente irrigáveis encontrar-se-ão em exploração. Dos 93 países em desenvolvimento estudados pela FAO, 10 estão utilizando 40% da sua água doce renovável para irrigação, que é o nível a partir do qual pode se tornar difícil escolher entre a agricultura e outros usos da água.

A indústria requer recursos suficientes de água de boa qualidade como matéria prima básica. Estima-se que o uso anual global de água por parte da indústria aumente de 725km<sup>3</sup> em 1995 para 1.170 km<sup>3</sup> em 2025.

O uso industrial representará 24% do consumo total de água. Grande parte desse aumento acontecerá naqueles países em desenvolvimento que se encontram atualmente em fase de crescimento industrial acelerado.

Apesar da grande quantidade de eletricidade gerada no mundo e do papel crucial da energia para o desenvolvimento sustentável, o acesso à eletricidade é muito desigual. Em torno de **2 bilhões de pessoas não dispõem de eletricidade, 1 bilhão utilizam meios de produção elétrica antieconômicos, como velas ou**

**querosene, e 2,5 bilhões de pessoas nos países em desenvolvimento têm acesso reduzido aos serviços de eletricidade comercial.**

Os países desenvolvidos exploram aproximadamente 70% de seu potencial elétrico. **Nos países em desenvolvimento, essa cifra não chega a 15%.**

A energia hidráulica proporciona atualmente 50% da produção elétrica em 66 países e 19% em 24 países.

Os desastres naturais ocorrem com frequência crescente e afetam de maneira desproporcional os países de baixos ingressos. Efetivamente, 97% das mortes causadas por eles têm tido lugar em países em desenvolvimento. O número de desastres hidrometeorológicos (inundações e secas) tem-se multiplicado desde 1996. **As pessoas muito pobres, os velhos, as mulheres e as crianças são os mais afetados, posto que, para a população das terras marginais, o risco de inundação ou seca é cada vez maior.**

A água deve ser compartilhada fundamentalmente de duas maneiras: entre seus diferentes usos (energia, cidades, alimentação, meio ambiente, etc.) e entre os diferentes usuários (regiões administrativas ou países que comportem uma mesma bacia ou aquífero). Esse tipo de situação pode ser manejada através do que se denomina de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos, e a integração pode efetuar-se de duas maneiras: em função do sistema natural e em função do sistema humano. Isto quer dizer que o planejamento socioambiental participativo é um instrumento chave para a gestão compartilhada que medie os interesses diversos e distribua de forma mais eqüitativa o poder nesta seara. A integração deve produzir-se tanto dentro como entre essas duas categorias, tendo em conta a variabilidade no espaço e no tempo. Fica entendido que, para a gestão integrada dos recursos hídricos, a unidade de base é a bacia, ali onde as águas superficiais e as

subterrâneas se unem de modo inexorável entre si e em relação à utilização e à gestão da terra.

Muito se tem avançado, no curso dos últimos 10 anos, no que se refere à compreensão da natureza da água, não só como um valor econômico, mas em sua dimensão social, religiosa, cultural e ambiental e na consciência de que esses diferentes aspectos são, a miúdo, interdependentes. O conceito de eqüidade no uso e na gestão da água está agora bem estabelecido, como está também a noção de otimizar seu valor através de múltiplos usos, promovendo, ao mesmo tempo, um acesso eqüitativo e um abastecimento adequado. **Está claro que, quando se utilizam instrumentos econômicos para acordos de água, deve-se ter plenamente em conta as necessidades dos grupos mais vulneráveis — as crianças, os velhos, as comunidades locais, as pessoas que vivem na pobreza e o meio ambiente.** Tem-se aprendido a distinguir entre o valor da água (o proveito dos beneficiários), o preço da água (as cargas para os consumidores) e o custo de abastecimento de água (custos de investimentos e de exploração dos sistemas de abastecimentos de água).

A crise da água é essencialmente uma crise de gestão dos assuntos públicos ou, em outras palavras, de governabilidade. As causas incluem a falta de instituições adequadas no setor da água, a fragmentação das estruturas institucionais (decisões superposta e/ou contraditórias), a contradição de interesses entre as águas de cima e as águas de baixo, no que se refere aos direitos dos ribeirinhos e ao acesso à água, dentre outros. Ainda não existe uma definição acertada sobre a governabilidade do setor hídrico, suas implicações éticas e suas dimensões políticas estão em discussão, mas é urgente tratar os aspectos ligados a essa governabilidade. Fica claro que os princípios básicos de uma gestão efetiva dos

assuntos hídricos incluem a participação de todos os interessados, a transparência, a equidade, a responsabilidade financeira, a coerência, a capacidade de reação, a integração e as questões éticas.

Nos últimos 30 anos, tem-se estabelecido diversas metas. Mas a experiência mostra-nos que, lamentavelmente, essas metas não têm sido alcançadas. O desafio é colossal. Por exemplo, **para cumprir as metas fixadas para o abastecimento de água e de saneamento até 2015, 342.000 pessoas deveriam, a cada, dia ter acesso a novos serviços de saneamento.** Por outro lado, cabe perguntar se haverá água suficiente para cumprir as metas. A partir dessa realidade, uma opinião realista indica que **as perspectivas para centenas de milhões de pessoas nos países pobres e para o meio ambiente não são muito boas.**

As informações expostas possibilitam ver como a rota traçada pela civilização predatória inexoravelmente conduz à depleção dos recursos naturais e à exploração de pessoas humanas por outras. Parece necessário salientar, quanto às tomadas de decisões sobre a organização social e política do século XXI, bem como sobre a importância da questão dos valores norteadores da sociedade, a reformulação e a reflexão vigente. Nesse sentido, cada palavra que escrevi sobre o problema da água no mundo fez-me refletir sobre a importância do planejamento socioambiental participativo para a resolução ou a mitigação desse problema.

Os exemplos citados, bem como outros existentes, não surgem de uma vez e completos, mas são frutos de inúmeras experiências e inovações daqueles que sofrem as conseqüências das políticas econômicas e socioambientais. Em sua essência, incorporam os valores básicos da justiça social: equidade e redistribuição do acesso e controle da riqueza e dos recursos, sustentabilidade, que implica

respeito pelo planeta e seus recursos limitados, e democracia participativa, ou seja, a participação efetiva de todos nas decisões que afetam suas vidas.

## 5 O QUARTO VÔO: O PLANEJAMENTO SOCIOAMBIENTAL PARTICIPATIVO

*“Sadie Weintraub pediu dois paezinhos.  
-São R\$ 0,40, disse o padeiro.  
-Quarenta? O seu concorrente do outro lado da rua cobra apenas R\$ 0,12!  
-Muito bem, compre-os dele.  
-Mas ele já não tem paezinhos...  
-Minha senhora, quando estou sem paezinhos cobro apenas R\$ 0,05 por eles.”*

### 5.1 O Serviço Social — sobrevoando o ninho dos pássaros

Mayadas e Lasan (1984, p. 42-43) realçam que o Serviço Social é uma profissão que tem tido um grande compromisso com a melhoria do ambiente no qual o usuário está inserido, bem como o Serviço Social tem sido uma profissão filosoficamente comprometida com as populações desfavorecidas.

Historicamente, o Serviço Social na América Latina surgiu na primeira metade do século XX, com base em formulações ideo-culturais, sendo concretizado a partir da Igreja Católica, que importou a vertente europeia, ou, mais especificamente, franco-belga notadamente marcada por alto teor de elementos religiosos e confessionais.

O assim chamado Serviço Social tradicional tinha como característica ser uma profissão cuja postura de formação adotada era ser um receptáculo das ciências sociais, recolhendo o que lhe interessava e rearticulando-o aos seus objetivos, sem analisar o processo. Tomava conceitos ou categorias para validar o saber do Serviço Social e a prática profissional do Assistente Social. Portanto, o comportamento era de inspiração conservadora. Na prática, é uma execução terminal de políticas sociais

setoriais, onde não há preocupação com o macrossocial. A prática tornou-se pontual, restringindo-se à execução terminal, e o valor tornou-se simbólico.

A partir disso, o movimento de reconceitualização questionou exatamente esse quadro que constitui o Serviço Social tradicional.

A crise do Serviço Social tradicional deu-se durante a década de 60. Década esta popularmente conhecida por ter sido a década da crise que trouxe revoluções culturais e comportamentais ao mundo, como *rock'n roll*, *Beatles*, minissaia, pílula, Revolução Cubana, Primavera de Praga, revolução estudantil de Paris, Martin Luther King, Vietnã, movimento *hippie*, Teologia da Libertação, crise das ciências sociais, morte de John Robert Kennedy, etc. No Brasil, o Golpe Militar de 64, a adoção do modelo desenvolvimentista, a implementação do capitalismo periférico, dentre outros movimentos.

É claro que todos esses acontecimentos influenciaram o movimento de reconceitualização do Serviço Social. Esse movimento oportunizou uma significativa diminuição da influência norte-americana sobre o Serviço Social. E o Serviço Social passou a identificar-se com a continentalidade da América Latina e com suas características singulares, como: colonialismo, capitalismo periférico, composição étnica e o imperialismo norte-americano.

O marco histórico do movimento de reconceitualização foi o Primeiro Seminário Regional Latino Americano de Serviço Social, realizado em Porto Alegre, em 1965, que reuniu 400 Assistentes Sociais do Brasil, da Argentina e do Uruguai.

Com o Golpe Militar de 1964 no Brasil e a instalação da ditadura militar, ocorreram o fim do espaço democrático e a interrupção do processo democrático, com um forte movimento de coesão contra os “subversivos” e “corruptos”.

Portanto, enquanto, nos vários países da América Latina, se desenvolveram processos democráticos a partir de 1965, o Brasil estava em plena crise política. E, com a não-legitimação do regime de exceção durante a década de 70, o País passou a sair da crise política, ao passo que seus vizinhos latino-americanos começaram a entrar nessa crise.

No Brasil, somente a partir de 1975, o movimento de reconceitualização tomou corpo publicamente.

O movimento pretendeu, em linhas gerais, reconstruir conceitos fundamentais da profissão.

Esse movimento foi uma resposta da categoria dos Assistentes Sociais aos problemas das diferentes sociedades latino-americanas. O Serviço Social, através desse processo, começou a sinalizar a sua contemporaneidade.

O movimento resultou numa ruptura da tradição profissional, com a substituição do Serviço Social pelo trabalho social. Mas, para tanto, era necessário suportes do tipo: liberdade política; organização da população; movimentos sociais; perspectiva concreta de transformação; perspectiva socioeconômica; democracia e recuperação dos mecanismos assistenciais.

Resultou, também, uma vinculação sociopolítica onde não existia mais compromisso com a classe dominante, mas, sim, com os pobres, oprimidos, classe trabalhadora, povo. Em decorrência disso, o Serviço Social prega atuação fora das instituições, com uma suposta valorização da produção profissional. Outro resultado foi a crítica aos saberes anteriores que fundamentavam a profissão e o que esta representava. Foi questionada a matriz teórica desses conhecimentos. Foi uma

autocrítica não somente ao emprego das categorias utilizadas pelo Serviço Social, mas, sim, à sua relação com este.

Assim, o movimento acabou por polemizar ideologicamente a profissão e enfatizou a relação teoria/prática, colocando-a no centro da discussão, flexibilizou o Assistente Social, abriu a discussão com as ciências sociais e revisou a postura tarefaira do profissional, ocasionando um avanço no conhecimento.

O Serviço Social passou a ser um interlocutor das ciências sociais e não mais um consumidor destas. Começou, aí, a aparecerem o perfil conhecedor do Assistente Social e a reivindicação ao direito de planejar, gerar e gerir as políticas sociais.

- Por outro lado, o movimento de reconceitualização colocou em evidência o hiato entre a formação e a intervenção profissional e delimitou o horizonte da profissão à especificidade latino-americana.

O movimento foi determinante na evolução do Serviço Social na América Latina. É importante fazer esse rápido apanhado histórico pela importância de não ignorar as questões antropossociológicas da minha profissão.

O Serviço Social, primeiramente, ao evocar a cultura da massa, do povo, ignorou as inter-relações subjetivas da sociedade, já que esta é formada por indivíduos-sujeitos. A visão de povo acaba por suprimir as diferenças que existem entre os diferentes grupos étnicos que formam a nossa população, ferindo valores básicos como o respeito à dignidade do ser humano e seu existir.

O Serviço Social, na ânsia de trabalhar com o povo, mitificava-o, não lhe conferia uma identidade com a cultura latino-americana. E a pesquisa bibliográfica realizada permitiu a observação de que os autores que escrevem sobre o surgimento do Serviço Social, seja na América Latina, seja mais especificamente no

Brasil, se utilizam de um pensamento que reduz o aparecimento da profissão a uma decorrência “natural” da Revolução Industrial e às diferenças produzidas pela sociedade de classes.

O Serviço Social não busca complexificar essa visão, indo buscar as raízes da sociedade, ou a compreensão da Modernidade, sua filosofia e suas idéias básicas, ou mesmo referência ao seu significado para o mundo de hoje, ou as influências que a colonização ibérica trouxe ao continente em contrapartida da colonização inglesa no Norte da América. Esqueceu de identificar o primeiro grande acontecimento da nossa história: a colonização.

Não percebemos que, enquanto os Estados Unidos e o Canadá foram colonizados por países onde o pensamento liberal de Locke e todo o movimento renascentista estava em franco desenvolvimento, a América Latina foi colonizada por Portugal e Espanha, países que, de certa forma, ainda apresentavam ranços medievais, que estavam atrasados em relação aos seus vizinhos europeus no movimento moderno e tinham como inspiração máxima o pensamento pré-moderno de São Tomas de Aquino. Ao ignorarmos esse fato determinante na nossa cultura, deparamo-nos com o que Silva (1991) chama de problema filosófico, já que, até hoje, não resolvemos o nosso problema de identidade. E o colonialismo está atuando até hoje, através da dominação da consciência latino-americana.

Faleiros (2002, p. 13) conclui que, nos anos 30, o objeto do Serviço Social era pautado por três dimensões: a moral, a higiene e a ordem. Já nos anos 50, esse objeto passou a ser “a articulação da harmonia social na relação Estado/Sociedade”. Na década de 70, surgiu o referencial de trabalho do Assistente Social da integração meio-personalidade, era a busca para trazer os indivíduos e as comunidades que estavam à margem para o centro do consumo, sendo este consumo principalmente

os programas de bem-estar social do Estado. A intervenção profissional pressupunha um “[...] **esforço** individual que consiste na ênfase do **EU** do indivíduo” para melhorar a si mesmo, “[...] ou no esforço comunitário para melhorar o meio”. Concomitantemente, nessa década, houve um movimento de reação, liderado no Brasil por Seno Cornely, que buscava um Serviço Social “marcadamente latino-americano, questionando o importado”, ou seja, as teorias norte-americanas que invadiram o Serviço Social no pós-guerra, a partir da década de 50. Assim, Faleiros (2002, p. 17) coloca que “[...] a centralidade da intervenção na relação personalidade/meio/recurso muda para uma centralidade nas relações sociais de classe, de dominação de grupos”. Esse autor indica que houve outra mudança no objeto do Serviço Social nos anos 90, quando a categoria se vinculou a reivindicação a uma nova organização de prestação de serviços sociais, “[...] reprocessando a prática e a crítica na dinâmica de relações cooperação/conflito do Estado com a sociedade”.

Embora tenha havido esse movimento da categoria de passar a trabalhar na elaboração e na execução das políticas sociais, junto às ONGs, em favor da cidadania e de direitos, a leitura que faço a partir das diversas publicações na área é que a sociedade continua a ser vista como sociedade de classes e a luta entre estas. Grande parte dos profissionais concebe a realidade como uma relação dual e polarizada, à luz da teoria dialética.

O Planejamento socioambiental participativo propõe-se a atuar sobre os impactos ambientais sociais da nossa sociedade. Através da sua ação, ele pode diagnosticar, prognosticar e planejar intervenções para evitar ou mitigar os efeitos destes impactos.

Bonder (1992, p. 34) já dizia, em 1992, que

Para tanto, as políticas sociais do século XXI não podem dicotomizar a sociedade em possuídos e despossuídos e exigir que o profissional opte por uma determinada parcela da população para identificar-se. Entendo que esta percepção da realidade ou a redução da sociedade a sociedade de classes só vai reforçar a divisão social do trabalho, a dominação do homem sobre o homem e reforçar as relações de desigualdade, já que nem se quer questiona ou concebe dentro do seu referencial as questões filosóficas e antropológicas da nossa sociedade.

O Assistente Social necessita ampliar a sua idéia de sociedade, com o objetivo de atingir a qualidade de vida e a diminuição da degradação ambiental. Ao contemplar as relações sociais em todos os segmentos da sociedade, esse profissional buscaria o que deveria ser o ideal comum: a vida com qualidade!

## **5.2 O Serviço Social e o planejamento participativo**

O planejamento social entrou no Serviço Social na década de 50, junto com a importação dos métodos norte-americanos, conforme já exposto. Os processos de desenvolvimento de comunidade e de organização de comunidade foram os espaços de expansão do planejamento nesta época. Faleiros (2002, p.,14) refere que o objeto do Serviço Social consiste na articulação da harmonia social na relação Estado/sociedade, “[...] a melhoria das condições de vida, do meio, da comunidade deveria dar-se com a participação dos grupos e líderes ativos unidos pelo bem comum”.

No pós-guerra, foi uma preocupação da Organização das Nações Unidas incentivar programas de desenvolvimento de comunidade, seja para ajudar os países que efetivamente tiveram que ser reconstruídos, seja para ajudar os países subdesenvolvidos. Ammann (1987) coloca que instituições públicas e privadas brasileiras vinham desenvolvendo experiências localizadas e esparsas desde 1940. Mas foi em 1969, que após a V Reunião do Grupo de Trabalho Interamericano

Sobre Desenvolvimento de Comunidade dos Países do Cone Sul, realizada em Porto Alegre, que o Governo Federal criou, por portaria, a Coordenação de Programas de Desenvolvimento Comunitário, vinculada à Secretaria Geral do Ministério do Interior. Essa Coordenação tinha o objetivo de “[...] conjugar um mecanismo de atuação e um sistema capaz de, com base nas instituições existentes, viabilizar diretrizes nacionais de desenvolvimento comunitário” (Baptista, 1976, p. 43)

Nas décadas de 60 e 70, o planejamento assumiu um papel paradoxal na história do Brasil. Foram anos de política econômica desenvolvimentista sob um forte regime ditatorial militar. Porém, paradoxalmente, as políticas sociais e, principalmente, as da área da habitação pressupunham a participação das comunidades nesses projetos. Faleiros (2002, p. 16) explica que

A visão desenvolvimentista do processo social, ancorada na idéia de crescimento econômico, pressupunha a integração participativa de grupos ao projeto hegemônico, articulado pelo estado e concretizado em uma grande variedade de projetos locais, como os habitacionais, em que o Serviço Social se engaja de uma maneira bastante intensa. Surgem as cooperativas habitacionais, os grupos de autoconstrução, os projetos de casa própria por mutirão, os grupos de melhoria do bairro, do corte e costura, de enxoval de nascimento, de horta caseira e comunitária, de produção de roupas, de formação profissional, entre outros.

Medeiros (1997, p. 23) explica que o planejamento aparece como um dos principais elementos “[...] para imprimir a eficiência e a racionalidade técnico-administrativas necessárias ao alcance dos objetivos e metas de crescimento econômico estabelecidas”. A autora traz que o planejamento participativo tem suas primeiras experiências em 1972 pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, na Região Sul do País, com a elaboração de documentos para os Planos de Desenvolvimento Microrregional de diversas Associações de Municípios do Estado

do Rio Grande do Sul. Esse planejamento participativo foi descrito por Cornely<sup>56</sup> (1978, p. 118) que afirma:

A participação comunitária é fator crucial no sucesso dos planos locais integrados. [...] A comunidade local, devidamente desperta para seus problemas, motivar-se-á para a busca racional das soluções dos mesmos e, dessa forma, será elemento da mais alta valia para a implantação dos planos [...]. A participação não é gerada espontaneamente, nem se constitui em decorrência natural do planejamento, mas que a mesma exige insumos em forma de assessoria técnica. [...] parece indicado que, fixados os objetivos de qualquer plano local, se inclua a participação, em todas as equipes interdisciplinares de planejamento, de especialistas em desenvolvimento de comunidade. [...] devendo o planejamento ser participativo, parece indicado, mesmo, que estes técnicos iniciem o processo a nível local.

É importante que se destaque que, em 1974, foi fundado, em Porto Alegre, o Instituto Brasileiro de Planejamento, que teve mais de 2.500 sócios. Esse instituto tinha idéias de vanguarda, sendo uma delas a discussão em torno do tema **planejamento participativo**.

Em sua dissertação, Medeiros (1997), ao fazer o resgate histórico do planejamento participativo no Brasil, traz também informações de que, nesse período, houve uma oferta grande de seminários e cursos sobre esse tema qualificando e formando um grupo técnico que teve atuação em diversas instituições. Em função desse ambiente altamente profícuo, o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviços Sociais publicou vários cadernos sobre o assunto. No número de 1971, na página 2, insere o conceito de planejamento social como “[...] o processo de preparação de programas em longo prazo para o desenvolvimento social, com o objetivo de maximizar e acelerar a participação da família nos benefícios do progresso e de minorar o custo social”.

Após esse período áureo do planejamento participativo, a partir de Faleiros (2002), chega-se à ilação de que, nos anos 90, com a Constituição Cidadã de 1988, com as novas políticas sociais e com a perda progressiva da articulação e da

---

<sup>56</sup> Seno Cornely, em 1975, em caráter pioneiro, apresentou, no I Congresso Brasileiro de Planejamento, os trabalhos: **Ensaio de Planejamento Participativo na Região Metropolitana de Porto Alegre e Desenvolvimento de Comunidade no Planejamento Microrregional**.

mobilização dos movimentos comunitários e de bairros, o planejamento participativo, conforme descrito acima, perdeu espaço para um Serviço Social que passou a atuar junto aos diversos movimentos sociais que passam a se constituir reivindicando direitos. Esse autor justifica que é a partir dos anos 90 que o Assistente Social se voltou para uma prática mais “burocratizada e de administração exigidas pelo Estado ou reprocessamento da cidadania, exigido pelos movimentos sociais”. Assim, o planejamento no Serviço Social passou a ser executado dentro das instituições em que os profissionais atuam, sejam elas públicas, privadas ou do terceiro setor, assumindo um perfil completamente diferente daquele das décadas de 60, 70 e 80, quando ele era executado junto às comunidades, ou seja, a institucionalização desse planejamento que outrora teve características de promoção social, hoje, assume um caráter administrativo e de gestão das instituições. A pesquisa de campo refletiu essa realidade, dos sete Assistentes Sociais entrevistados, cinco disseram trabalhar com planejamento participativo dentro das instituições, com os funcionários; e um profissional trabalha tanto com os funcionários quanto com a comunidade e um entrevistado trabalha com comunidades.

### **5.3 Planejamento socioambiental participativo como instrumento de intervenção<sup>57</sup>**

Brose (2001) diz que, após 1985, com a redemocratização do País e a criação de políticas sociais, o conceito de participação tomou uma grande proporção nos setores público, privado e terceiro setor. Com a banalização do conceito e seu

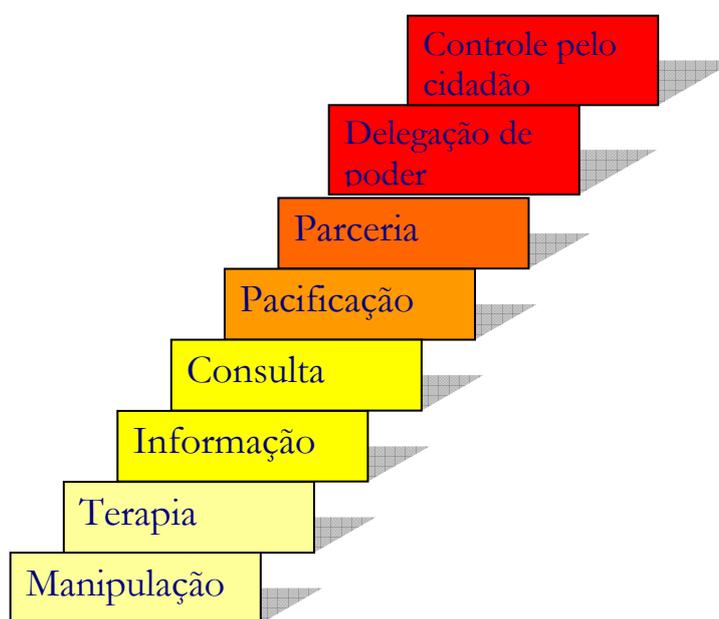
---

<sup>57</sup> Condensado de Silva (1999).

uso, há uma “confusão conceitual e desinformativa”, que o autor ironicamente denomina como o “maravilhoso mundo da participação”.

Sherry Arnstein (2002), em 1969, criou a Escada da Participação Cidadã que funciona como um marco referencial, ou um termômetro sobre o grau de participação nos diversos processos, conforme Figura 2, adaptada por mim.

Figura 2



**Primeiro degrau: manipulação** – manifesta-se em conselhos onde os conselheiros não têm informação, conhecimento e assessoria para tomar decisões, estão ali para ratificar decisões tomadas por lideranças participantes do processo.

**Segundo degrau: terapia** – no uso terapêutico da participação, os técnicos de órgãos públicos escondem-se atrás de conselhos e comitês participativos, para não assumirem os erros cometidos por eles, evitando investigações ou punições e diluindo a responsabilidade em conselhos onde os conselheiros nem sabem o que está acontecendo.

Nesses dois níveis, tem-se a negação da participação efetiva, e seu real objetivo consiste em permitir que atores sociais que conduzem o processo possam “educar” as pessoas, como na manipulação, ou mantê-las sob controle, como na terapia.

**Terceiro degrau: informação** – informar as pessoas sobre seus direitos, responsabilidades e opções pode ser o primeiro passo rumo a uma verdadeira participação popular. Na prática, torna-se um fluxo de comunicação de mão única de cima para baixo. As pessoas sem poder têm a oportunidade de ouvir e falar ao longo do processo, mas nada garante que os atores com poder de decisão vão cumprir com o que foi acordado ou levar em conta o que ouviram dos outros atores.

**Quarto degrau: consulta** – constitui um avanço rumo a uma maior participação, mas, se não estiver acoplado a outros elementos da participação, esse nível pode apenas servir de fachada, transformando-se em um ritual sem muita implicação prática. Pesquisas de opinião constituem um exemplo clássico desse nível de participação.

**Quinto degrau: pacificação** - o cidadão começa a ter um certo grau de influência nas decisões, mas as limitações ainda são evidentes, pois não há obrigação para os tomadores de decisão em levar em conta o que ouviram da população. Quando há indicação de pessoas “confiáveis” em conselhos e comitês sem que estas pessoas representem de forma legítima uma parcela da população, não há cobrança por atores externos.

**Sexto degrau: delegação de poder** – grupos organizados que possuem legitimidade podem iniciar parcerias com atores tradicionalmente detentores de poder e negociar com esses uma forma específica de cooperação. Ocorre uma real distribuição de poder entre os parceiros, que concordam em compartilhar as atividades de planejamento e a tomada de decisão.

**Sétimo degrau: delegação de poder** – a população obtém a maioria dos assentos em fóruns de decisão.

**Oitavo degrau: controle pelo cidadão** – este assume a gestão em sua totalidade da iniciativa.

Barth e Brose (2002) pensa que a participação é uma ação que visa a uma mudança a partir da distribuição de poder, “[...] necessitando clareza a cerca do processo que estamos participando”. Nesse caso, os instrumentos de planejamento participativo exercem a função de “[...] ajudar a estruturar as disputas de poder entre os atores sociais, torná-las mais transparentes e, dessa forma, contribuir para uma distribuição mais eqüitativa de poder”.

O planejamento tem como objetivo retratar parte da complexidade de um sistema vivo que se localiza em um determinado espaço físico e temporal. Ele define as inter-relações que se estabelecem intracomunidade e entre esta e os demais grupos da sociedade, do setor público, do privado ou do terceiro setor. Assim, o planejamento deve ter caráter estratégico, ao levar em conta o poder decisório sobre os aspectos em que há governabilidade do grupo e sobre aqueles que aparecem como prioritários para a melhoria da qualidade de vida da comunidade. “A participação efetiva possibilita a criação de novas alianças através da descoberta de que diferentes atores compartilham determinados interesses, estimulando a sua responsabilização para com os resultados” (Barth e Brose, 2002, p. 63).

Essa autora ainda coloca que a participação não é meramente a aplicação de instrumentos “[...] participativos e produção de relatórios sobre o processo de trabalho grupal, mas como elemento-chave de fortalecimento e aprofundamento das relações de poder, deve haver delegação e compartilhamento de poder”. A

distribuição do poder dá-se sobre as decisões a serem tomadas sobre as atividades, os recursos e os rumos necessários ao projeto. Nesse processo de interações, os atores devem estar fortalecidos na sua investidura de autogestão. Então, o planejamento participativo é também um instrumento de empoderamento destes grupos.

Empowerment ou a capacidade de autogestão das comunidades através de suas organizações, consiste basicamente na capacidade de identificar problemas, definir alternativas de ação, implementar ações conjuntas na busca por soluções articulando-se com atores externos e avaliar o processo percorrido para aprender com o que foi realizado (Barth e Brose, 2002, p. 33).

Considerando essa colocação a cerca da participação, remeto-me aos depoimentos dos Assistentes Sociais, na pesquisa, quando solicitados a descreverem como procedem à prática dos processos de planejamento participativo. Ficou evidenciado que a prática desenvolvida nos anos 70 foi bem diferenciada da prática de hoje, as falas dão indícios de que o Assistente Social de hoje vê o planejamento participativo como uma oportunidade de dar voz e não de chegar aos últimos graus da escala da participação de Arnstein, cujo objetivo é a auto-gestão dos grupos, conforme os depoimentos a seguir:

#### Dialogador verde:

[...] eu reuni todos os trabalhadores e disse, nós somos uma Secretaria, quero saber que alternativas a gente tem, vamos fazer um plano para jogar isso para a comunidade, então nós planejamos internamente primeiro com os trabalhadores, a partir de indicadores, primeiro fizemos um estudo, montamos um banco de dados, para ter dados de realidade sobre a população do Estado do Rio Grande do Sul que não tinha, isso é uma falta também, porque não tem como planejar sem dado de realidade, então, a gente trabalhou com os dados, primeiro eu sensibilizei o grupo para quanto era importante cada um ali estar trabalhando com dados.

#### Dialogador vermelho:

[...] como eu consegui, acho que é uma coisa mais minha do que da instituição, mas acho que ela está começando a ser mais da instituição, a gente incorporar como uma das diretrizes da área do desenvolvimento social ou do projeto social ou da responsabilidade social [...] na comunidade mesmo a gente não promoveu, não conseguimos ser um ator que desencadeasse nenhum processo de mudança na comunidade, o índice de violência é altíssimo, as lideranças são enfraquecidas, então a gente não tem uma atuação na comunidade, tivemos há muito tempo atrás, agora não temos, (...então o que estamos usando de instrumentos para isso, reuniões, nesse primeiro momento e debate a respeito da realidade da comunidade, das principais necessidades que eles têm, quais as principais carências e o que a gente pode construir junto com esse recurso que está começando a ficar disponível ali).

#### Dialogador rosa:

[...] a gente chegava no município e tentava identificar as forças vivas da comunidade, as representações, as entidades, as associações, a própria Prefeitura, isso nos anos 70, em plena ditadura militar, que paradoxalmente havia órgãos que tentavam, então eram espaços de democracia dentro de uma totalidade altamente, mas claro espaços permitidos, e a gente fazia reuniões com essas várias associações comerciais, representação dos sindicatos, comércios, as entidades assistenciais, enfim, e marcavam um grande seminário onde se levantavam os problemas percebidos e as possibilidades de atuação, a determinação das metas, isso participava o Governo Federal. [...] a gente chegava a fazer reuniões de mil, duas mil pessoas, preparados antes, cada grupo a gente fazia essas reuniões com grupos individuais, levava as questões, isso levantava primeiro para colher as necessidades, isso a gente passava primeiro para a firma consultora, que era uma firma contratada e eles trabalhavam todos esses dados com mais os dados secundários e depois se fazia um grande seminário para dar essa devolução em termos de diagnóstico e depois nesse grande seminário estabelecimento de notas e no final a consolidação das notas e apresentação do plano que isso se consubstanciava depois nos planos do desenvolvimento regional, um documento que voltava e era um instrumento básico das negociações com o próprio Governo Federal e a gente fazia isso por município que compõe essa associação e depois um regional, essa é uma das experiências.

É muito importante mostrar esse paradoxo das diferentes formas de atuação dos Assistentes Sociais no período da ditadura, embora buscando a grande participação das comunidades, e, hoje, em plena era da democracia e da busca da plena cidadania, apresentam uma atuação bem mais comedida junto às comunidades locais.

A participação demanda mobilização de seus atores. Essa mobilização tem um custo social, seja em tempo, seja no custo de acesso às reuniões ou atividades. Isso significa que, quanto mais forte for seu motivo, maior será seu estímulo para participar nesses processos. A esse fator, a autora abaixo atribui um dos principais motivos pelos quais não existe a participação permanente.

A mobilização como processo, mesmo que mais longa, passa por vários momentos de altos e baixos. É importante criar canais e mecanismos de comunicação que permitam um processo de diálogo entre o corpo técnico e a comunidade organizada durante um certo período de ampla mobilização, e no tempo que se segue um processo de diálogo estruturado entre as lideranças comunitárias e os órgãos públicos. (Barth e Brose, 2002, p. 33)

A demanda por instrumentos de planejamento participativo nasce da necessidade de se criar um vínculo entre o grupo, a partir do estabelecimento de uma relação baseada em uma estrutura que lhe confira legitimidade, abrangência e durabilidade. Sob esse enfoque, os instrumentos participativos “[...] são cruciais na construção conjunta de um diálogo continuado entre os atores do processo” (Barth e Brose, 2002, p.33)

O planejamento socioambiental participativo, por ter métodos pertinentes para se atingir a objetivos comuns, pressupõe que deve participar dos processos de mudança para uma situação melhor no grupo/comunidade/instituição.

Os instrumentos têm como finalidade viabilizar ações nascidas da comunidade para fortalecer a sua auto-estima, mas também como experiência concreta de suas capacidades e potencialidades.

As principais aspirações em processos de planejamento participativo devem ser, segundo Barth e Brose:

- participação efetiva - responsabilização; abertura do grupo para a participação de todos os membros interessados;
- gestão democrática - distribuição de tarefas, tomada de decisão transparente e participativa;

- sustentabilidade - promoção do surgimento de novas lideranças; elaboração e implementação de projetos comunitários concretos.

Embora exista uma grande variedade de instrumentos participativos, devendo-se atentar para o seu uso de acordo com a dinâmica dos processos de desenvolvimento de comunidade e as aspirações dos atores sociais, os princípios da ação são sempre os mesmos: nivelar informações, construir um conhecimento coletivo e definir um conjunto de ações a serem implementadas.

Os métodos de planejamento participativo são instrumentos práticos e coerentes de uma concepção de organização estratégica e participativa para enfrentar de modo eficiente e eficaz o conflito. A ação de um ator (sujeito coletivo que assume um papel de protagonista) não pode acontecer de maneira ingênua e improvisada, quando inserido num contexto dinâmico de mudanças e surpresas, onde outros atores também fazem seu jogo.

O planejamento combate de forma radical a improvisação inconseqüente. Exige do ator astúcia, ousadia, compromisso, responsabilidade e disciplina. No processo de planejamento, o ator será submetido a um exercício permanente de percepção sobre seus pontos fortes e fracos.

Um planejamento é estratégico, quando o ator tem visão ampla das condições e pode definir ações coordenadas em função do objetivo e dos meios que possui. Uma estratégia é eficiente e eficaz, na medida em que o ator expresse sua capacidade de abordar uma situação problemática de maneira inovadora e surpreendente, gerando, de fato, uma mudança. No jogo das estratégias, são fundamentais o conhecimento e o poder do grupo. E, nesse contexto, a concepção de planejamento estratégico situacional propicia-nos uma contribuição essencial. O poder é relativo, nenhum ator o possui de maneira absoluta. A governabilidade de

um ator pode ser alta, média ou baixa, nunca total. Dessa maneira, o grande desafio do ator é aumentar sua governabilidade, definindo estratégias de parceria ou alianças junto a outros atores potencialmente aliados, a fim de confrontar, neutralizar ou esvaziar a ação adversária. O conhecimento é fundamental para a definição das estratégias. Ele nunca se manifesta de forma unívoca, absoluta e inequívoca. O conhecimento é fragmentado, pois cada indivíduo, a partir da sua perspectiva, tem uma visão parcial das coisas. De tal maneira, que o grupo se coloca como desafio à construção coletiva do conhecimento. O grupo constitui-se ator, na medida em que os indivíduos constroem identidade comum, e esta, em grande parte, depende da capacidade de construir referências de conhecimento comum, no mínimo, consensuadas. Mesmo assim, o conhecimento consensuado do ator é situacional em relação à visão de outros atores sociais.

Em síntese, a concepção do planejamento situacional é um convite para a democratização do poder e do saber. Sem dúvida, essa é uma tarefa difícil, pois nunca foi fácil lidar com o diferente ou partilhar o poder dos outros. Essa concepção de planejamento exige uma cultura radical de direitos, de liberdade e de democracia. Muito mais que os métodos, é a concepção que os orienta, seu embasamento teórico-conceitual, representando uma visão de mundo na qual a situação problemática, resultado de um conflito, pode ser abordada por referências éticas e políticas inspiradas na liberdade e na democracia.

Assim, na minha prática de desenvolvimento de processos de planejamento socioambiental participativo, utilizo as seguintes noções, que fui somando de acordo com a minha construção operativa. Nesse processo de auto-organização, fui reconhecendo e construindo essas referências que, sem dúvida nenhuma, já devem ter sido explicitadas por outros autores, mas que, ao longo dessa caminhada, acabei

por perdê-las, foram vários os textos, livros e referências lidas e trocadas, principalmente na Internet sem identificação de autoria:

- ✓ **ator** é o sujeito coletivo que está comprometido com a ação e participando do processo de planejamento;
- ✓ **problema** é tudo aquilo que tem uma solução possível, que o ator, grupo ou comunidade tem governança sobre sua resolução. Problemas são dificuldades que nos impedem de atingir o que queremos. Só tem problemas quem vai realizar algo. É na hora de agir que eles aparecem. O problema é um desafio, incomoda, está sempre no estado negativo;
- ✓ **governabilidade** é o poder que o ator tem para decidir e realizar o que foi decidido. O ator pode ter governabilidade alta, média ou baixa em relação a problemas diferentes;
- ✓ **capacidade** é o conjunto de recursos de todos os tipos que o ator possui para superar seus problemas. Cada problema requer um tipo de capacidade diferente. As capacidades podem ser adquiridas com um treinamento. Em geral, são ligadas a habilidades como conhecimento, recursos materiais e financeiros;
- ✓ **vontade** é o desejo do ator para resolver um problema específico. Às vezes, um problema está fora de nossa governabilidade, mas, como nos causa grande mal-estar, o ator tem alta vontade de resolvê-lo;
- ✓ **impacto negativo** é o grau de dificuldade que o problema exerce sobre a ação do ator. Tem maior impacto negativo sobre a ação o problema que causa um grande estrago;

- ✓ **analisar a viabilidade do plano** é estabelecer a relação entre os recursos de que necessitamos e os recursos que temos efetivamente;
- ✓ **gerenciamento** é monitorar a realização das ações ou modificá-las, se necessário. Teremos, então, o dia-a-dia organizado por estratégias preestabelecidas e a incorporação dos novos desafios que a prática nos coloca. O gerenciamento é importante porque a realidade é dinâmica e outros atores estão jogando também, contra ou a favor do projeto. Por exemplo: uma cópia do plano de ação para todas as pessoas envolvidas na sua execução; formar uma comissão que tome iniciativas, quando surgirem surpresas; agendar as reuniões de gerenciamento; ir executando, avaliando, mudando ações, elaborando relatórios, prestando contas;
- ✓ **avaliar permanentemente** é perceber se as ações planejadas estão modificando a realidade problemática e chegando aos resultados propostos.

O planejamento participativo constitui-se em uma ferramenta para intervenção na realidade. Em linhas gerais, ele se caracteriza, segundo Gandin (2001):

- por ter sido desenvolvido para instituições, grupos e movimentos que não têm como objetivo primeiro o lucro, mas contribuir para a construção da realidade social. É direcionado para instituições, grupos e movimentos cujo fim primeiro é o de gerar riqueza não material, isto é, o de contribuir para a construção do ser humano e da humanidade;
- por partir da verificação de que não existe participação real em nossas sociedades, de que há pessoas e grupos dentro delas que não podem dispor dos recursos necessários ao seu mínimo bem-estar, parte da

clareza de que isso é conseqüência da organização estrutural injusta dessas mesmas sociedades;

- por se propor como ferramenta para que as instituições, grupos, movimentos e governos possam ter uma ação e serem direcionados a influir na construção externa da realidade, a serem eles mesmos apenas meios para a busca de fins sociais maiores; e
- por construir, em conseqüência, um conjunto de conceitos, de modelos, de técnicas e de instrumentos que permitam utilizar processos científicos e ideológicos e organizar a participação para intervir na realidade, na direção conjuntamente estabelecida.

O planejamento participativo entende que o homem, a partir de sua racionalidade, está sempre em processo de planejar alguma ação, está sempre ensaiando processos de transformar suas idéias em realidades. O ser humano possui uma estrutura básica que o leva a divisar o futuro, a analisar a realidade e a propor ações e atitudes para transformá-la (Randolf apud Gandin, 2001)<sup>58</sup>.

Esse tipo de planejamento entende que

[...] há um grande número de organismos governamentais que precisam estabelecer seus horizontes e, mais ainda, que precisam ser inteiramente públicos e, por isto, adotar técnicas e instrumentos de participação que permitam a construção conjunta dos rumos e dos caminhos. [...] precisam definir o tipo de sociedade que querem como horizonte de suas práticas e quem deve fazer isto não são apenas seus administradores, mas o povo todo, representado ou, como cada vez mais se exige, diretamente. Estas instituições precisam de uma ferramenta que lhes permita cumprir melhor sua função de participar da luta de dar estrutura à sociedade.

Gandin (2001) coloca que qualquer tipo de planejamento (participativo, estratégico, gerenciamento da qualidade total, etc.) encerra basicamente três momentos: a compreensão da situação, o diagnóstico e o processo de tomada de decisão. O planejamento participativo insere a questão da abrangência social que

---

<sup>58</sup> Após longa pesquisa, não encontrei o original do livro, tendo que recorrer a usar de “apud”. Nas livrarias o livro está esgotado.

este dá a esses momentos. Esse autor apresenta o seguinte quadro-resumo a seguir.

Quadro 2: Questões fundamentais do planejamento e modelo básico de plano de planejamento participativo

<b>ASPECTOS A CONSIDERAR</b>	<b>SIGNIFICADO DE CADA PARTE</b>	<b>MODELO (ESQUEMA) DO PLANO</b>
A - Realidade global existente	Diz como o grupo percebe a realidade global em seus problemas, desafios e esperanças	1.1 - Marco situacional
B - Realidade global desejada	Expressa a utopia social, o “para que direção nos movemos” do grupo. Expõe as opções sobre o homem e sobre a sociedade e fundamenta essas opções em teoria.	1.2 - Marco doutrinal
C - realidade desejada do campo de ação e (sobretudo) da instituição (grupo ou movimento) em processo de planejamento	Expressa a utopia instrumental do grupo. Expõe as opções (em termos ideais) em relação ao campo de ação e à instituição (grupo ou movimento) e fundamenta essas opções em teoria.	1.3 - Marco operativo
Confronto entre C e D	Expressa o juízo que o grupo faz da sua realidade, em confronto com o ideal traçado para seu fazer. Desse julgamento (avaliação) ficam claras as necessidades da instituição.	2 - Diagnóstico Necessidades
D - realidade institucional existente	É a descrição da realidade e da prática específicas da instituição (grupo ou movimento) que se está planejando.	(Não se inclui no plano, mas é necessário conhecê-las para elaborar o diagnóstico)
E - propostas concretas para a transformação da realidade institucional existente (para o tempo do plano)	Propõe: (a) ações; (b) comportamentos, atitudes; (c) normas; (d) rotinas para modificar a realidade existente (da instituição, do campo de ação), diminuindo a diferença entre C e D e, como consequência, influenciando na realidade global.	3 - Programação 3.1 - Objetivos 3.2 - Políticas e estratégias 3.3 - Determinações gerais 3.4 - Atividades permanentes

FONTE: [www.curriculosemfronteiras.org](http://www.curriculosemfronteiras.org) . Acesso em 11 nov. 2003.

O planejamento participativo deve ser mais do que uma ferramenta para a administração da instituição e/ou para a sobrevivência da entidade planejada, deve servir para a construção da sociedade, e nesse sentido, inclui como sua tarefa contribuir para a construção de novos horizontes, entre os quais os valores que constituirão a sociedade. “[...] o planejamento participativo quer mais: deseja ser,

essencialmente, o planejamento de decidir quais as coisas certas a fazer e quais os motivos que nos levam a fazê-las, embora não renuncie aos instrumentos e às técnicas que permitam ‘fazê-las bem’” (Gandin, 2003, p. 87)

O planejamento participativo tem uma visão própria de participação. Ele nasce a partir da análise situacional que se vê uma sociedade organizada de forma injusta, injustiça esta que se caracteriza pela falta de participação. Neste contexto, participação [...] é a possibilidade de todos usufruírem dos bens, os naturais e os produzidos pela ação humana. [...] a falta de uma ferramenta de planejamento que pudesse contribuir para um esforço nesta direção; então, participação no planejamento participativo inclui distribuição de poder, inclui possibilidade de decidir na construção não apenas do “como” ou do “com que” fazer, mas também do “o que” e do “para que” fazer, além disto o planejamento participativo contém técnicas e instrumentos para realizar esta participação (Gandin, 2003, p. 88)

#### A participação de construção em conjunto entende que

[...] todo o sistema social é estruturado sobre outras premissas e o próprio pensamento das pessoas não está orientado para esse modo de convivência.[...] A construção em conjunto acontece quando o poder está com as pessoas, independentemente dessas diferenças menores e fundamentados na igualdade real entre elas. Aí se pode construir um processo de planejamento em que todos, com o seu saber próprio, com sua consciência, com sua adesão específica, organizam seus problemas, suas idéias, seus ideais, seu conhecimento da realidade, suas propostas e suas ações. Todos crescem juntos, transformam a realidade, criam o novo, em proveito de todos e com o trabalho coordenado [...] O planejamento participativo incorpora a visão estratégica e situacional. [...] Ele avança para questões mais amplas e complexas, como a de ver como se contribui para interferir na realidade social, para transformá-la e para construí-la numa direção estabelecida em conjunto, num pé de igualdade fundamental, mas com a contribuição própria de cada um, por todos os que participam da instituição, grupo ou movimento ou, mesmo, de uma cidade, de um estado e de uma nação. [...] o planejamento participativo quer *contribuir para a transformação da sociedade na linha da justiça social*, no sentido de que todos participem das decisões, mas, sobretudo, dos bens materiais e não materiais encontrados na natureza ou produzidos pelas pessoas humanas. [...] no planejamento participativo, planejar é desenvolver *um processo técnico para contribuir num projeto político*. [...] O planejamento participativo chama o primeiro momento de marco referencial, dando-lhe uma importância extraordinária porque nele inclui uma dimensão política, ideológica, de opção coletiva, e divide-o em três partes, para: - compreender a realidade global na qual se insere a instituição planejada (marco situacional); - propor um projeto político-social de ser humano e de sociedade (marco doutrinal); - firmar um processo técnico ideal para contribuir com a construção deste ser humano e desta sociedade (marco operativo). [...] Para o planejamento participativo, o diagnóstico (segundo momento) é a intermediação entre a proposta ideal, do sonho, e a proposta prática. Neste sentido, o diagnóstico é um juízo continuado sobre a prática, para verificar a distância em que ela está do ideal estabelecido em seu referencial. No planejamento participativo, o plano não começa com um diagnóstico, mas com um referencial (Gandin, 2003, p. 89).

A problematização da prática é necessária para o início do processo de reflexão do Assistente Social. Os Assistentes Sociais são profissionais que

preparados para desempenhar um papel ativo na formulação dos propósitos e objetivos do seu trabalho, bem como dos meios para atingi-lo. Com a contribuição do artigo de Zeichner (1993), chega-se a que o conceito do Assistente Social como praticante reflexivo reconhece a riqueza da experiência que reside na prática dos profissionais. Nessa perspectiva, significa que o processo de compreensão e melhoria da sua intervenção profissional deve começar pela reflexão sobre a sua própria experiência e pela certeza de que o tipo de saber inteiramente tirado da experiência dos outros é pobre e ilusório.

Ao longo do curso de doutorado, num processo recorrente de ação, reflexão e descobertas sobre os saberes que o planejamento socioambiental participativo mobiliza, quando da sua prática por parte do Assistente Social, descobri que esses são espaços pedagógicos informais de desenvolvimento da consciência cidadã. Em confronto com os textos e as discussões oportunizadas na disciplina de Tópicos Especiais em Serviço Social III: Docência no Serviço Social, ministrada pela Doutora Assistente Social Márcia Faustini, fui fazendo novas descobertas.

Essa disciplina permitiu descobrir-me como uma praticante que atua em espaços docentes informais, ou seja, um docente informal. Através do processo de reflexão - na - ação e sobre - a - ação, descrito por Schon (2000), constatei que a minha prática desenvolve processos de aprendizagem de planejamento na construção da realidade social de grupos ou comunidades locais.

A partir do texto de Perez (1992) sobre o professor prático reflexivo, aprofundei minhas leituras que traduzo neste texto. Foi um trabalho de transposição de idéias que só ocorreu em virtude da minha implicação com o tema. Como o planejamento participativo tem forçosamente três elementos constitutivos — o profissional que o conduz, o grupo que desenvolverá o trabalho junto com este

profissional e a realidade a ser trabalhada —, para fins deste trabalho, entendo que o profissional é o Assistente Social praticante, o grupo ou a comunidade local é o que chamo de usuário (por definição do Código de Ética do Assistente Social<sup>59</sup>) e a realidade é a matéria-prima desse processo. Dentre os autores pesquisados, optei por expor as idéias de Donald Schon praticamente na íntegra, preferi não correr o risco de perder conteúdo, se fosse fazer qualquer tipo de resumo ou interpretação. Selecionei a pertinência e substituí o que ele denomina de professor por Assistente Social e o aluno-mestre por usuário.

O processo desencadeado por mim foi muito interessante. Enquanto efetuava a leitura dos textos sobre o profissional reflexivo, apreendia suas idéias e, através daquele mesmo processo que estava sendo descrito de reflexão e suas implicações, simultaneamente, eu estava exercitando-o sobre o processo histórico da minha prática profissional e identificando como esse mesmo processo ocorria tanto comigo, como Assistente Social, quanto com os usuários dos instrumentos e técnicas de planejamento por mim oferecidos. E foi dessa forma que se descortinou à minha frente mais uma dimensão do planejamento participativo, que para uns pode ser tão óbvia, mas que foi só nesse momento que o descobri como um espaço pedagógico de formação informal.

A partir da minha implicação<sup>60</sup> com a prática, como Assistente Social que trabalha em processos de planejamento participativo socioambiental, sob um

---

<sup>59</sup> Resolução CFESS Nº 273/93, de 13 março de 1993.

<sup>60</sup> Dalpiaz (2002b) diz que a implicação instaura um campo de tensões paradoxais, de forças simultâneas e contrárias: aproximação – distanciamento do sujeito, subjetivação – objetivação do conhecimento. Lourau apud Dalpiaz (2002a) coloca que “[...] a implicação é o ‘nó de relações’, a ‘inquietante intimidade’ que estrutura o processo e que determina o produto da produção de conhecimento científico”. É reconhecer-se na centralidade da sua problematização. É conceber a realidade como multidimensional e relacionar-se com a sua problematização como um processo de construção dessa realidade evidenciada pela subjetividade do praticante. (Recorri a utilizar de “apud” por não ter acesso ao texto original)

permanente movimento de “ruminação” dessas práticas, e também a partir das discussões realizadas naquela disciplina, identifiquei esse agir profissional comprometido como uma prática pedagógica reflexiva, descobri que a prática do planejamento participativo ocorre em um espaço privilegiado de educação informal.

Zeichner (1993, p. 20) traz que

[...] a prática reflexiva no ensino e noutras profissões também nos diz que a reflexão é um processo que ocorre antes e depois da ação e, em certa medida, durante a ação, pois os práticos têm conversas reflexivas com as situações que estão praticando, enquadrando e resolvendo problemas *in loco*.

O Assistente Social reflexivo examina o seu processo de trabalho tanto na ação como sobre ela. Assim, ao realizar ações pedagógicas, no caso, o planejamento socioambiental participativo, a partir desse autor, posso dizer que, para além do saber na ação, que se acumula ao longo do tempo, quando se pensa na prática cotidiana do Assistente Social, também estamos continuamente criando saberes. As estratégias que usamos nesses espaços privilegiados de planejamento participativo encarnam teorias práticas sobre o modo de entender os valores educacionais. A prática reflexiva pode ser pensada como a emersão das teorias práticas para análise crítica e discussão. Expondo e examinando as suas teorias práticas, para si próprio (“ruminar”) e para os seus colegas, o profissional tem mais possibilidades de aperfeiçoar sua ação. Assim, a **prática reflexiva** convida os profissionais a criticarem e desenvolverem as suas teorias práticas, à medida que refletem sozinhos e em conjunto, na ação e sobre ela, acerca da sua ação profissional e das condições sociais que modelam as suas experiência profissionais.

De forma sucinta, transponho as idéias de Zeichner sobre as características da prática do ensino reflexivo para a prática reflexiva do agir profissional do Assistente Social:

- a atenção do Assistente Social está tanto virada para dentro, para a sua própria prática, como para fora, para as condições sociais nas quais se situa essa prática;
- existe a tendência democrática e emancipatória e são importantes as decisões do Assistente Social quanto a questões que levam a situações de desigualdade e injustiça dentro dos espaços profissionais;
- há o compromisso com a reflexão enquanto prática social. Existe aqui a tentativa de construir comunidades de aprendizagem, nas quais os profissionais apóiam e sustentam o crescimento uns dos outros. Esse compromisso tem valor estratégico importante para a criação de condições visando às mudanças institucional e social.

Gómez (1992) e Schon (2000), nas suas respectivas produções científicas, trazem a idéia de que, quando tratamos com sistemas vivos, ou, como coloca Gómez, quando se “[...] intervém num meio ecológico complexo, num cenário psicossocial vivo e mutável, definido pela interação simultânea de múltiplos fatores e condições”, como é o caso das situações de planejamento participativo, o profissional “[...] enfrenta problemas de natureza prioritariamente prática”, que podem ser tanto de natureza de aprendizagem como comportamentais, individuais e/ou grupal, que requerem o emprego da criatividade, na medida em que se apresentam singulares, “determinadas pelas características situacionais do contexto e pela própria história do grupo social”. Essas situações não dizem respeito a nenhuma teoria ou treinamento realizado na academia ou nos cursos de formação profissional, não dizem respeito ao domínio da técnica, mas, sim, “da capacidade do profissional em manejar a complexidade e resolver problemas práticos”. O manejo dessas situações está diretamente relacionado com o acúmulo de experiência e

características inerentes da subjetividade do profissional que conduz essas situações ao êxito. Schon (2000) diz que é através do diálogo reflexivo que o profissional mantém com essas situações que ele adquire “conhecimento prático”. Para esse autor, o conhecimento prático é um processo de reflexão – na – ação com a situação problemática complexa.

Kemmis apud Gómez (1992) diz sobre a natureza do processo de reflexão:

- a) expressa uma orientação para a ação e refere-se às relações entre o pensamento e a ação nas situações históricas em que nos encontramos;
- b) não é uma forma individualista de trabalho mental, pressupõe as relações sociais;
- c) não é nem independente dos valores e nem neutra, serve e expressa interesses humanos, políticos, culturais e sociais particulares;
- d) não é passiva e nem indiferente perante a ordem social, nem propaga meramente valores sociais consensuais, antes reproduz ou transforma ativamente as práticas ideológicas que estão na base da ordem social;
- e) não é processo mecânico, nem simplesmente um exercício criativo de construção de novas idéias, antes é uma prática que exprime o nosso poder para reconstruir a vida social, ao participar na comunicação, na tomada de decisões e na ação social.

Schon (2000) distingue três noções básicas que integram o pensamento reflexivo do praticante: **conhecimento – na – ação**, que se manifesta no saber fazer; **reflexão – na – ação**, processo de diálogo com a situação problemática e sobre uma interação particular que exige uma intervenção concreta, é o pensar sobre o que fazemos ao mesmo tempo em que fazemos; **reflexão – sobre - a ação e sobre a reflexão – na – ação**, que é a análise que o indivíduo realiza *a posteriori*

sobre as características e processos da sua própria ação, é a meta reflexão. Essas noções básicas mostram as instâncias de implicação do praticante na situação problema.

Particularmente, no planejamento participativo, utiliza-se a reflexão sobre a ação, conforme a descrição de Gómez (1992)

[...] a reflexão sobre a ação é um componente essencial do processo de aprendizagem permanente em que consiste a formação<sup>61</sup>. Neste processo são postas à consideração individual ou coletiva não só as características da situação problemática, mas também os procedimentos utilizados na fase de diagnóstico e de definição do problema, a determinação de metas, a escolha dos meios e, os esquemas de pensamento, as teorias implícitas, as convicções e formas de representar a realidade utilizadas pelos atores.

A partir de Schon (2000) conclui-se que o planejamento participativo é um espaço de ensino prático reflexivo. É onde os usuários aprendem através do fazer, apoiados pela instrução. Sua aprendizagem prática é reflexiva em dois sentidos: destina-se a ajudar os usuários num processo de empoderamento<sup>62</sup> em um tipo de reflexão na ação e, quando isso funciona bem, acaba por envolver um diálogo entre o profissional e o usuário que toma a forma reflexão - na - ação recíproca.

O processo de tomada de decisão não só é uma etapa específica do planejamento participativo, mas, também, permeia todo esse planejamento, desde a definição do problema. Schon (2000) coloca que, na definição de problemas, os implicados escolhem e nomeiam os aspectos que irão observar. Isso está diretamente relacionado com a implicação dos sujeitos nesse processo.

Através de atos complementares de designação e concepção, os sujeitos selecionam os fatos aos quais se ater e os organiza, guiado por uma apreciação da situação que dá a ela coerência e estabelece uma direção para a ação. Assim sendo, a definição de problemas é um processo ontológico — uma maneira de apresentar uma visão de mundo. Dependendo de nossos antecedentes disciplinares, papéis organizacionais, histórias passadas, interesses e perspectivas econômicas e políticas, abordamos situações problemáticas de formas diferentes. [...] Quando uma situação problemática é incerta, a solução técnica de problemas depende da construção anterior de um

---

<sup>61</sup> Formação entendida aqui dos atores sociais envolvidos no planejamento participativo como um processo de aprendizagem, no mínimo, de um plano de ação

<sup>62</sup> *Empowerment*: tradução do inglês para o português, realizada pela autora, como empoderamento.

problema bem delineado, o que não é, em si, uma tarefa técnica. Quando um profissional reconhece uma situação como única não pode lidar com ela apenas aplicando técnicas derivadas de sua bagagem de conhecimento profissional. E, em situações de conflito de valores, não há fins claros que sejam consistentes em si e que possam guiar a seleção técnica dos meios.” (Schon, 2000, p. 16).

As vivências, a subjetividade e a experiência prática trabalhadas num processo reflexivo são decisivas no que Gómez denomina de “[...] processo de produção de significados, que constituem o fator mais importante do processo de construção da realidade educativa”, no caso, o planejamento participativo.

Esse autor conclui, dizendo que

[...] o conhecimento – na - ação só é pertinente se for flexível e se apoiar na *reflexão na e sobre a ação*. Trata-se de partir da prática para desencadear uma reflexão séria sobre o conjunto das questões em pauta, desde as rotinas técnicas, passando pelas teorias e pelos valores. A *prática* é mais um processo de investigação do que um contexto de aplicação. Um processo de *investigação na ação*, mediante o qual o profissional submerge do mundo complexo do planejamento para compreender de forma crítica e vital, implicando-se afetiva e cognitivamente nas interações da situação real, questionando as suas próprias crenças e explicações, propondo e experimentando alternativas, participando na reconstrução permanente da realidade daquele grupo ou comunidade local. A prática reflexiva exige um novo modelo de investigação, onde tenha lugar a complexidade do real. O *pensamento prático* do profissional é uma complexa competência de caráter holístico. [...] é a capacidade de intervir de forma competente em situações diversas; ora esta capacidade é um conjunto coerente de caráter cognitivo e afetivo, explicativo e normativo, de conhecimentos, capacidades, teorias, crenças e atitudes. Enquanto processo de desenho e intervenção sobre a realidade, a *prática* é uma atividade criativa, que não pode considerar-se exclusivamente uma atividade técnica de aplicação de produções externas. No diálogo reflexivo que o usuário mantém com a realidade problemática, cria-se uma nova realidade, novos espaços de intercâmbio, novos marcos de referência, novos significados e novas redes de comunicação. Ao criar uma nova realidade, a *prática* abre um novo espaço ao conhecimento e à experiência, à descoberta, à invenção, à reflexão e à diferença. O *pensamento prático* não pode ser ensinado, mas pode ser aprendido. Aprende-se fazendo e refletindo *na e sobre a ação*. Através da *prática* é possível apoiar e desenvolver o *pensamento prático*, graças a uma reflexão conjunta (e recíproca) entre o usuário e o profissional. [...] No desenvolvimento do conhecimento, o indivíduo elabora, diferencia e adequa os instrumentos conceituais e materiais de investigação às características peculiares da realidade a conhecer.

Martinelli (1998) ensina que a construção de uma nova prática social exige que seja reconhecida como: expressão do saber, prática educativa e prática política. Esses três elementos respondem, respectivamente, por: a produção da prática, que “[...] como teoria em movimento é um ato coletivo, político, uma ação cooperativa e complementar entre sujeitos sociais, sejam eles agentes ou usuários institucionais”;

a prática do encontro, onde o diálogo e a construção partilhada são sua essência, “[...] é a possibilidade de trabalharmos com os sujeitos sociais na construção de seu real, de seu viver histórico”; “trata-se de uma prática que assume plenamente a sua vocação social e o seu compromisso político”.

Conclui-se que a relação Assistente Social–grupos/comunidades é mediada pelo conhecimento, em que o papel dos atores, considerando os processos de planejamento participativo como espaços de educação informal, é redefinido. Cabe ao Assistente Social coordenar essas situações provocadoras, propiciadoras, desencadeadoras de aprendizagem. Cabe aos sujeitos atuarem, lidarem, trabalharem com informações, de tal forma a ingressarem num processo constante de construção/reconstrução de conhecimento (Penteado, 2003), ou de desencadear essa tecitura que fala de suas autonomias. É necessário tomar consciência de seu grau de conhecimento sobre o tema focalizado, problematizar esse conhecimento inicial, localizar informações pertinentes sobre o tema, tomar conhecimento das fontes que deram origem às informações utilizadas, retrabalhar os conhecimentos iniciais à luz das fontes, analisar situações concretas a partir das informações disponíveis e organizar ações concretas de participação sobre o tema focalizado.

É dentro da ecologia da ação que percebo como este trabalho foi marcado pelas incertezas e pelas surpresas das novas descobertas. Uma das minhas hipóteses ao iniciar este estudo era de que o Assistente Social que trabalha com planejamento participativo não conhecia os métodos. Salvo apenas duas das respostas que utilizaram planejamento participativo como sinônimo de orçamento participativo (dialogador preto e testador do instrumento), os profissionais tinham conhecimento de algum método ou instrumento de planejamento participativo. Os dialogadores citaram os seguintes métodos:

O dialogador azul citou planejamento estratégico, Mapp, Mapp do B e Zopp.

O dialogador laranja citou o Marco Lógico.

O dialogador rosa citou Matriz Lógica e Zopp

O dialogador verde citou Zopp, Metaplan e Grafograma

O que pude observar é que, se, no grupo dos não-Assistentes Sociais, ao perguntar sobre os métodos, técnicas e instrumentos utilizados por eles nos processos de planejamento participativo, imediatamente o padrão de resposta foi de citar aqueles mais usuais por cada um, as respostas dos Assistentes Sociais não foram claras sobre o conhecimento e o uso desses métodos, técnicas ou instrumentos. Em todas as entrevistas, tive que desdobrar as perguntas para que pudesse descobrir se, ao menos, eles conheciam algum deles.

O objetivo geral da pesquisa era **repensar a prática profissional do Assistente Social em processos de planejamento participativo considerando o meio ambiente como uma questão emergente para a construção de cidadania.** A investigação oportunizou-me obter pistas de que, embora os Assistentes Sociais vejam a importância da questão ambiental, ainda não se apropriaram dessa problemática como uma área transversal e transdisciplinar de conhecimento.

Dentro dos objetivos específicos a que esta pesquisa se propôs, percebe-se, com os depoimentos dos meus colegas e com as respostas do grupo de não-Assistentes Sociais, que os Assistentes Sociais percebem o planejamento participativo como uma oportunidade de dar voz ao usuário. Lendo as respostas no seu conjunto, tive indícios de que esse processo é tido como uma “concessão” do profissional, de uma maneira geral. Foram várias as entrevistas em que esses profissionais se utilizaram das expressões “Eu faço...”, “Eu chamo...”. Ficou a impressão de que os atores envolvidos no processo só estão ali por causa do

Assistente Social. Em apenas uma entrevista, o Assistente Social falou sobre a realidade vivida, sobre os atores sociais e sobre o processo.

Dialogador verde: “[...] e aí o que eu fiz, eu reuni todos os trabalhadores e disse, nós somos uma Secretaria, quero saber que alternativas a gente tem...”

Fiquei pensando: e os trabalhadores queriam saber isto? O que eles pensavam sobre o assunto? Era prioritário também para eles, ou eles tinham outras prioridades?

O dialogador laranja disse: “[...] como eu consegui, acho que é uma coisa mais minha do que da instituição [...]”.

Já o dialogador azul, dentro de uma concepção de processo, declarou

Então partimos da realidade, que realidade é está com a qual nós trabalhamos, quem são os sujeitos desta realidade, quem são as pessoas com as quais nós temos relação direta, quem são as pessoas que indiretamente estão implicados a estas pessoas com as quais diretamente trabalhamos, quais são as marcas dessa realidade que determina essa vivência, a vida das pessoas com as quais nós trabalhamos e dessas outras pessoas diretamente implicadas a essas primeiras e como é que é [...]

Dentro da concepção de planejamento socioambiental participativo com a qual trabalho e que expus anteriormente, não posso deixar de comparar e pensar como os conceitos e as práticas são diferentes.

Com relação à percepção que os Assistentes Sociais têm do que é o planejamento socioambiental participativo, foi interessante averiguar que dois profissionais se aproximaram bastante do que descrevi aqui como sendo esse planejamento.

Dialogador roxo:

O socioambiental é a gente poder se dar conta que não dá para falar do impacto ambiental quando é uma coisa descolada da miséria, da pobreza, da relação do homem com o ambiente, com os outros, enfim, da sua inserção, da sua atividade produtiva ou não, o planejamento socioambiental participativo é tu levar em conta sempre isso, que tu tem que estar trabalhando com a rede toda, com todo o sistema vivo, com o sentido das coisas”.

No entanto, considerando os demais profissionais, alguns admitiram que não haviam pensado sobre isso, mas todos acabaram falando da importância de se trabalhar as questões ambientais. Esse grupo, em nenhum momento, relaciona o ambiental com o trabalho com grupos e/ou comunidades, o que muito me chamou atenção, conforme os exemplos que trago abaixo:

#### Dialogador verde:

O socioambiental, para mim, é toda essa relação do homem com o meio ambiente, então é toda a questão do lixo, com a questão do lixo, com a questão do uso da água, com a questão da vida, eu acho que o socioambiental é a vida, é a tua relação com a natureza, com a vida e com os outros seres humanos [...] para mim socioambiental é tudo isso, essa relação do ser humano com o ambiente e a preocupação socioambiental que seria outra coisa em termos de planejamento, é tu preservar o meio ambiente, fazer ações onde tu contemples o meio ambiente, a manutenção da vida e da prioridade da vida, preservação da vida, ações preventivas e ações de conscientização.

#### Dialogador laranja:

[...] a gente sabe que, se a gente for pensar em sustentabilidade, a gente tenta pensar nessas dimensões integradas, social, ambiental e econômica que tem que está interligada, mas ainda é uma concepção que não se traduz em nenhum modelo de planejamento para nós.

#### Dialogador vermelho:

[...]ambiente está caindo de maduro, acho que a gente tem que se preocupar com isso, com política pública também, de proteção para esse ambiente, preservação da vida na realidade, qual é o teu projeto, está tudo junto, mas ti confesso que não é uma temática que eu tenha me aprofundado, mas que eu acho importante, eu acho.

Por fim, posso dizer que minha maior satisfação foi poder aprender o que meus colegas fazem na área do planejamento e gestão e ver que os momentos de entrevista foram também momentos de aprendizado para eles. Na maior parte das entrevistas, fiz indicações bibliográficas, sugeri métodos e pessoas que eles pudessem buscar, tentando contemplar uma visão diferente daquela já existente, tentando agregar outros olhares e conhecimentos a cada prática que escutei e que estabeleci pontes.

## **.CONCLUSÃO: A ATERRISSAGEM A PARTIR DE APROXIMAÇÕES SUCESSIVAS**

Ao chegar ao final desta série de vôos, olho para trás e vejo rotas trilhadas, caminhos percorridos. Faço uma analogia com aquele passa-tempo de criança em que existem vários caminhos para o coelho encontrar a cenoura. Alguns acabam sem saída, e aí tem que se dar meia volta e tentar outro caminho, até chegar naquele correto. É impressionante como, à medida que me fui aprofundando nos estudos e, principalmente, na escrita deste texto, fui ficando impregnada. Sempre havia um livro a mais para ler. Ou era um *insight* que eu tinha na direção do carro, o que me fazia pará-lo e anotar, antes que o turbilhão de idéias afogasse esta também. Por vezes, eram sonhos, neste caso, mais pesadelos...

Mas sempre chega a hora de colocar um ponto final. Minha cultura judaica/ocidental faz com que a procura seja insana e praticamente me obriga, mesmo antes de escrever a última linha, a seguir com os questionamentos, numa busca infundável de porquês.

Viajando nas asas de Minerva, hoje começo a poder vislumbrar de onde parti, mas ainda não consegui dimensionar completamente até onde fui. Talvez seja um processo sem tempo pré-fixado para terminar. Talvez, se tivesse feito a viagem de avião, a bússola poderia indicar-me com precisão o ponto de partida e o ponto de chegada. Mas escolhi voar com um pássaro.

Este reencontro com o Serviço Social e com meus colegas de profissão mostrou-me a importância de continuar a trilhar os caminhos do meio ambiente. Mostrou-me também que, enfim, a questão ambiental parece começar a ser uma questão emergencial e um campo de atuação profícuo, que se estende à nossa frente. Porém ficou claro para mim que o Assistente Social sai dos bancos

universitários despreparado para atuar nesse campo e que urge que pensemos nisso.

Das questões postas inicialmente, concluo que:

- a) o Assistente Social conhece alguns métodos participativos e utiliza-os, porém, por um condicionamento da formação, não releva a importância que tem o instrumental para lidar com as situações da realidade;
- b) o pressuposto da Teoria da Complexidade permitirá vislumbrar novas práticas, como o meio ambiente e a valorização dos métodos a serem utilizados na prática, a medida que seu olhar busque a multidimensionalidade do real;
- c) o conhecimento e a utilização dos diversos métodos e instrumentos participativos mostrarão uma outra realidade e outra forma de constituir a cidadania das comunidades. Acredito que o Assistente Social possa vir a entender a necessidade de voltar a trabalhar junto a comunidades locais;
- d) as experiências de planejamento socioambiental participativo podem contribuir sobremaneira nos processos de planejamento participativo, ao se estudar de que maneira podemos mitigar ou prevenir impactos negativos com os grupos que experienciam esse processo. O planejamento socioambiental participativo poderá mostrar como os processos de planejamento participativos podem ser espaços de educação informal.

Assim, com a minha veia judia falando mais alto, neste momento, não posso me furtar de, ao final deste trabalho, continuar nessa via questionadora. Deixo registradas algumas questões que me vêm inquietando e que quero que inquietem e contagiem igualmente meus pares. Convido-os a aceitarem essa “provocação” de

refletirem sobre o que venho me interrogando: que encaminhamentos tem o Serviço Social para os avanços da ciência? Que encaminhamentos tem o Serviço Social para a possibilidade de finitude do ser humano? Que encaminhamentos tem o Serviço Social para a possibilidade da extinção dos recursos naturais, a vida no planeta Terra?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez. 9 ed. 1997.

ARNSTEIN, Sherry. Uma Escada da Participação Cidadã. **Revista Participe**. Ano 2, no. 2, jan 2002, p 4-13, Porto Alegre. Associação Brasileira para Promoção da Participação.

ARRUDA, Marina PATRÍCIO DE. **A Prática da Meditação em Busca de um Mediador de Emoções**. Pelotas: Seiva, 2004

BAPTISTA, Mirian Veras. **Desenvolvimento de comunidade; estudo da integração do desenvolvimento de comunidade no planejamento do desenvolvimento global**. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1976.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

BATESON, G. **Mind and Nature: A necessary unity**. Dutton: New York, 1979.

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria geral dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1975.

BONDER, Cíntia. **Eco Serviço Social: pressupostos para atuação no século XXI – do bem-estar à qualidade de vida**. 1992, 131f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre, 1992.

BONDER, Cíntia. **Eco Trabalho Social: do bem-estar à qualidade de vida**. Porto Alegre: Ortiz, 1996. 72p.

BONDER, Nilton. **O Segredo Judaico de Resolução de Problemas: ídiche kop**. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

BROSE, Markus. **Introdução à moderação e ao método ZOPP**. Recife: GTZ, 1993.

BROSE, Markus. **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

BROWER, D. **Let the Mountains Talk, Let the Rivers Run**. New York: HarperCollins, 1995.

BUBER, Martin. **Histórias do Rabi**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

BULLA, Leonia Capaverde; ARAÚJO, Jairo Melo (orgs). **A Produção de Conhecimento no Mestrado em Serviço Social da PUCRS**. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

CBCISS. O Progresso Social Através do Planejamento Social: o papel do Serviço Social. In: **Conferência Internacional de Serviços Sociais**. 17, Grécia, 1971

CBCISS. Desenvolvimento e Participação. In **17 Conferencia Internacional de Serviços Sociais**. Quênia. 1974

CASTELLS, Manuel. Para o Estado Rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação. In SOLA, Lourdes e outros (Orgs.). **Sociedade e Estado em Transformação**. São Paulo: Unesp, 2001, p. 119-146.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE. **Nosso Futuro Comum**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1991.

CONAMA, **Resolução CONAMA** nº1, SEMA, 1986, p 37-38

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do meio ambiente**. Estocolmo. De 05 a 16 de junho, 1972

CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 7, 1992, São Paulo. **Caderno de Teses**. 1992.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 8, 1995, Salvador. **Caderno de Comunicações**. 1995

CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10, 2001, Rio de Janeiro. **Caderno de resumos**. 2001.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10, 2001, Rio de Janeiro. **Anais do X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, 2001. 1 CD-ROM.

CORNELY, Seno. **A dinâmica do desenvolvimento frente aos problemas contemporâneos: o Serviço Social e a dinâmica do desenvolvimento – a funcionalidade do Serviço Social em relação aos recursos e exigências atuais**. Rio de Janeiro: CBCISS, 1972

DALPIAZ, Luiza Helena. **Devenir praticien-chercheur, une possibilité pour le dépassement de la crise des travailleurs sociaux – l'approche d'une assistante sociale**. Saint-Denis, 1994. Thèse de Doctorat. Université Paris VIII - Vincennes à Saint-Denis, Département des Sciences de l'Éducation. 1994

DOWBOR, Ladislau. Estado, sociedade civil e democracia. **CADERNOS ABDL**. 7. Turma. 2000.

EIGEN, M. Molecular self-organization and the early stages of evolution. **Quarterly Reviews of Biophysics**, 4, 1971.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e Ideologia do Trabalho Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1982.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FRENCH, Hilary. **Vanishing Borders: Protecting the Planet in the Age of Globalization** Disponível em [www.worldwatch.org](http://www.worldwatch.org)

GANDIN, Danilo. **A posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade**. Disponível em [www.curriculosemfronteiras.org](http://www.curriculosemfronteiras.org)  
Acesso em: 11 nov. 2003.

GIDDENS, Anthony. **GLOBALIZATION — LECTURE 1**. Disponível em [www.bbc.co.uk/hi/english/static/events/reith](http://www.bbc.co.uk/hi/english/static/events/reith), 2000.

GIRI, Ananta Kumar. **Promoting multiculturalism**. Disponível em [www.hinduonnet.com](http://www.hinduonnet.com) . Acesso em: 1º dez. 2003.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio-ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

HAKEN, H. Sinergetics: an approach to self-organization. In: YATES, F. Eugene (Org.), **Self-organizing systems**. New York: Plenum, 1987.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914 – 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.

LAPASSADE, Georges. **L'entrée dans la vie; essai sur l'inachèvement de l'homme**. Paris, Minuit, 1963. (Arguments).

LEAD Brazil Associates. Globalization and Ribeira Valley: Impacts and opportunities for local communities. **LEAD International Session**, Vancouver, p:142-143, Aug . 2000.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, Sergio V. **Planejamento de Pesquisa**. São Paulo: PUC-SP, 2000.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de Pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2000.

MANDELBROT, B. **The Fractal Geometry of Nature**. New York: Freeman, 1983.

MARGULIS, L. Gaia: **The Living Earth**. The Elm WOOD Newsletter, Berkeley, v. V, n. 2, 1989.

MARIOTTI, Humberto. **As Paixões do Ego**: complexidade, política e solidariedade. São Paulo: Palas Athena, 2000.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **O Uso de Abordagens Qualitativas na Pesquisa em Serviço Social**: um instigante desafio. São Paulo: PUCRS-NEPI, 1994

MARTINELLI, Maria Lúcia; ON, Maria Lucia Rodrigues; MUCHAIL, Salma Tannus (orgs.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998

MATURANA, Humberto. **A Ontologia da Realidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MEADOWS, Donella H. Et al. **Limites do crescimento**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

MEDEIROS, Maria Bernadete de Moraes. **Construindo os Alicerces da Participação e Cidadania**: os programas de participação comunitária e a política habitacional. 1997, 168f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre, 1997.

MORIN, Edgar. **As Grandes Questões do Nosso Tempo**. 2 ed. Lisboa: Editorial Notícias, 1981.

MORIN, Edgar. **O método II**: a vida da vida. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MORIN, Edgar. **O método V**: a humanidade da humanidade. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.

OFFE, Claus. A Atual Transição da História e Algumas Opções Básicas para as Instituições da Sociedade. In SOLA, Lourdes e outros (Orgs.). **Sociedade e Estado em Transformação**. São Paulo: Unesp, 2001, p. 119-146.

PENTEADO, Heloísa D. **Meio Ambiente e Formação de Professores**. São Paulo: Cortez, 5ª ed., 38v., 2003.

PEREZ, Angel Gomes. O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, A. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. (p.95-114).

RATTNER, Henrique. **Liderança Para Uma Sociedade Sustentável**. São Paulo: Nobel, 1999

REES, William. The dark side of the force (of globalism). **LEAD International Session**, Vancouver, p:68-82, Aug 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**; contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SCHON, Donald A. **Educando o profissional reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: ArtMed, 2000.256p.

SILVA, Daniel. **Adeus barrageiros**: A transação de paradigma na construção de barragens no rio Uruguai. 1991. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - UFSC. Florianópolis. 1991.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

UEDA, Y. **Behavior of the Soliton to Duffing's Equation for Large Forcing Amplitudes**. Mathematical Research 72, 149-1666, 1993.

VICTORIA, Ceres et alli. **Pesquisa qualitativa em saúde**: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo editorial, 2000.

WACKERNAGEL, Mathis, REES, William. **Our ecological footprint** - reducing human impact on the earth. Gabriola Island: New Society Publishers, 1995.

WAINER, Ann Helen. **Olhar Ecológico Através do Judaísmo**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

WOO, Yuen Pau. Globalization and sustainable development: an overview of the issues. **LEAD International Session**,\_Vancouver, p:83-94, Aug 2000.

ZEICHNER, Kenneth. **A formação reflexiva de professores**. Lisboa: Educa, 1993.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Dora. **Sem Ela, Nada Feito:** educação ambiental e a ISSO-14001. Salvador: Casa de Qualidade, 2000.

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de; MORAES, Frederico Eugênio; SOUZA, José Moutinho; SOUZA, Telma Moutinho; MALHEIROS, Marques. **Planejamento Ambiental.** 2. ed. Rio de Janeiro:Thex,1999.

ARDOINO, Jacques. **Éducation et Politique;** propos actuels sur l'éducation II. Paris: Gauthier-Villars, 1977.

ARDOINO, Jacques. L'approche multiréférentielle (plurielle) des situations éducatives et formatives. In: **Pratiques de Formation – Analyses.** Saint-Denis, n. 25-26, p. 15-41, avr. 1993.

ARDOINO, Jacques. **Formarse.** México:Universidade Iberoamericana: 1998.

ARDOINO, Jacques. Da clínica; 25 abril 1989. Tradução de Luiza Helena Dalpiaz. **Cadernos Multiforme** - Coleção Traduções, Porto Alegre, n.1, p. 3-18, dez. 1999.

ARON, Raymond. **Dezoito Lições Sobre a Sociedade Industrial.** Brasília: Martins Fontes/Editora Eniversidade de Brasília, 1981.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL. **O Processo da Formação Profissional do Assistente Social.** São Paulo:Difusão,1986.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL. **Educação Popular.** São Paulo: Cortez, 1988.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL. **A Metodologia no Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1989.

BALBIANI, Rosangela; OLIVEIRA, Maristela Costa de. **Serviço Social na Escola.** Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

BARBIERI, Edison. **Biodiversidade:** capitalismo verde ou ecologia Social. São Paulo: Cidade Nova, 1998.

BARBOSA, Joaquim Gonçalves(org.). **Multirreferencialidade nas Ciências e na Educação.** São Carlos: EdUFSCar, 1998.

BARBOSA, Mario da Costa. **Planejamento e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1980.

BARAJAS, Luis Felipe Cabrales. **Latinoamérica:** países abiertos,ciudades cerradas. Guadalajara:UNESCO,2002.

BARTH, Jutta; BROSE, Markus. **Participação e Desenvolvimento Local**: balanço de uma década de cooperação técnica alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Sulina, 2002

BARTHES, Roland. **Mitologias**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Difusão, 1980.

BASTOS, Rogério Lustosa. **Ciências Humanas e Complexidades**: projetos, métodos e técnicas de pesquisa; o caos, a nova ciência. Juiz de Fora: EDUFJF, 1999.

BAUER, Martin W. GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e som**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BAUMAN, Zygmund. **Globalização**: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRAVO, Luiz. **Trabalhando com a Comunidade**. Rio de Janeiro: CBAG, 1982.

BROSE, Markus. **Participação na Extensão Rural**: experiências inovadoras de desenvolvimento local. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

BRIONES, Guillermo. **Metodologia de los Estudios Evaluativos — Su Aplicación a Programa de Desarrollo Social**. Santiago: Universidad Católica de Chile, 1974.

BROWN, Lester R.. **Qualidade de Vida 1991**: Salve o Planeta. São Paulo: Globo, 1991

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos São Paulo: Cultrix, 7ª ed, 2002.

CAPRA, Fritjof. **As Conexões Ocultas**: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.

CALLENBACH, Ernest; MARBURG, Sandra; GOLDMAN, Lenore LUTZ, Rüdiger. **Gerenciamento Ecológico**. São Paulo: Cultrix, 10. ed, 2001.

CARELLI, Mariluci Neis. **Os limites do Serviço Social: uma perspectiva crítica sob a ótica da ecologia política**. 1992. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, UFSC, Florianópolis, 1992.

CARVALHO, Alba Maria P. **A Questão da Transformação e o Trabalho Social**. São Paulo: Cortez, 1983

CASTORIADIS, Cornelius; ROUANET, Sérgio Paulo; CHAUI, Marilena; TORRES, João Carlos Brum; ROSENFELD, Denis;. **A Criação Histórica**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1992.

CERES, Vitória, et all. **Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema.** Porto Alegre: Tomo editorial, 2000.

CORNELY, Seno A. Introdução à ecologia Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 38, 1992.

CORNELY, Seno A.; BONDER, Cíntia. A violência contra a vida: o pensamento ecológico. **Véritas**, Porto Alegre, p.483-497, 1993.

CUNHA, Sandra Baptista de; GUERRA, Antonio José Teixeira. **Avaliação e Perícia Ambiental**, Rio de Janeiro:Bertrand, 1999.

DALPIAZ, Luiza Helena. **Elementos da gênese de um projeto acadêmico emergente no Serviço Social.** mimeo, 2002a.

DALPIAZ, Luiza Helena. Formação de pesquisadores e prática de orientação no Serviço Social. In: **VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** 2002b. Juiz de Fora, ABEPSS. Anais. 1 CD-ROM.

DALPIAZ, Luiza Helena. **Orientação, autoria e co-autoria: uma prática de inovação na formação de pesquisadores, na pós-graduação em Serviço Social.** 2002c. Projeto de pesquisa. PUCRS, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Multiforme: grupo de estudos e pesquisa em formação profissional. mimeo.

DALPIAZ, Luiza Helena. **Uma prática emergente de ruptura epistemológica no Serviço Social.** mimeo, 2002d.

DALPIAZ, Luiza Helena; DE LA FARE, Mónica. A pesquisa como problema: elementos de um método de pesquisa-formação no Serviço Social. In: **VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social — O Serviço Social e a questão social: direitos e cidadania.** 2000a. Brasília, ABEPSS. Anais, vol. I, p. 240-246.

DALPIAZ, Luiza Helena; DE LA FARE, Mónica. Multiforme: Filiation... traduction... trahison... autorisation... Des éléments d'un projet "en actes" et d'une pratique singulière d'institutionnalisation d'un groupe de recherche au Brésil. In: **COLLOQUE INTERNATIONAL DE L'AFIRSE - "L'universel et le singulier - l'éducation comme dialectique : expériences et recherches".** 2000b. Rennes, France, AFIRSE. Actes, p.135-141.

DALPIAZ, Luiza Helena; DE LA FARE, Mónica. Orientação, co-autoria e processo de institucionalização de uma prática de pesquisa-formação. In.: **Xº Colóquio Internacional da AFIRSE**, I Colóquio Nacional da AFIRSE - Seção Brasileira - "Heterogeneidade, cultura e educação", 2001. Natal, UFRN, Anais, p. 282 (Resumo; texto integral em mimeo).

DE LA FARE, Mónica. **Tensões paradigmáticas na prática de pesquisa; o Serviço Social como analisador.** Porto Alegre, 2003. Tese de doutorado. PUCRS. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1996.

DEMO, Pedro. **Avaliação Qualitativa**. São Paulo: Autores Associados, 1995.

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DOLAY, F. W. **Planejamento de projeto orientado por objetivos — método ZOPP**. Recife: GTZ, 1993.

DORNELLES, Denise. **Eco-práxis: complementaridade e mediação: uma alternativa de orientação metodológica para o Serviço Social**. 1997, 270p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre, 1997.

DREW, David. **Processos Interativos Homem-meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand, 4ª ed, 1998.

DUPUY, Jean Pierre. **Introdução à crítica da ecologia Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

ECO, Umberto. **Como se Faz Ume Tese**. 18. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003

FEDOZZI, Luciano. **Poder da Aldeia**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

FERRARI, Alfonso T.. **Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Francisco Whitaker. **Planejamento sim e não**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FRANCO, Augusto de.(coord.).**Proder Especial: um novo vetor de sustentabilidade econômica em processos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. Brasília: Sebrae, 1999.

FRANCO, Augusto de. **Por Que Precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e sustentável**. Brasília: Millennium, 2000.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Paz e Terra. 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Tierra Nueva. 1970.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental**. Petrópolis: Vozes, 1994.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais; morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GORZ, André. **Capitalisme Socialisme Ecologie**: Desorientations Orientations. Mayenne: Editions Galilée. 1991.

GUARESCHI, Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representações sociais**. Petrópolis:Vozes. 3. ed, 1995.

GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias**. 2. ed. São Paulo: Universidade, 1990.  
IBASE. **Saúde e Trabalho no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro:Vozes, 1983.

IGNÊS, Maria. **Política e Planejamento Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1982.

KLAUSMEYER, Alfons; RAMALHO, Luis. **Introdução às metodologias participativas**: um guia prático. Recife: SACTES-DED, 1985.

KLIKSBERG, Bernardo. **Por uma economia com face mais humana**. Brasília: Unesco, 2003.

KLIKSBERG, Bernardo. **A Justiça Social: uma visão judaica**. São Paulo: Unesco, 2001.

KLOETZER, Kurt. **O Que é Meio Ambiente**. São Paulo: [s/ed], 1998.

KRUG, Jorge. **Mobilização Comunitária**. São Paulo: Cortez, 1982.

LORENZ, E. Deterministic Nonperiodic Flow. **Journal of the Atmospheric Sciences**, vol 20, pp 130-41, 1963.

LOURAU, René. **Le journal de recherche; matériaux d'une théorie de l'implication**. Paris, Meridiens Klincksieck, 1988. (Analyse institutionnelle)

LOURAU, René. Implication et surimplication. In: **Revue du Mauss**. Paris, n.10, p.110-120, 4. trim. 1990.

MAGALHÃES, Cândida Moreira. Encardidas(os) da e na história: gênero e ecologia. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XXI, n. 64, p.78-96, nov. 2000.

MAGNA ENGENHARIA. **Plano de Participação Social** —1988 .43p.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social Identidade e Alienação**. São Paulo: Cortez, 1989.

MARTINS, José Pedro Soares. **Ecologia ou morte**. São Paulo: FTD, 1987.

MATURANA, Humberto. VARELA, Francisco. **A Árvore do Conhecimento**. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MATURANA, Humberto. **Amar e Brincar**: fundamentos esquecidos do humano . São Paulo: Palas Athena, 2004.

MCFETRIDGE, Donald G. **Economia e Meio Ambiente**: a reconciliação, Porto Alegre: Ortiz, 1992.

MORIN, Edgar. **O Homem e a Morte**. 2ªed. Portugal: Europa-América 1970

MORIN, Edgar. **O Paradigma Perdido**: a Natureza Humana. 5.ed. Portugal:Europa-América,1973

MORIN, Edgar. **O método**. Lisboa: Europa-América,1977

MORIN, Edgar. **Pensar a Europa**. Portugal:Europa-América: 1987

MORIN, Edgar. **O método IV**: As idéias: a sua natureza, vida, habitat e organização. Publicações Europa-América, s/l, 1992.

MORIN, Edgar; BAUDRILLARD, Jean; MAFFESOLI, Michel. **A Decadência do Futuro e a Construção do Presente**. Floroanópolis:UFSC,1993.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MORIN, Edgar. **Meus Demônios**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1997.

MORIN, Edgar. **O método III**: a consciência da consciência. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 1999.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis; **A Inteligência da Complexidade**. 3.ed. São Paulo:Peirópolis, 2000.

MORIN, Edgar. **A Cabeça Bem Feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2000a.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários a Educação do Futuro**. Cortez, UNESCO, São Paulo, 2000b

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. 5.ed. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 2001.

MORIN, Edgar; WULF, Christoph. **Planeta**: a aventura desconhecida. São Paulo: UNESCO, 2003.

MORIN, Edgar. CYRULNIK, Boris. **Dialogue sur la nature humaine**. L'Aube,2004

MORIN, Edgar. PENA-VEGA, Alfredo. PAILLARD, Bernard. **Diálogo Sobre o Conhecimento**. Sao Paulo: Cortez, 2004.

NATTRASS, Brian, ALTOMARE, Mary. **The natural step for business** – wealth, ecology and evolutionary corporation. Gabriola Island: New Society Publishers, 1999.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo**. São Paulo:Cortez, 1992.

NUNES, Ellen Regina Mayhé. **Alfabetização Ecológica**: um caminho para a sustentabilidade. Porto Alegre: Do Autor, 2005.

O'GORMAN, Francês. **Dinâmica Comunitária nas Palavras do Povo**. Petrópolis:Vozes,1981.

OSTRIKER, A. (Org.). **William Blake**: the complete poems. Penguin, New York, 1993.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A Nova Centro-Esquerda. **Cadernos ABDL**. 7 Turma. 2000.

PONTES, Reinaldo Nobre, **Mediação e Serviço Social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas**: tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo:Unesp, 1996

RABUSKE, Edvino. **Epistemologia das Ciências Humanas**. Caxias do Sul:EDUCS,1987

RATTNER, Henrique. **Planejamento e Bem-Estar Social**. São Paulo: Perspectiva, 1979

REIGATA, Marcos. **Meio Ambiente e Representação Social**. 3. ed. São Paulo:Cortez, 1998 41v

REIS, Carlos Nelson. **América Latina: Crescimento no Comércio Mundial e Exclusão Social**. Porto Alegre: Dacasa, 2001.

RÉMOND, René. **Industrialização à hisotória de nosso tempo**. São Paulo: Cultrix, 1976.

**REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE**. São Paulo: Cortez, ano I, n.1.1979.

**REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE**. São Paulo: Cortez, ano II, n.2, 1980.

**REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE**. São Paulo: Cortez, ano II, n.3, 1980.

**REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE**. São Paulo: Cortez, ano II, n.4, 1980.

**REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE**. São Paulo: Cortez, ano III, n.5, 1981.

- REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano III, n.6, 1981.
- REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano III, n.7, 1981.
- REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano IV, n.8, 1982.
- REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano IV, n.9, 1982.
- REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano IV, n.10, 1982.
- REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano V, n.11, 1983.
- REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano V, n.12, 1983.
- REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano V, n.13, 1983.
- REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano VI, n.14, 1984.
- REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano VI, n.15, 1984.
- REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano VI, n.16, 1984.
- REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano VII, n.17, 1985.
- REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano VII, n.18, 1985.
- REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano VII, n.19, 1985.
- REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano VIII, n.20, 1986.
- REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano VIII, n.21, 1986.
- REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano VIII, n.22, 1986.
- REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano IX, n.23, 1987.
- REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano IX, n.24, 1987.
- REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano IX, n.24, 1987.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano IX, n.25, 1987.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano X, n.26, 1988.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano X, n.27, 1988.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano X, n.28, 1988.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano XI, n.29, 1989.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano XI, n.30, 1989.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano XI, n.231, 1989.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano XII, n.32, 1990.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano XII, n.33, 1990.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano XII, n.34, 1990.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano XIII, n.35, 1991.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano XIII, n.36, 1991.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano XIII, n.37, 1991.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano XIV, n.38, 1992.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano XIV, n.39, 1992.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano XIV, n.40, 1992.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano XV, n.41, 1993.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano XV, n.43, 1993.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano XVI, n.44, 1994.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano XVI, n.45, 1994.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano XVI, n.46, 1994.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano XVII, n.47, 1995.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano XVII, n.48, 1995.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano XVII, n.49, 1995.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **O Serviço Social no século XXI.** São Paulo: Cortez, ano XVIII, n.50, 1996.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **Identidade e formação profissional.** São Paulo: Cortez, ano XVIII, n.51, 1996.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **Mundo do Trabalho.** São Paulo: Cortez, ano XVIII, n.52, 1996.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **Política Social e Direitos.** São Paulo: Cortez, ano XIX, n.53, 1997.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **Descentralização, Cidadania, Participação.** São Paulo: Cortez, ano XIX, n.54, 1997.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **Mínimos sociais, exclusão social.** São Paulo: Cortez, ano XIX, n.55, 1997.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **Assistência social, Sociedade Civil.** São Paulo: Cortez, ano XX, n.56, 1998.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **Temas Contemporâneos.** São Paulo: Cortez, ano XX, n.57, 1998.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **Terceiro Setor e Movimentos Sociais Hoje.** São Paulo: Cortez, ano XX, n.58, 1998.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **Espaço Público, Cidadania, Terceiro Setor.** São Paulo: Cortez, ano XXI, n.59, 1999.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **Crise e Proteção Social.** São Paulo: Cortez, ano XXI, n.60, 1999.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **20 anos da Revista.** São Paulo: Cortez, ano XXI, n.61, 1999.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. - **Processo de Trabalho e Assistência Social.** São Paulo: Cortez, ano XXII, n.62, 2000.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **O Enfrentamento da Pobreza em questão.** São Paulo: Cortez, ano XXII, n.63, 2000.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **Modernidade sombras e lutas.** São Paulo: Cortez, ano XXII, n.64, 2000.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **Seguridade Social e Cidadania.** São Paulo: Cortez, ano XXIII, n.65, 2001.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **Fórum Social, Gestão de Políticas.** São Paulo: Cortez, ano XXIII, n.66, 2001.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **Especial: Temas sócio-jurídicos.** São Paulo: Cortez, ano XXIII, n.67, 2001.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **Assistência e Proteção Social.** São Paulo: Cortez, ano XXIII, n.68, 2001.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE **Multifaces do Trabalho.** São Paulo: Cortez, ano XXIV, n.69, 2002.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. – **Violência.** São Paulo: Cortez, ano XXIV n.70, 2002.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **Especial: Famílias.** São Paulo: Cortez, ano XXIV, n.71, 2002.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **Cidade, Proteção e Controle Social.** São Paulo: Cortez, ano XXIV, n.72, 2002.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **Políticas Públicas e Sociedade Civil.** São Paulo: Cortez, ano XXV, n.73, 2003

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **Saúde, qualidade de vida e Direitos.** São Paulo: Cortez, ano XXV, n.74, 2003

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **Especial: envelhecimento.** São Paulo: Cortez, ano XXV, n.75, 2003

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. - **Estado e regulação social.** São Paulo: Cortez, ano XXV, n.76, 2003

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano XXVI, n.77, 2004

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano XXVI, n.78, 2004

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. - **Especial: sobre a Profissão.** São Paulo: Cortez, ano XXVI, n.79, 2004

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. - **Política de Assistência Social.** São Paulo: Cortez, ano XXVI, n.80, 2004

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **Temas em debate.** São Paulo: Cortez, ano XXVII, n.81, 2005.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **Trabalho e Saúde.** São Paulo: Cortez, ano XXVII, n.82, 2005

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Curriculares:** polêmicas e perspectivas. Brasília: ABEPSS, 2000.

RICHTER, Martha. **Conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável de São Francisco de Paula.** 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

ROSS, Murray G. **Organização da Comunidade.** Porto Alegre: PUC, 1964.

SACHS, Ignacy. **Eco desenvolvimento Crescer sem Destruir.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.

SALOMON, Décio Vieira. **A Maravilhosa Incerteza:** pensar, pesquisar e criar. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.) **Democratizar a democracia — Os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a Uma Ciência Pós Moderna.** Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SELBORNE, Lord. **A Ética do Uso da Água Doce: um levantamento.** Brasília: Unesco, 2002, 3v.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Cia. das letras, 2000.

SILVA, Adi. GUEZ, Berenice. **Consciência Ambiental:** possibilidades de conhecimento qualitativo via projeto de qualificação social. 1997, 258f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre, 1997.

SILVA, Marcos José Pereira. **Planejamento Estratégico Participativo**. São Paulo: CDHEP, 1999. mimeo.

SILVA, Maria Lúcia Carvalho da. **Desenvolvimento de Comunidade**: coletânea de textos. Rio de Janeiro: CBCISS, v.8, n.97, 1975.

SMITH, Gordon. **Altered states: globalization, sovereignty and governance**. LEAD International Session, Vancouver, p: 64-67, aug. 2000.

SOLA, Lourdes e outros (Orgs.). **Sociedade e Estado em Transformação**. São Paulo: Unesp, 2001.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. Cortez, 1987.

TAYLOR, Gordon Rattray. **A Ameaça Ecológica**. São Paulo: USP, 1978.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.

VIEIRA, Jane Eyre Gonçalves. Educação para a sustentabilidade: um pressuposto da participação comunitária na gestão ambiental das cidades. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XXIII, n. 72, p.62-70, nov. 2002.

VERDUM, Roberto; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **RIMA, Relatório de Impacto Ambiental: legislação, elaboração e resultados**. 2. ed. Porto Alegre: Ed.Universidade, 1992.

VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Héctor R.; SCHERER-WARREN, Ilse; GUIVANT, Júlia S.; VIEIRA, Paulo Freire. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania**: desafios para as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 7ª ed. 1995.

WASELFISZ, Julio Jacobo; NOLETO, Marlova Jovchelovitch; BONDER, Cíntia; DIAS, Miriam Thais; CHIECHELSKI, Paulo. **Nos Caminhos da Inclusão Social**. Brasília: Unesco, 2004.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. **Metamorfose do Desenvolvimento de Comunidade e suas Relações com o Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1993.

## WEBLIOGRAFIAS

CALIXTO, Flander Almeida. Movimento verde do Serviço Social e a entrada no novo milênio. **Serviço Social na Rede**. Disponível em <http://pessoal.sercomtel.com.br/colman/>. Acesso em: 1º jun. 2003.

DORNELLES, Denise. O Serviço Social e os desafios da crise ambiental. . **Serviço Social na Rede**. Disponível em <http://pessoal.sercomtel.com.br/colman/>. Acesso em: 1º jun. 2003.

GIRI, Ananta Kumar. **Conversations and Transformations – Toward a New Ethics of Self and Society**. Disponível em [www.development-ethics.org](http://www.development-ethics.org). Acesso em: 1º dez. 2003.

MENDONÇA, Ângela Maria. Meio ambiente e Serviço Social. . **Serviço Social na Rede**. Disponível em <http://pessoal.sercomtel.com.br/colman/>. Acesso em: 1º jun. 2003.

**MILLENIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT**. Disponível em [www.rolac.unep.mx](http://www.rolac.unep.mx) . Acesso em: 30 jul. 2005.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Biblioteca Central Ir. José Otão. **Orientações para apresentação de citações em documentos segundo NBR 10520**. Disponível em: <http://www.pucrs.br/biblioteca/citacoes.htm> . Acesso em: 10 dez. 2003.

ROMEIRO, Ademar R. **Desenvolvimento sustentável e mudança institucional: notas preliminares**. Disponível em [www.unicamp.br](http://www.unicamp.br) . Acesso em 10 nov 2000.

WAGNER, Lynn. **The globalization phenomenon and influence near and far**. Earth negotiations Bulletin, International Institute for sustainable development. Disponível em [www.ictsd.org](http://www.ictsd.org). Acesso em 15 abr 2002

[www.filosofia.pro.br](http://www.filosofia.pro.br) . Acesso em: 24 mar. 2005.

[www.ictsd.org](http://www.ictsd.org) – International Centre For Trade and Sustainable Development

[www.ifg.org](http://www.ifg.org) – International Forum on Globalization

[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br). Acesso em: 05 jul. 2005

[www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br). Acesso em: 26 jul. 2005.

[www.mondialisations.org](http://www.mondialisations.org) – Groupe d'Etudes et de Recherche Sur Les Mondialisations

[www.oecd.org](http://www.oecd.org) – Organization for Economic Cooperation and Development

[www.pucrs.br](http://www.pucrs.br) . Acesso em: 12 jun. 2003.

[www.pucrs.br/biblioteca](http://www.pucrs.br/biblioteca) . Acesso em: 1º jun. 2003

[www.rcci.net/globalizacion](http://www.rcci.net/globalizacion) - Revista Web Mensual de Economía, Sociedad y Cultura  
- ISSN 1605-5519

[www.undp.org](http://www.undp.org) – UN Development Program

[www.unesco.org/water](http://www.unesco.org/water) - acesso em 30 nov. 2004

[www.unrisd.org](http://www.unrisd.org) –UN Research Institute for Social Development

[www.usp.br](http://www.usp.br) . Acesso em: 12 jun. 2003.

[www.worldwatch.org](http://www.worldwatch.org) – Worldwatch Institute

[www.wto.org](http://www.wto.org) – World Trade Organization. Acesso em: maio 2002.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)